



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS**

DAS MARGENS DO RIO AO INTERIOR DO DISCURSO: DE *RIBEIRINHOS* A *SEM RIOS*

Neuraci Vasconcelos Reginaldo

TRÊS LAGOAS - MS

2009



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
CÂMPUS DE TRÊS LAGOAS**

DAS MARGENS DO RIO AO INTERIOR DO DISCURSO: DE *RIBEIRINHOS* A *SEM RIOS*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras *stricto sensu*, área de concentração, Estudos lingüísticos, da Universidade Federal de do Mato Grosso do Sul - *campus* de Três Lagoas, como requisito para obtenção do título de Mestre em Letras.

Orientadora: *Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento.*

TRÊS LAGOAS - MS

2009



Serviço Público Federal
Ministério da Educação
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



TERMO DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Celina Aparecida Garcia de Souza Nascimento
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof^a. Dr^a. Nara Maria Fiel de Quevedo Sgarbi
Centro Universitário da Grande Dourados - UNIGRAN

Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

À memória de Francisco Reginaldo (meu pai).

AGRADECIMENTOS

É impossível ser feliz sozinho
Tom Jobim

A Deus, pelo dom da vida;

À Prof^ª. Dr^ª. Celina Garcia de Souza Nascimento, minha orientadora, responsável pela passagem do sonho à realidade, pela dedicação dispensada a esta pesquisa e incentivo irrestrito que me deu em momentos de dúvidas e angústias. Foi um privilégio trabalhar ao lado de alguém tão competente e especial;

À professora Dr^ª. Marlene Durigan, que, nos entremeios das teorias lingüísticas, mostrou-me que acreditar no sonho é uma questão de não desistir e que fracassar é uma questão de desistir cedo demais.

Ao prof. Dr. Marlon Leal Rodrigues, que, nos momentos que antecederam o ingresso no programa, indicou-me um caminho a seguir.

À professora Dr^ª. Vânia Maria Lescano Guerra, pelos comentários, indicações de leituras.

Aos demais Professores do Programa de Mestrado em Letras do Campus de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da área de Estudos Lingüísticos, pelos preciosos ensinamentos durante esses dois anos e pela oportunidade de qualificação e capacitação.

À secretaria do programa de Mestrado em Letras do *Campus* de Três Lagoas, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, pelo pronto atendimento diante das solicitações.

Aos ex-ribeirinhos, vidas que tornaram possível a realização desta pesquisa.

Aos colegas de mestrado: Romilda, Yara, Jefferson, Santa, Fernanda Aline, Anaylton, Constance, Raymundo e outros, pelos momentos agradáveis que juntos passamos;

A Francisco Reginaldo (*in memoriam*) e Doralina Santana Vasconcelos, por tudo que hoje sou e, em especial, pelos diálogos sobre a importância da persistência na realização de um sonho.

Ao meu marido, Luiz Guilherme Gonçalves da Silva (que possibilitou o primeiro contato com o *corpus*, objeto desta pesquisa), que me vem acompanhando e vibrando com minhas conquistas, e aos meus filhos, Mariana R. Silva e Luiz Guilherme G. da Silva Junior, que com carinho, amor e paciência, dividiram o tempo com os livros e a escrita da dissertação;

Aos meus irmãos: Antonio, Adevaldo, José Nilton, Neuza, Maria Neide, Airton e Adair, amigos e parceiros de todos os momentos.

A Mieceslau Kudilavicz, pelo diálogo nos momentos que antecederam a escolha do objeto de estudo e pelo empréstimo da segunda fita de vídeo que compôs o material da pesquisa.

À Marlúcia (diretora do Núcleo de Tecnologia Educacional) e à Selma (diretora da Escola Municipal Filinto Muller do Amaral), pela compreensão e apoio nos momentos de ausência.

Aos colegas de trabalho do Núcleo de Tecnologia Educacional, em especial, as professoras Diva, Eunice, Maria Melo e Maria Santandel, pelo socorro e compreensão nos momentos de ausência.

“Que o homem é um ser de linguagem,
eis algo que não nos cansamos de repetir há muito tempo;
que ele seja um homem do discurso, eis uma reflexão cuja dimensão ainda é impossível
mensurar,
mas que toca em algo especial.”
Patrick Charaudeau e Dominique Maingueneau (2006, p.17)

REGINALDO, Neuraci Vasconcelos. *Das margens do rio ao interior do discurso: de ribeirinhos a sem rios*. Três Lagoas: Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 2008. 101 f. (Dissertação de Mestrado)

O objetivo desta pesquisa é interpretar e problematizar os efeitos de sentido produzidos pelo acontecimento discursivo desapropriação dos ribeirinhos (oleiros, pescadores e agricultores), mais especificamente, interpretar as representações dos e sobre esses sujeitos, desvendar as relações de poder e investigar o confronto entre suas formações discursivas (FDs), no momento de saída do local de origem e posterior recolocação no assentamento “Nova Porto João André”, em Bataguassu-MS, em decorrência da construção da Usina “Engenheiro Sergio Motta”, localizada nas dependências do Porto Primavera, no rio Paraná, divisa entre São Paulo e Mato Grosso do Sul. Como base teórica-metodológica, fundamentamos em Michel Pêcheux (1988, 1990), uma vez que funda os conceitos e procedimentos da corrente francesa da Análise do Discurso e no filósofo Michel Foucault (1996), por sua crítica dirigida às relações de poder-saber, exclusão e resistência. Para isso, selecionamos trechos de duas fitas VHS, a saber: “*Os sem rios*” e “*Últimas imagens do Iate Clube Rio Verde e dos lugares mais próximos do Iate antes das águas subirem*”, documentários que retratam a visão dos sujeitos ribeirinhos diante do processo de desapropriação, momento em que ocorre a formação do lago de Porto Primavera. Partimos do princípio de que o desenvolvimento capitalista promove uma assimetria nas relações sociais: de um lado, há aqueles que detêm o poder; de outro, os supostamente excluídos, dentre os quais, os ribeirinhos. A metodologia compreendeu as seguintes etapas: seleção e recorte dos enunciados do/sobre os ribeirinhos; organização de uma base de dados; agrupamentos dos enunciados de acordo com a seqüência dos dizeres relacionados ao acontecimento discursivo (desapropriação dos ribeirinhos). O trabalho encontra-se dividido em três capítulos: o primeiro, abrange conceitos mapeados na Análise do Discurso, conforme nossos objetivos; o segundo, relaciona as condições de produção, tomando a desapropriação dos ribeirinhos como um acontecimento discursivo e trazendo a historicidade do aproveitamento dos rios, da construção de hidrelétricas e dos impactos ambientais. No terceiro capítulo, procedemos à interpretação dos enunciados, organizados segundo a cronologia dos pronunciamentos dos ribeirinhos, narrador e lideranças em relação ao lugar de origem; à vida na barranca, o convívio com a natureza, à saída da barranca, aos processos de indenização, aos questionamentos sobre o silêncio em torno da formação do lago e do alagamento da região antes por eles habitada; e, por último, refletimos sobre as designações: de *ribeirinhos a sem rios*. Como resultado, verificamos que o sujeito discursivo da posição de “excluído”, todavia, nos embates ideológicos, motivados pelo acontecimento discursivo, desidentificou com a formação discursiva que o constituiu, passando a identificar-se com a posição sujeito de direito, daquele que reivindica para si e para outro, além da terra, mudanças na “forma de ser” do sistema capitalista. Seu discurso assumiu a forma de luta e resistência, dentre estas, a luta contra a exclusão, possibilitando a ascensão e o exercício do poder mediante a inscrição no universo discursivo o que, por sua vez, resultou num processo de reconstituição e reconfiguração desses sujeitos.

Palavras-chave: Análise do Discurso, Ribeirinho; Representação; Acontecimento Discursivo.

ABSTRACT

The aim of this research is to interpret and problematize what mean and sense effects are produced by discursive event of expropriation of the riverine ones (potters, fishermen and farmer) and, specifically, to interpret the representations about and of that, show power relations and investigate the confront among its discursive formations (DFs) constituted in the moment of exit of their origin local and later removing to the “Nova Porto João André” district, in Bataguassu-MS, caused by building of the “Engenheiro Sérgio Motta” hydroelectric, in 2000, in Porto Primavera, located near of the Riverside Paraná, border São Paulo with Mato Grosso do Sul. Supported by Michel Pêcheux (1988, 1990), since founding of the concepts and procedures of French line of Discourse Analysis and the philosopher Michel Foucault (1996), due to his discusses about power-knowledge, exclusion and resistance. In order to do that, we choose passages from two VHS devices up, such as: “Os sem rios” and “Últimas imagens do Iate Club Rio Verde e dos lugares mais próximos do Iate antes das águas subirem”, documentaries which show the brook subjects’ vision face to the progress of the alienation of river bank, in moment of occurrence of the Porto Primavera Lake. From the point of view, the capitalist development constitutes an inequality in the social relations: by one hand, there’s who has power, by other, there’re the supposedly excluded, into that are the brook subjects. The methodology adopted followed such steps: selection and clipping of the enunciates of/on the brook subject; organization of a data base; groupings of enunciates according to the sequence concerning to the discursive event – alienation of one’s propriety of the brook subjects. The work is composed by three chapters: the first includes concepts of French line of the Discourse Analysis utilized in this research, according to our objectives; the second chapter makes links from concepts to the production conditions, having the alienation of river bank as a discursive event and making value history about taking advantage of the rivers, hydroelectric building and environment impacts. So, the third chapter procedures the analysis of the enunciates, organized according to chronology of brook subjects’ speeches, narrator and leaderships, in relation of the origin place; of the life in edge of the river; their relation with nature; of exit the edge of the river; of the compensation process; asks about the silence on formation of the lake and flooding of the region in the which they had lived before, and, after all, we reflect about designations: from brook subjects to without rivers. As a result, it was verified subject produce discourse from the “excluded” position, though, in the ideological conflicts, motivated by discursive event, it has changed its identification with fundamental discursive formation to identify with the right subject, which demands for it and others, besides ground, changes “in the way to be” of the capitalist system. The discourse has assumed the fight and resistance forms, into such, fight against exclusion, since it allows the ascension and exercise of power through inscription in the discursive universe, resulting in a process of reconstitution and reconfiguration those subjects.

Key-words: *Discourse Analysis; Riverine subject; Representation; Discursive Event*

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	12
1.1 Sobre a análise do discurso de linha francesa.....	21
1.2 Sujeito e discurso: formação discursiva	22
1.3 Condições de produção, memória e acontecimento discursivo.....	27
1.4 Enunciado e Enunciação: efeitos de sentido.....	29
1.5 Poder: exclusão e resistência.....	32
CAPÍTULO II: CONSTRUINDO UM CENÁRIO.....	37
2.1 Desapropriação dos ribeirinhos: um acontecimento discursivo.....	37
2.2 Os rios: da força simbólica ao aproveitamento para o (progresso?).....	38
2.3 O Movimentos dos ameaçados por barragens: desapropriação.....	41
2.4 A construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera: o represamento do rio	44
2.5 Os impactos ambientais: compensação e mitigação.....	48
CAPÍTULO III: EM CENA: OS DISCURSOS.....	52
3.1 Cena 1: o discurso do ribeirinho	52
3.1.1 Lugar de origem: a margem.....	52
3.1.2 Vida na barranca: atividade praticada.....	59
3.1.3 A relação com a natureza.....	62
3.1.4 A saída da barranca.....	65
3.1.5 Processo indenizatório: terra versus moeda.....	67
3.1.6 – Os coadjuvantes da cena: do lugar da liderança do MAB.....	71
3.2 Cena 2: o narrador - as primeiras visões do paraíso.....	75
3.2.1. Memória: a primavera que se fez verão.....	78
3.2.2 “Progresso” e bem “estar social”: o paraíso ameaçado.....	81
3.2.3 Sair de cena: entre a abertura e o fechamento do jarro de Pandora.....	84
3.3 Dos atores da cena ao desfecho final.....	86
3.4 A propósito das designações: de ribeirinhos a sem rios.....	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	97
ANEXOS.....	102
.....	103
a) Corpus: os sem rios (fita VHS).....	103

<u>b) Corpus: últimas imagens do Iate Clube Rio Verde e dos lugares mais próximos do Iate antes das águas subirem (Fita VHS).....</u>	<u>107</u>
<u>c) Memorial descritivo: a trajetória em prol da realização de um sonho</u>	<u>109</u>

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

(...) as palavras comunicam um sentido, há pessoas e há coisas, há subjetivo e objetivo (MALDIDIER, 2003, p. 45).

Estamos na virada do século, ano 2000, “tempo do espetáculo gestado pela mídia” (GREGOLIN, 2003, p.105), quanto à comemoração dos 500 anos do Brasil. Em se tratando do meio ambiente, apesar do ano mais representativo para o Brasil, com relação à publicação de material de cunho ambiental, ter sido 1992, em virtude da ECO-92¹ todavia, estas discussões foram marcantes na virada do século, uma vez que na mídia, veiculava sobre a necessidade de uma nova mentalidade ecológica, além de estimular a aplicação de políticas ambientais eficazes em defesa da natureza e, portanto, em benefício da humanidade. Foi assim, que no ano 2000, foram definidos pela ONU, oito objetivos de Desenvolvimento do Milênio, desdobrados em 18 metas, para tornar o mundo mais justo e solidário por meio de ações de combate à pobreza e à fome, promoção da educação, da igualdade de gênero, de políticas de saúde, de proteção à criança, de saneamento, de habitação, de defesa do meio ambiente e desenvolvimento sustentável (TORREÃO, 2007).

No estado de Mato Grosso do Sul, o acontecimento que nos impulsiona e inquieta é a abertura das comportas da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera que, apesar do processo de construção ter perdurado por quinze anos, somente em 2000 é que houve realmente a formação do lago, cujas ocorrências causaram, em definitivo, a desapropriação dos ribeirinhos das margens rio Paraná, abrindo um novo capítulo de litígio discursivo: posições-sujeito entram em rota de colisão, convulsionadas pelos sentidos que se constroem sob o signo da memória e da sua atualização.

A construção ocorreu em momento de crescente urbanização e aumento da demanda de consumo energético, o que levou o governo brasileiro a optar pela ampliação da produção de energia mediante o aproveitamento dos recursos hídricos. O Estado, após a década de 1960, tornou-se um grande investidor nesse tipo de empreendimento, como bem salientam:

¹ A ECO-92 e Rio-92 são nomes pelos quais é mais conhecida a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada entre 3 e 14 de junho de 1992 no Rio de Janeiro. O seu objetivo principal era buscar meios de conciliar o desenvolvimento sócio-econômico com a conservação e

as grandes hidrelétricas constituem – por sua dimensão, natureza, modo de implantação, objetivos – um caso típico de Grande Projeto de Investimento. Sua multiplicação (...) consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade. (VAINER : ARAÚJO, 1992, p. 51):

A questão é, no entanto, polêmica e paradoxal, uma vez que esses empreendimentos, planejados e executados com vistas ao “desenvolvimento econômico”, ocorreram ao mesmo tempo em que centenas de famílias eram desalojadas dos lugares.

Esse processo constituiu, à época, um retrato muito atual de um Brasil dividido em dois mundos: de um lado, as Centrais Elétricas de São Paulo - CESP, empresa estatal (em expansão e em prolongado processo de discussão sobre uma possível privatização), representando o capitalismo em sua fase moderna; de outro, os ribeirinhos (o pequeno produtor, trabalhador do campo, com seu modo simples de vida e economia voltada para subsistência), representando o trabalho em fase quase primitiva.

A desapropriação da área, antecedida por negociação entre as partes, discussões, acordos, resistências, configurou-se na produção de um espaço tenso de interesses, demonstrando a coexistência de discursos antagônicos: “desenvolvimento”, “progresso”, “bem estar” *versus* “lugar de origem” e “resistência”. Nesses casos, o responsável pela obra (Estado) repassou uma indenização em dinheiro aos antigos moradores/proprietários, os quais reivindicavam, entretanto, o pagamento sob a forma de doação de propriedade rural, decorrendo daí a maioria dos conflitos. É o antagonismo da sociedade organizada, em que atuam diferentes agentes sociais, cada qual agindo conforme seus ideais ou interesses e demarcando território sob a égide das lutas de força:

os atingidos, quando organizados em movimentos, tendem a recusar a redução praticada na ação desapropriatória, que vê tudo o que vai ser perdido sob as águas do lago como passível unicamente de uma avaliação e uma indenização monetária. (GRZYBOWSKI, p. 26, 1990).

Objetivamos interpretar e problematizar como o acontecimento discursivo de desapropriação dos ribeirinhos significa e quais os efeitos de sentido decorrentes. Interpretamos o discurso do e sobre o sujeito ribeirinho (oleiros, pescadores e agricultores), supostamente excluídos, e, em particular, estudar as representações que fazem de si em momentos de tensão, desvendando as relações de poder, discutindo as representações desses

sujeitos; investigando o confronto de formações discursivas (FDs) constituídas no discurso do ribeirão (e dele constitutivas).

Para tanto, nossas indagações perpassam por: o que representa para o ribeirão o processo de desapropriação e formação do lago? As compensações (substituição de uma olaria por outra, indenizações financeiras) são por si só suficientes? É possível compensar toda uma cultura, entendida como um modo de vida, em um determinado lugar? Os benefícios e os prejuízos se compensam, de modo que se restabeleça, para uma comunidade, um verdadeiro estado de equilíbrio? São estas questões que merecem ser discutidas e explicitadas e que estimulam a nossa pesquisa em busca de sentidos.

A fim de discutir a produção de sentidos no discurso do ribeirão, bem como observar as imagens por eles construídas sobre lugar e resistência, ancoramos esta pesquisa nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso (AD). Teoria constituída na França no final da década de 1960, resultante dos trabalhos de Michel Pêcheux, que buscava a explicitação dos mecanismos discursivos que embasam a produção dos sentidos. Em desenvolvimento no Brasil, desde o final dos anos 1970, com os trabalhos de Eni Orlandi, a AD consolidou-se como um campo fértil de investigação, por vincular, nos estudos discursivos, língua, ideologia e história. Em nossa reflexão buscamos também, em particular, embasamento teórico em Maingueneau (2005), por acreditarmos que as reflexões deste pesquisador em muito contribuiu com as análises.

As análises, qualitativas, incidem sobre material organizado em vídeos (documentários) produzidos no momento em que irrompeu o acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990, p.17-19) de desapropriação dos ribeirinhos (2000), visto que essas imagens materializam o confronto e a coexistência, na sociedade, de dois mundos contraditórios: os grandes empresários e os pequenos artesãos, extremos de uma relação de classes. Evento bastante importante, haja vista que o processo de represamento dos rios e os conflitos daí resultantes, como “expulsão” dos habitantes das barrancas, ocorre num processo ininterrupto.

Tudo isso nos leva a refletir sobre as condições de vida do homem das sociedades modernas e põe em dúvida alguns conceitos e conquistas da humanidade: a tecnologia, fonte da maioria de nossas comodidades, não nos coloca paradoxalmente na posição de prisioneiros vivendo mais para nós mesmos do que para a comunidade? Será que é possível escapar dessa caverna chamada “Capitalismo”? (SARAMAGO, 2000).

Dentre as obras disponíveis para consulta, apesar de termos verificado a existência de trabalho da perspectiva da linguagem² constatamos que as pesquisas sobre o tema ainda se encontram concentradas em áreas como Geografia, Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Produção e Consumo Energético. As discussões presentes nesses escritos mostram o processo de desapropriação da perspectiva do equilíbrio ecológico, focalizando especialmente a fauna e a flora. Há, portanto, uma carência de estudos que enfoquem o ser humano, suas relações com o ambiente, seus processos de identificação, isto é, que aborde o homem em sua singularidade, a partir da linguagem numa abordagem discursiva.

Michel Pêcheux (1988) produz, nos estudos discursivos, uma mudança substancial em relação à concepção de discurso e de *corpus*, na ocasião de seu contato com o conceito de formação discursivo (FD), anteriormente proposto por Michel Foucault em *A Arqueologia do Saber*. Esse conceito, convertido e adaptado ao materialismo histórico, corrobora pensar o discurso como uma realidade material que não pode mais ser vista fora de determinadas condições materiais e históricas de existência. Assim, os *corpora* devem ser analisados, então, preferencialmente, considerando-se sua inscrição no interior de determinadas *condições de produção*, definidas em relação à história das formações sociais.

Não se trata mais de pensar um exterior discursivo, mas de conceber um espaço discursivo e ideológico onde se desenvolvem as FD, em face das relações de dominação, de subordinação e de contradição, abrindo, assim, o caminho para a proposição do conceito de interdiscurso e a conseqüente falência da homogeneidade do *corpus*.

A noção de *corpus* aproxima o conceito teórico de formação discursiva da parte prática a ser desenvolvida na análise. As bases ideológicas e historiográficas, que antes encerravam as entidades discursivas em blocos homogêneos, como o discurso da burguesia, o discurso dos comunistas, entre outros, ou seja, consideravam os discursos como definidos *a priori*, neutralizando o exterior discursivo, não resistem às novas reflexões que aproximam a noção de formação discursiva, “aquilo que pode e deve ser dito e articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc. a partir da posição dada na conjuntura social” (PÊCHEUX, 1988, p.160), à noção de acontecimento.

Nesse sentido, o objeto desta pesquisa constitui-se de enunciados proferidos pelos ribeirinhos (oleiros, pescadores e agricultores), por ribeirinhos líderes e sobre os ribeirinhos (proferidos por representantes de lideranças e também pelo narrador dos documentários). São pronunciamentos feitos em um momento de transição: saída da barranca e relocação em um

² SANTOS, Izabel Eugenia de Souza Santos. Representação social da voz do estado no discurso do desenvolvimento tecnológico. Três Lagoas – MS, 2000. 117p. Dissertação de Mestrado

novo lugar, em decorrência do alagamento das terras ribeirinhas, situadas às margens do rio Paraná.

Os enunciados foram coletados em duas fontes, a saber: *Os sem rios*, uma produção efetuada pelo Movimento dos Atingidos por barragens – MAB, no ano de 2000 e com duração de trinta minutos, com o objetivo de denunciar a situação dos oleiros, pescadores e agricultores diante do processo de desapropriação. E a outra, *Últimas imagens do Iate Clube Rio Verde e dos lugares mais próximos do Iate antes das águas subirem*, uma produção elaborada por Souza e Silva Vídeo Produções, em 17 de outubro de 2000, com duração de uma hora e dez minutos, e que teve por objetivo retratar a história e a memória do lugar onde viviam, material este, produzido na cidade de Brasilândia – Mato Grosso do Sul.

Após a opção pelo trabalho com os documentários em vídeo VHS, a metodologia obedeceu às seguintes etapas: a) coleta de discursos do/sobre o ribeirão mediante transcrição das fitas de vídeos; b) seleção e organização dos recortes dos enunciados pertinentes às especificidades da análise; c) composição de uma base de dados composta de sessenta e dois enunciados e, agrupamentos dos enunciados de acordo com a seqüência histórica dos acontecimentos discursivos de desapropriação dos ribeirinhos. A transcrição das fitas foi efetuada de acordo com as normas da gramática do português falado de Ataliba de Castilho (1994). Com vistas à preservação da identidade dos reais autores das falas, foram utilizadas siglas fictícias.

Quanto aos enunciados contidos nas fitas de vídeo, tratam-se de discursos em que, num mesmo espaço, coexistem descrição e narração, o que nos remete a Maingueneau (1997, p. 35), ao salientar que, “a noção de ‘gênero, não é de fácil manejo’, uma vez que encaixam-se frequentemente uns nos outros”.

A primeira, *Os sem rios*, aproxima-se mais de um documentário produzido e editado, mesclando-se narração e depoimentos dos ribeirinhos e de lideranças ligadas à pastoral da terra. Em referência à segunda, *Últimas imagens do Iate Clube Rio Verde e dos lugares mais próximos do Iate antes das águas subirem*, o narrador relata fatos pertencentes ao passado da região e descreve-os apontando características ambientais, tais como as pessoas, paisagens e outros. O texto verbal busca direcionar-se à leitura da imagem e, conseqüentemente, condicionar o espectador à visibilidade do mundo narrado; procedimento característico de programas jornalísticos televisivos e de certo tipo de documentário em que a fala do locutor “explica” o universo abordado.

O locutor, ao apresentar as últimas imagens do *Iate Clube*³, o faz por meio das histórias das pessoas que habitam ou habitavam a região e, ao narrar, destaca paisagens, devastações e as peculiaridades do lugar, intercaladas por depoimentos dos ribeirinhos. A história é contada informal e naturalmente, tomando-se, como ponto de partida, o falar de um passado idílico e de uma incerteza do devir. Ao discurso verbal por meio de que se materializa a história do Iate Clube Rio Verde, associam-se linguagens gesto-visuais. O foco narrativo está centrado nos sentimentos e emoções dos “personagens reais” diante das últimas imagens do lugar onde ainda vivem e que ficará coberto pelas águas.

O enredo descreve o lugar, as pessoas e os ofícios. Os personagens são reais (os ribeirinhos), a narrativa trata dos fatos ocorridos no espaço, às margens do rio Paraná, no ano de 2000. Como marca visível do conflito, têm-se a imagem da desolação dos ribeirinhos diante da situação de ter que deixar seu lugar de habitação e sobrevivência.

Trata-se de um material documentário em que a descrição/narração são mescladas levando em consideração, as emoções e os sentimentos, tanto dos ribeirinhos quanto do próprio narrador, que, além de, constantemente, destacar os efeitos psicológicos que a saída da barranca deixará em cada morador, explicita também os sentimentos diante da situação. A narração é permeada pelo discurso direto – ao longo da filmagem, introduzem-se diálogos dos personagens (os ribeirinhos) – e, como desfecho, o narrador pronuncia o seguinte texto: “o que não foi filmado não existe”.

Esse tipo de documentário nos remete a Maingueneau (1997, p. 35), pois chama a atenção do analista para, em lugar de uma lista de gênero, questionar sobre a maneira de conhecer as próprias “coerções genéricas”, o que significa passar de uma concepção do gênero como conjunto de características formais, de procedimentos, a uma concepção “institucional”, isto é, articular “o dizer” ao conjunto de fatores do ritual enunciativo (as condições de enunciação).

Um gênero do discurso implica condições de diferentes ordens: (a) *comunicacional* (oral ou escrita), em que meio (jornal, cotidiano), aspectos os quais incidem radicalmente sobre o modo de sua existência semiótica - “a cada gênero associam-se momentos e lugares de enunciação específicos e um ritual apropriado. O gênero, como toda instituição, constrói o tempo-espaço de sua legitimação”; (b) *estatutária*, que implica conhecer o estatuto do enunciador e do co-enunciador para tornar-se sujeito do discurso, ou seja, a legitimidade do lugar que cada um ocupa no processo enunciativo. Quem fala? Esse

³ Clube de pesca que se situava às margens do rio Paraná, local que servia de passagem do município de Brasilândia – MS para o município de Paulicéia – SP.

falante tem autoridade para exercer esse tipo de linguagem? A explicitação das condições genéricas, de suas cenografias, não representa uma finalidade para a AD. Estas apenas constituem coerções por ela integradas *a priori* com o intuito de analisar outras coerções referentes à formação discursiva a ser estudada.

Esclarecemos que o primeiro vídeo é constituído de material cujo propósito é denunciar os “desmandos” da CESP, de modo que é de se esperar que, na composição e edição deste, tenha-se optado por discursos que realcem tanto a insegurança dos moradores quanto a saída da barranca. O segundo, por sua vez, com objetivos explícitos de guardar na memória, momentos vividos na região, constitui-se de um discurso saudosista, povoado de memórias do passado, o que serve para elevar os aspectos positivos do lugar de origem em detrimento do novo lugar, “beirando” à romance de memória, com falas melancólicas e poéticas.

Feitas essas considerações, é importante salientar como procedemos à organização do material coletado.

Na organização dos enunciados, optamos por seguir as pistas de Pêcheux (1990), contidas na obra *Discurso: estrutura ou acontecimento*, no qual o autor apresenta-nos uma reflexão sobre a natureza, as tarefas e os métodos da análise do discurso. Partindo da análise do *acontecimento discursivo (On a gagné)*, proferido à época das eleições francesas, apresentando-o em seu contexto “de uma atualidade e no espaço da memória” (PÊCHEUX, 1990, p.19) por ele convocado, o pesquisador toma o enunciado como unidade de análise, insere-o em uma rede de outros enunciados, em sua não transparência e evidência. Percebemos que o caminho traçado por Pêcheux para a análise do enunciado parte de jogos enunciativos, articulando o lingüístico com o histórico.

Pêcheux sugere ainda quatro caminhos de abordagem: no primeiro, sugere que se tome o enunciado no ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória; no segundo, propõe que se parta de uma questão filosófica; no terceiro, uma relação entre a análise como descrição e como interpretação; por último, propõe entrecruzar os três caminhos: o do acontecimento, o da estrutura (língua) e o da tensão entre a descrição e a interpretação.

Assim, sustentados no eixo dos enunciados recortados dos vídeos produzidos, trabalhamos a partir do acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990), que inquietou as filiações de memórias produzindo diversos sentidos, que significam a vida dos ribeirinhos na barranca do rio e seu deslocamento.

A expressão “interincompreensão discursiva regulamentada” (MAINGUENEAU, 2005), aplicada ao objeto dessa pesquisa, ao adotarmos uma postura interpretativa em relação

ao acontecimento de desapropriação dos ribeirinhos, tem-se, ao mesmo tempo, um sentimento de pertencimento e de distanciamento da situação: refletir sobre a construção de usinas hidrelétricas traz, igualmente, o sentimento de necessidade e de perplexidade diante da preocupação com os recursos naturais. Ainda de acordo com o autor, vale ressaltar a seguinte citação:

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de inter-incompreensão regrada. Cada um introduz o outro em seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do mesmo e, assim, sua relação com esse outro se dá sempre sob a forma de “simulacro” que dele constrói. [...] Não existem, de um lado o sentido, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação, mas, em um só movimento, o sentido como mal-entendido (MAINGUENEAU 2005, p. 22).

Com o distanciamento de um pouco mais de cinco anos dos fatos e acontecimentos de desapropriação dos ribeirinhos, tomando as nossas observações de tudo o que ouvimos e lemos, deparamos com ditos, não-ditos, interditos e também com dizeres supostamente ditos ou a serem ditos, que acabaram construindo e reconstruindo os fatos/acontecimentos a que nos referimos, expressando objetividades, subjetividades, interpretações, posicionamentos, compromissos ideológicos conscientes e inconscientes, distanciamentos e pertencimentos.

Como não existe discurso sem sujeito é impossível, para Pêcheux (1988), haver também discurso sem ideologia. Ora, essa imposição da linguagem sobre a nossa idealizada ação de sujeitos, fadados a lembranças e a esquecimentos, não restringe a nossa capacidade observadora e de análise, mostrando, no entanto, uma relatividade possível em nossas percepções.

Recorremos a Foucault para compor o referencial, ao tratar das prisões linguageiras ou das estruturas linguísticas, dentre as quais, as de função sujeito:

Gostaria de perceber que no momento de falar uma voz sem nome me precedia há muito tempo: bastaria, então, que eu encadeasse, prosseguisse a frase, me alojasse, sem ser percebido, em seus interstícios, como se ela me fizesse sinal, mantendo-se, por um instante, suspensa (FOUCAULT, 1996, p.5).

Assim, metodologicamente, os capítulos desta dissertação apresentam-se mais como gestos interpretativos de sentido do que portadores da verdade dos fatos sobre a voz do

ribeirinho, diante do processo de construção da Usina Hidrelétrica e, a conseqüente saída da barranca.

O trabalho encontra-se organizado em três capítulos: o primeiro, compreende os conceitos mapeados a partir da Análise do Discurso, utilizados em nossa análise. No segundo, relacionamos as condições de produção, tomando a desapropriação dos ribeirinhos como um acontecimento discursivo e trazendo a historicidade do aproveitamento dos rios, da construção de hidrelétricas e dos impactos ambientais. No terceiro, trazemos para a cena os discursos dos ribeirinhos (oleiros, pescadores e agricultores), dos ribeirinhos líderes e sobre o ribeirinho materializado na voz de lideranças e do narrador. Encontra-se dividido em três tópicos: o primeiro seguimenta-se ainda em seis sub-temas, organizados segundo a cronologia dos pronunciamentos dos ribeirinhos, quanto ao lugar de origem, à atividade praticada, à relação com a natureza, à saída da barranca e aos processos de indenização e dos ribeirinhos do lugar de liderança; o segundo tema apresenta o discurso sobre o ribeirinho materializado na voz e líderes do MAB, do narrador, e sobre o alagamento e desapropriação da região, obre o “Progresso” e bem “estar social” diante da destruição da região; no último tema, então, buscamos traçar uma trajetória das mudanças provocadas pelo acontecimento discursivo de desapropriação dos ribeirinhos e conseqüente alagamento da região, por meio da análise das designações *de ribeirinhos a sem rios*.

De modo geral, propomos, com esta pesquisa, apresentar considerações acerca da composição do objeto; situar a pesquisa quanto ao arcabouço teórico; construir um cenário que seja capaz de descrever historicamente a importância dos rios, contextualizar a importância deste para os ribeirinhos, descrever o panorama histórico do processo de modernização do Brasil e, dentro desse contexto, a construção de Usinas Hidrelétricas; trazer para a cena o ribeirinho interpretando os efeitos de sentidos no seu discurso sobre: o lugar de origem, ofício de oleiro, pescador e de agricultor, a relação com a natureza, a saída da barranca e o processo indenizatório; trazemos também, para a cena, o narrador e, com estes, os efeitos de sentido presentes em seu discurso da posição de liderança dos ribeirinhos.

Assim, com esse trabalho, pretendemos demonstrar a importância da linguagem e com ela o acesso ao discurso, o desvendar das tramas do poder e a reconfiguração dos sujeitos. Acrescentamos ainda que, o título atribuído à pesquisa faz referência a dois aspectos: a relação do ribeirinho com a sua constituição enquanto sujeito: o espaço geográfico por ele vivenciado (a margem do rio) e o espaço social configurado (à margem das relações sociais/exclusão) e a possibilidade de ascensão ao discurso e ao exercício do poder mediante a sua inscrição no universo discursivo.

CAPÍTULO I : FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Uma coisa em todo caso é certa: é que o homem não é o mais velho nem o mais constante que se tenha colocado ao saber humano. (...) o que deixou aparecer a figura do homem (...)foi o efeito de uma mudança nas disposições fundamentais do saber (FOUCAULT, 1981, p.536)

1.1 Sobre a análise do discurso de linha francesa

Tendo como marco inaugural a publicação da obra *Análise Automática do Discurso (AAD)*, em 1969, por Michel Pêcheux, que a definiu, inicialmente, como o estudo lingüístico das condições de produção de um enunciado, o referencial teórico-metodológico traçado por Michel Pêcheux (1975) surgiu como uma crítica aos estudos da linguagem. A Análise do Discurso (AD) pode ser entendida tanto como referencial metodológico quanto como uma teoria. Sua abordagem discursiva inscreve-se no espaço que há entre a lingüística e as ciências das formações sociais (PÊCHEUX, 1983).

A AD resultou da articulação entre Lingüística, História e Psicanálise, conforme a proposta de Michel Pêcheux (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 163), de tratar um objeto onde se fundem língua, história e sujeito. De acordo com Orlandi (2001), essa disciplina localiza-se no entremeio de cristalizações epistemológicas dessas ciências – “entremeio” entendido não como espaço interdisciplinar, mas como lugar de contradição.

Diferentemente da lingüística e das ciências sociais, a AD focaliza a linguagem em seu funcionamento, o sujeito em interação, (re)produzindo sentido por meio da linguagem em dada situação e contexto histórico. Dessa forma, concebe a relação entre história, sujeito e linguagem, num complexo de que decorre a produção de sentidos.

Antes do mapeamento dos conceitos úteis ao nosso trabalho, fazemos um desvio pelo viés do mito: quando o homem não dispunha de meios para explicar a realidade recorria-se aos mitos, isto é, a verdades que perduraram durante séculos, pois, inexistia a “verdade” enquanto conjunto de idéias de uma época ou enquanto ocultamento da realidade social em sua “forma ideológica” ou, por que não, enquanto “vontade de verdade”, o que nos faz

lembrar o mito da deusa Athena⁴ (em disputa com Arachne), mito este, que povoou as reflexões de filósofos como Platão e Marx.

Assim como esses estudiosos que, ao tecerem suas filosofias, recorriam aos mitos, nós também o fazemos, talvez em busca de munirmo-nos de coragem para trazer, imbricadas em nossas reflexões os conceitos de Michel Pêcheux e Michel Foucault, pois sabemos que essas considerações foram recusadas até pelo próprio Foucault, a exemplo das discussões acerca da “vontade de verdade” foucaultiana com a tese pechetiana (althusseriana) de interpelação ideológica. Acreditamos, porém que, apesar das divergências, existem muitos pontos convergentes entre esses dois pensadores e, são esses pontos que pretendemos perseguir.

Retiramos, do diálogo com estes estudiosos, a reflexão sobre princípios que o analista de discurso deve preservar, isto é, o combate à possibilidade de uma única verdade e de um sujeito agente da ciência, a exemplo daquele extraído das reflexões de Descartes.

1.2 Sujeito e discurso: formação discursiva

Para discorrer sobre a noção de *sujeito*, buscamos apoio tanto nas formulações de Pêcheux (1983) quanto em Foucault (1969, 1979, 1996), uma vez que, para ambos, o sujeito, concebido pela AD, perde sua universalidade, sua autonomia e sua centralidade. Decorre isso do fato de se integrar ao funcionamento dos enunciados uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica, em que “o sujeito falante, efeito de linguagem, é determinado pelo inconsciente e pela ideologia” (CHAUÍ, 1980, p.119). Trata-se de uma concepção que rompe com as teorias inatistas e com as teorias essencialistas, entendendo que tanto o sujeito quanto os sentidos não são dados *a priori*, mas são constituídos no discurso.

A ambigüidade constitutiva da noção de sujeito inscrita na AD situa-se paradoxalmente entre uma subjetividade livre e uma subjetividade assujeitada. O indivíduo é interpelado em sujeito (livre) para que se submeta livremente às ordens do discurso, logo, para que ele aceite (livremente) seu assujeitamento (ALTHUSSER, 1974). O espaço de sua constituição é tenso (ORLANDI, 1988), nem totalmente livre, nem totalmente assujeitado. Sobre a constituição da subjetividade revelam-se as contradições que marcam o sujeito na

⁴ In: GHIRALDELLI Jr. Paulo, *Coruja e filosofia - o que fazem juntas?*

AD: tensionado entre a incompletude e o desejo de ser completo; cindido entre a dispersão de sua subjetividade e a vocação totalizante do sujeito-locutor em busca da unidade e coerência de seu texto; encontra-se na AD, com efeito, um sujeito marcado pela ilusão de ser fonte e origem dos sentidos que produz.

A subjetividade desloca-se do sujeito e passa a ser vista como efeito de linguagem. O sujeito é integrado ao funcionamento do discurso, determinando e sendo determinado tanto pela língua quanto pela história. Trata-se do sujeito descentrado: um mesmo sujeito é, efetivamente, outro. A ambigüidade, a dispersão e a heterogeneidade são, portanto, constitutivas do sujeito e dos discursos.

A teoria da constituição do sujeito na AD foi construída, ainda, tendo como referência conceitos psicanalíticos lacanianos, tais como imaginário, simbólico e real. Existe, para Pêcheux, um real da língua que tem a ver com a ordem da história. É via imaginário que o sujeito se relaciona com a realidade. Essa relação não é direta, mas mediada pela linguagem enquanto campo simbólico de elaboração do sentido. O imaginário não se opõe à realidade, sendo parte constitutiva dela, um efeito do real. O discursivo é a ligação entre a ordem do imaginário, do ideológico, e a ordem simbólica, a ordem das palavras.

Para Mussalin (2004, p. 107) a descoberta do inconsciente por Freud provoca alterações na concepção desse sujeito uma vez que passa a ser questionado o seu estatuto de entidade homogênea, pela concepção freudiana de sujeito clivado, dividido entre o consciente e o inconsciente. A releitura laciana de Freud evidencia que o inconsciente se estrutura como uma linguagem, como uma cadeia de significantes que se repetem e interferem no discurso. É como se existissem, sob as palavras, outras palavras, como se o discurso fosse sempre atravessado pelo discurso do Outro, do inconsciente. De acordo com Maingueneau (1997, p.69) a tarefa do analista consiste em fazer emergir, por meio de um trabalho na palavra e pela palavra, essa cadeia de significantes, essas “outras palavras”, esse “discurso do Outro”. A descoberta feita por Lacan provoca implicações para a psicanálise e para a AD, o que diz respeito ao conceito de sujeito, definido segundo o modo como ele se estrutura a partir da relação que mantém com o inconsciente, com a linguagem, já que, para Lacan, “a linguagem é condição do inconsciente” (BRANDÃO, 2002 p.56).

Tanto para Pêcheux (1983) como para Foucault (1969, 1979, 1996), mesmo que o sujeito seja produzido pelas verdades de um determinado tempo e contexto, ou pela ideologia dominante, isso não constitui, por exemplo, uma prisão que encarcera os destinos dos sujeitos. De fato, ocorre o contrário. A partir das verdades e da ideologia que lhes são oferecidas ou impostas, as mesmas que se construirão seus “destinos” oferecem, conforme Foucault (1996),

lugar para a instalação da resistência e a desidentificação, posto que não existem formas de dominação e tampouco relações de poder sem, ao menos, que os sujeitos estejam livres. A liberdade não se associa à ausência de normas e regras, mas ao que fazemos com as normas e regras. Elas não só nos constituem, mas servem para produzir-se eticamente.

O sujeito do discurso institui-se à medida que se estabelecem as relações de sentido. O sentido não está nas palavras; as significações são instituídas à medida que ocorre a interação entre os interlocutores e que o sujeito se desidentifica no interior do discurso. Nesse aspecto, o discurso é “efeito de sentido entre locutores”, conforme Orlandi (2001, p. 21).

Para a AD, a noção de discurso enquanto prática é tomada de empréstimo de Foucault (1969): Não se pode falar em qualquer época de qualquer coisa; não é fácil dizer qualquer coisa que seja nova (FOUCAULT, 1969, p. 61). O discurso é uma prática que relaciona a língua com outra coisa, ou seja, à prática discursiva:

Não a podemos confundir com a operação expressiva pela qual um indivíduo formula uma idéia, um desejo, uma imagem; nem com a atividade racional que pode ser acionada num sistema de inferência; nem com a ‘competência’ de um sujeito falante quando constrói frases gramaticais; é um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, numa dada época, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa (FOUCAULT, 1969, p.147-148).

Foucault (1969; 1996) afirma que o discurso de uma área específica de conhecimento é constituído por um espaço heterogêneo e de dispersão: dispersão de objetos, dispersão de temáticas e de teorias. O que atribuiria uma suposta unidade a um discurso, afirma o autor, não seria a existência de um objeto único, de um estilo único, de temáticas e teorias ou conceitos hegemônicos. O que caracterizaria a unidade do discurso seria um jogo de relações entre objetos, estilos, temáticas, teorias e conceitos.

Os discursos, de acordo com esse pensador, são práticas sociais, ou seja, práticas discursivas entendidas como regras anônimas, constituídas no processo histórico, determinadas no tempo e no espaço. O sujeito que conhece os objetos e as modalidades de conhecimento são efeitos das implicações do poder-saber e de suas transformações históricas, e não efeitos diretos da interpelação ideológica. Para ele, a ideologia não exclui a cientificidade, porque poucos discursos deram tanto lugar à ideologia quanto o discurso clínico ou o da economia política, por exemplo, evidenciando o funcionamento ideológico das ciências. Foucault (1969) não centra sua atenção na ideologia na constituição dos discursos,

aspecto central da AD de Pêcheux (1983), e, sim, na história, entendida não de uma perspectiva linear ou evolutiva, mas a partir de acontecimentos marcados por rupturas e por descontinuidades, na perspectiva genealógica de Nietzsche.

O discurso só pode ser pensado como o lugar onde “a forma-sujeito tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso” (PECHEUX, 1998, p. 167). Para o pesquisador, não há discursos neutros, constituídos sob a ilusão de que não se está tomando posição ao proferir determinado enunciado. A noção de discurso considera o histórico e o social conjuntamente, sob o modo da ideologia, pois é esta que interpela o sujeito que se submete à formação discursiva dominante. Em todo discurso, há deslizamento de sentidos e interpretação, que são engendrados pelas formações ideológicas presentes em dado contexto. Não se trata, na AD, de interpretar, encontrar ou extrair um sentido último do texto, mas de compreender o processo discursivo por meio da identificação da estrutura invisível da FD dominante (que produz discursos) e explicitar seu caráter ideológico.

Por fim, salientamos que Foucault sempre evitou o termo ideologia (considerando que o faz quando define formação discursiva) tratando do sujeito constituído historicamente sobre determinações que lhe são exteriores, por práticas⁵, que ousaríamos dizer ideológicas. É a partir desse parâmetro que interpretamos nossos dados.

A noção de formação imaginária em Pêcheux (1983) parte da idéia de que a posição dos protagonistas do discurso intervém na produção do próprio discurso. Um discurso não é uma transmissão de informação, mas um efeito de sentidos entre interlocutores cujos lugares de onde falam configuram seu próprio discurso. Os lugares de onde os interlocutores falam podem representar “coerções do discurso: as que limitam seus poderes, as que dominam suas aparições aleatórias, as que selecionam os sujeitos que falam” (FOUCAULT, 1996, p.37).

Todo processo discursivo supõe a existência de relações de força imaginárias, que são as representações subjetivas das designações das posições dos sujeitos. Esse lugar não é objetivo, mas um lugar transformado, representado pelos participantes do discurso, ou seja, refere-se à imagem que se fazem uns dos outros os participantes do diálogo. A cada etapa, o discurso de um protagonista é modificado pelo do outro. Há uma antecipação do que o outro vai pensar na constituição de qualquer discurso. A posição dos protagonistas do discurso intervém como uma das condições de produção do discurso, embora o contexto seja um

⁵ Apresentadas por Foucault, na *Ordem do Discurso*, enquanto resultado de diversos sistemas de controle da palavra.

objeto imaginado (o ponto de vista do sujeito) e não a realidade física. Nesse sentido, “o que funciona nos processos discursivos é uma série de formações imaginárias que designam o lugar que “A” e “B” atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro” (PÊCHEUX, 1983, p. 82).

Também na produção discursiva, configura-se um jogo imaginário: as imagens constituem as diferentes posições ocupadas pelos interlocutores, os lugares que atribuem a si mesmos e ao outro, ao referente, irrompendo um curso complexo de relações. Por esse aspecto, as escolhas do que se diz não são aleatórias, constituem-se falhas, dispersões do sujeito. Cada um enuncia de acordo com a instituição a que pertence, conforme as posições ideológicas a que está submetido.

Uma formação ideológica (FI) fala sobre as mesmas coisas, porém, em perspectivas contraditórias que têm a ver com o antagonismo das classes sociais.

As contradições ideológicas que se desenvolvem através da unidade da língua são constitutivas pelas relações contraditórias que mantêm, necessariamente, entre si ‘os processos discursivos’, na medida em que se inscrevem em relações ideológicas de classes (PÊCHEUX, 1988, p. 93).

As formações ideológicas comportam uma ou mais formações discursivas (FDs). O que distingue as FDs umas das outras é o modo como elas se relacionam com a formação ideológica. Segundo Pêcheux (1988, p. 160) “A formação discursiva determina o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma arenga, de um sermão, de um panfleto, de uma exposição, de um programa etc.) a partir de uma posição dada ...”

Por meio da FD é possível atingir a formação ideológica (FI) que rege o funcionamento e a aparição dos diversos discursos, posto que estes são povoados por contradições. Para Pêcheux (1983), a contradição é um princípio constitutivo de toda FD. Também para Foucault (1969), as contradições, as dispersões e as irregularidades são constitutivas das FD. Entretanto, para Foucault (1969), a AD propõe analisar as diferentes FD a partir das suas possibilidades de emergência, não atribuindo, como o faz Pêcheux (1983), um papel preponderante à ideologia (antagonismo de classes) na análise dos discursos, diferença fundamental entre os autores. De toda forma, ambos, Foucault (1969) e Pêcheux (1983), entendem que a contradição não é só princípio constitutivo de toda FD, mas é a própria lei de existência do discurso. Tanto os sujeitos quanto os sentidos, historicamente

determinados, se constituem nas FD, as quais têm a função de dissimular a evidência dos sentidos.

1.3 Condições de produção, memória e acontecimento discursivo

Faz-se necessário referir o discurso ao conjunto de discursos possíveis a partir de um estado definido das condições de produção (CP). As superfícies discursivas, analisadas em série, dão vestígios do seu processo de produção. O processo de analisar um discurso consiste em desvelar a estrutura invisível que determina sua produção. No dizer de Pêcheux:

dado um estado dominante das condições de produção do discurso, a ele corresponde um processo de produção dominante que se pode colocar em evidência pela confrontação das diferentes superfícies discursivas provenientes desse mesmo estado dominante (PÊCHEUX, 1983, p.104).

Orlandi (2001) define CP em sentido estrito e lato. A primeira diz respeito ao contexto imediato; ao “aqui e agora” do dizer. A segunda contempla o contexto sócio-histórico mais amplo, mas isso serve apenas para fins explicativos, uma vez que, nas análises, ambas são indissociáveis.

Logo, as CP são entendidas como a situação empírica imediata no discurso; não são apenas circunstanciais, são também históricas; implicam o que é material (língua e a história), o que é institucional (social e ordem) e o que é imaginário (imagens dos sujeitos em suas posições). Englobam o contexto amplo e restrito da produção do discurso, um imbricado no outro. Compreendem o momento histórico, o referente, os interlocutores, os quais representam lugares na estrutura social e relacionam-se por uma série de “formações imaginárias”. As CP são importantes porque os interlocutores organizam sua fala não somente como forma de estruturação de texto, mas também como forma de instituição de seu sentido.

Quanto à noção de memória, diferentemente de concebê-la como espiritual, um ponto físico do cérebro, no indivíduo (sujeito), social (sociedade), coletiva (grupo de pessoas), Pêcheux (1990) pensa a memória como material, histórica, lugar social de “retomadas”, de “disjunções”, de conflitos: “um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e “contra-

discursos”, lugar onde os discursos estão condensados” (PECHEUX, 1990, p. 56). Por ser, a memória de que fala o autor, discursiva, nela já se encontram pressupostas a sociedade, a coletividade, a posição sujeito, a historicidade.

A memória está relacionada à discursividade e, para que se inscreva na história, tem de ter uma regularização, no entanto, não pode ser provada, ser deduzida de um *corpus*, porque, mesmo sob forma de implícitos (retomadas, remissões, paráfrases), a memória pode ser perturbada pelo acontecimento discursivo novo, tendendo a absorvê-lo. “Haveria, assim, sempre um jogo de força na memória, sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, 1990, p.53), que visa à regularização e também à “desregulação” dos implícitos:

A questão da memória como estruturação de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita (PÊCHEUX, 1990, p. 52).

Segundo Orlandi (2001, p. 59), “a memória é feita de esquecimentos, de silêncios, de sentidos não ditos, de sentidos a não dizer, de silêncios e “silenciamentos”; é o interdiscurso em AD. Conforme Pêcheux (1988), algo fala antes, em outro lugar; é o saber discursivo que faz com que, ao falarmos, nossas palavras façam sentido. A memória constitui-se pelo “já-dito”, que possibilita todo dizer. Palavras já ditas e esquecidas, ao longo do tempo e de nossas experiências de linguagem, que, no entanto, nos afetam em seu “esquecimento”. A relação entre memória e acontecimento é tensa. Toda memória é tensa porque está sempre relacionada a outras no discurso.

O acontecimento refere-se àquilo que não está previsto na estrutura, mas vem “de repente”, para sua inscrição na memória; deve ser significativo, a ponto de disputar lhe um espaço, e “perfurá-la”; caso contrário, a memória o absorverá, antes mesmo que se inscreva (PÊCHEUX, 1988). Dessa forma, há acontecimento que lhe escapa, dada a sua pequena relevância, e há aquele que, de tão “forte”, é absorvido pela memória a ponto de perder-se. Dir-se-á, então, que um contra discurso “esburaca” a memória, esse espaço móvel de debates, e conquista de um espaço para sua existência como acontecimento discursivo (PÊCHEUX, 1990, p. 52).

O interdiscurso é entendido como “o todo complexo com dominante” das FD que designa o espaço discursivo e ideológico no qual se desenvolvem as relações de dominação, subordinação e contradição (PÊCHEUX, 1988, p. 162). Ele determina o sujeito impondo-dissimulando seu assujeitamento sob a aparência da autonomia.

Há uma polifonia inscrita na enunciação, que na AD é tida como o interdiscurso, isto é, o conjunto de discursos que são retomados em cada dizer. Para a AD, os discursos são, portanto, heterogêneos. Na fala de um sujeito, falam também outras vozes. O discurso se tece polifonicamente num jogo de vozes cruzadas, complementares, concorrentes e contraditórias (BAKHTIN, 1992), não havendo discursos monológicos, unívocos ou estáveis, mas discursos que se pretendem, ou “fingem-se” monológicos. Embora

ninguém sonhe em negar que existem diversas séries de universos discursivos logicamente estabilizados, inscritos no espaço das ciências matemáticas e das ciências naturais (...) é imperioso reconhecer que toda língua natural é também a condição da existência de universos discursivos não estabilizados logicamente, próprios ao espaço sócio-histórico dos rituais ideológicos, discursivos filosóficos, enunciados políticos, expressão cultural e estética (...) nos quais a ambigüidade e o equívoco constituem um fato estrutural incontornável (PÊCHEUX, 1990, p.50).

Pêcheux também compreende o interdiscurso como fonte da memória, onde ressoa uma voz sem nome, que é exterior ao sujeito, e confirma a idéia de que o ideológico fala pelo/no sujeito: este é assujeitado às ideologias (históricas) que lhe pré-existem, porém existe uma abertura possibilitando-lhe o posicionamento em relação ao interdiscurso e ao deslocamento do “já-dito”. Para ele, as posições-sujeito no interdiscurso regulam o próprio ato da enunciação.

1.4 Enunciado e Enunciação: efeitos de sentido

Pêcheux & Fuchs compreendem que:

os processos de enunciação consistem em uma série de determinações sucessivas pelas quais o enunciado se constitui pouco a pouco e que têm por características colocar o “dito” e em consequência rejeitar o não-dito. A enunciação equivale, pois a colocar fronteiras entre o que é “selecionado” e tornado preciso aos poucos (através

do que se constitui o “universo do discurso”), e o que é rejeitado (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 178).

Por enunciação, compreende-se o singular, o irrepetível; ela não é individual; alguém diz algo a alguém num espaço físico, social, histórico, porque nela se estabelecem relações entre língua e ideologia.

Em geral, empregado nas ciências da linguagem, contrapondo-se ao conceito de enunciação, o termo enunciado tornou-se polissêmico. Foucault (1969), em *Arqueologia do Saber* (1969), conceituou-o como “a materialidade repetível, a unidade elementar do discurso”, conceito relevante para a AD. Seu caráter material atribui-lhe a característica de acontecimento, que não pode ser esgotado nem pela língua, nem pelo sentido. Não é frase, texto, período; é uma função que cruza um domínio de estruturas possíveis e faz que apareça como uma unidade com conteúdo concreto no tempo e no espaço, referindo-se a uma FD.

O enunciado é repetível porque institucional. Sua posição-sujeito é vazia, podendo o espaço ser ocupado por um ou diferentes indivíduos. Dessa forma, pode vir em forma de paráfrase – visto que todo enunciado pressupõe outros –, em série ou em conjunto.

De acordo com Pêcheux, o discurso possui uma materialidade (no caso, lingüística), o enunciado é, portanto, um “acontecimento” (uma forma material). O acontecimento é pensado como a emergência de enunciados que se inter-relacionam e produzem efeitos de sentido. Refere-se a algo único, singular, um “fato” que foge à estrutura. Por ser retomado, analisado, revisado, especificado, detalhado, por estabelecer relações, deslocamentos, vizinhanças; estar relacionado a outros similares, ou tornados similares; constitui discursividades, redes de memórias, que produzem os sentidos em um momento histórico, conforme assinala:

o discurso não é um aerólito miraculoso, independente das redes de memória e dos trajetos sociais nos quais ele irrompe [...] só por sua existência, todo discurso marca possibilidades de uma desestruturação-reestruturação dessas redes e trajetos: todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio-históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas de todo modo atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço (PÊCHEUX, 1990, p. 56).

Pêcheux (1983) entende, tal qual Foucault (1969), que não existe um discurso fundador, de origem absoluta. Enunciar é situar-se sempre em relação a um já dito: “todo o

discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito. Um livro, por exemplo, além de sua configuração interna e a forma que o autonomiza, está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases” (FOUCAULT, 1969, p. 34). O discurso conjuga-se sempre sobre um discurso prévio, sobre um discurso “pré-construído”. Enunciados simples são provenientes de outro discurso, de um discurso anterior, como se esse elemento já se encontrasse “sempre aí”, efeito da interpelação ideológica (PÊCHEUX, 1983). Discursos já ditos em outros lugares e em outros tempos são os discursos pré-construídos e fazem parte da FD, entretanto há sempre “deformações” sobre esse discurso prévio já constituído, possibilidades estas que permitem a construção de novos sentidos em função dos acontecimentos que o envolvem (FOUCAULT, 1969). Todo enunciado pode sempre tornar-se outro, uma vez que seus sentidos podem ser muitos.

Paráfrase refere-se à produção dos sentidos no discurso, segundo atestam Pêcheux & Fuchs:

Queremos dizer que, para nós, a produção de sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre seqüências tais que a família parafrástica destas seqüências constitui o que se poderia chamar de matriz do sentido. Isto equivale a dizer que é a partir das relações no interior desta família que se constitui o efeito de sentido, assim como a relação a um referente que implique esse efeito (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 169).

O sentido não é de uma palavra, mas de um conjunto de outras palavras que, com ela, mantém determinada ou indeterminada relação. Seu caráter é histórico. Num discurso, o sentido das palavras remete a ocorrências anteriores. É numa relação parafrástica que o efeito de sentido se produz. Paráfrase não é pura equivalência lingüística; por meio dela, além de estabelecer-se a relação semântica, é possível uma tensão entre a diversidade dos modos de restituição do sentido no discurso.

Em AD, o conceito de paráfrase é fundamental também por se referir tanto ao trabalho de descrição, quanto ao de interpretação do analista,

[...] todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, de deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro [...] Todo enunciado, toda seqüência de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis,

oferecendo lugar à interpretação. É nesse espaço que pretende trabalhar a análise de discurso (PÊCHEUX, 1990, p. 53).

No funcionamento discursivo concreto, todas as substituições são orientadas, toda restituição é deslocamento de sentido, visto que o sujeito não fala de um mesmo lugar, do mesmo modo e domínio de conhecimento. Mas a atividade de paráfrase tem como particularidade a reduplicação fiel do conteúdo por simples modificação da forma. Segundo Fuchs (1975, p. 32), parafrasear também é atividade metalingüística, “o único conhecimento da situação discursiva permite decidir se trata ou não de uma identificação parafrástica”.

Fuchs (1975) concebe, pois, a paráfrase como um lugar tenso para reformulação ou reconstituição do sentido por meio de um referente e de um conjunto enunciativo, espaço onde o referente se materializa expresso pelo seu caráter de decodificação e leitura, seja por meio de marcas lingüísticas, seja pelo processo intuitivo inerente ao leitor no fluxo interativo da linguagem. Logo, parafrasear um discurso ou enunciado de dada formação discursiva implica contextos históricos diversos, específicos sujeitos e determinadas ideologias. Quando o sujeito aciona o discurso na memória discursiva (no eixo vertical, o interdiscurso), para atualizá-lo, (no horizontal, o intradiscurso), processo muitas vezes nem sempre consciente, instaura-se uma tensão (mediante paráfrases, sinónimas) necessária ao sentido “desejado”.

O sentido apresenta-se como evidência, como se ele já estivesse sempre lá. Interpreta-se e, ao mesmo tempo, nega-se a interpretação, colocando-o no grau zero. Isso faz que uma palavra designe algo em determinada circunstância. As palavras recebem seus sentidos a partir das FD em que se inscrevem, de modo que os sentidos não são esgotados de imediato:

As palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seus sentidos em referência a essas posições, isto é, em referência às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem (PÊCHEUX, 1988, p. 160).

1.5 Poder: exclusão e resistência

O discurso está ligado à vontade e ao poder; “o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que se luta, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar” (FOUCAULT, 1996 p. 10). Não há, portanto, uma verdade absoluta, mas diferentes formas de conceber a realidade conforme as filiações históricas de cada pesquisador e as possibilidades discursivas e históricas de cada tempo (FOUCAULT, 1969; PÊCHEUX, 1983).

Tais reflexões são um convite para que possamos abandonar a pretensa ilusão de um saber verdadeiro último, neutro e supostamente fora das tramas do poder.

Para Foucault (1996), o papel político do intelectual seria o de colocar em evidência o sistema de poder que interpela, proíbe e invalida os discursos e os saberes das massas. A preocupação com a liberdade atravessa o projeto teórico e político foucaultiano, destinado a evidenciar a estrutura indissociável das relações de poder e saber, relações essas que atravessam os corpos e as consciências a fim de discipliná-los e controlá-los.

Foucault (1996), opondo-se a quaisquer formas hegemônicas de códigos que deveriam ser seguidos pelos indivíduos, buscou identificar as formas que regularam as condutas e negaram as práticas de liberdade através dos tempos. Ele acreditava que, por meio da reflexão ética e do cuidado de si, os sujeitos poderiam ampliar a prática reflexiva da liberdade. Pensava, assim, ser necessário discutir a fundação de uma nova ética para além da moral cristã ou das imposições do Estado. Nesta nova ética, a ação individual e o compromisso pessoal não poderiam estar desvinculados dos interesses coletivos. Foucault buscou, assim, “fazer uma história destinada a auxiliar homens e mulheres a estarem mais conscientes das ataduras visíveis e invisíveis da modernidade que hipotecam sua liberdade”

Tal como Pêcheux, Foucault concebe o discurso como algo pronunciado a partir de determinadas condições de produção, estando sempre situado no interior das relações de força existentes em um campo político dado. Os discursos são produzidos a partir de um determinado conjunto de regras que não permitem que:

todo mundo tenha acesso a eles. Rarefação dos sujeitos que falam; ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são proibidas (diferenciadas e diferenciadas), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e prosas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala (FOUCAULT, 1996, p. 37).

Para Estivil (2003), o termo *exclusão* remete a noções polissêmicas ligadas a pobreza, termo que historicamente o precedeu e a outros tais como: indigência, precariedade, miséria, privação, marginalização, que, em alguns casos se equivalem, noutros se distanciam.

Salienta ainda que o sentido de exclusão, como norma transgredida, tem raízes antigas. De acordo com a Bíblia, os primeiros excluídos foram Adão e Eva e o segundo, Caim. Qualquer sociedade ou grupo cria e possui as suas regras e, ao fazê-lo, estabelece uma diferenciação que permite definir as categorias do eu, do nós e do vós e eles-elas. O que vem ao encontro da denúncia feita por Foucault (1996) acerca do poder que se exerce como disciplina, por meio de seus estudos ou, na análise que fez dos excluídos, produzidos pelo sistema que classifica os sujeitos em duas esferas: dos normais, cujos corpos suportam a disciplina e dos “anormais”, cujos corpos não se deixam perpassar pelo controle disciplinar.

Dito de outro modo, exclusão e excluídos existem desde que os homens passaram a viver coletivamente: ostracismo em Atenas, proscricção em Roma, castas inferiores na Índia, as diferentes formas de escravidão, exílio, guetos, entre outros, manifestações históricas da “rejeição” (FOUCAULT, 1996), do modo como as sociedades tratam os “indesejáveis”. Em outras palavras, tratam-se de formas de se efetuar uma distinção, “separação” (FOUCAULT, 1996). Porém, apesar das origens antigas, consoante Estivil (2003), é possível conceber um marco da origem desse conceito que, para ele, surge em 1974, com a publicação do livro de autoria de René Lenoir, com o título *Les exclus* e que constituía um alerta para a incapacidade da economia em incluir determinados grupos. Calculava-se que, em cada dez, um francês ficava à margem dos resultados econômicos e sociais.

No ano de 1968, alterações ideológicas e culturais incidiram nas formas adotadas pela exclusão como também numa resposta a esta situação. Os pobres e excluídos passariam a ser os trabalhadores qualificados expulsos do trabalho, em decorrência de reconversões industriais e alterações tecnológicas.

A questão central da exclusão passa a ser a grande dificuldade de determinados grupos ao acesso a um grande número de bens materiais, aos serviços sociais, educativos, sanitários, à proteção social, assim como à participação ativa nas decisões que influenciam suas vidas. Não podemos também esquecer a exclusão política, que conduz ao campo dos direitos e da cidadania, ao seu acesso e usufruto ou às múltiplas barreiras que se lhe opõem. A remodelagem de muitos direitos decorreu de reivindicações dos movimentos sociais e de cidadãos que não aceitavam a sua exclusão política, ou seja, mediante processos de resistência.

Essa perspectiva funda toda a teoria de Foucault acerca da resistência. Somos sempre também outra coisa, capaz de 'resistência' (FOUCAULT, 1996) aos ditames absolutistas das relações do campo do 'poder-saber'. Com um olhar sempre voltado para os excluídos da sociedade, alerta que é possível lutar contra esse cenário perverso: que é possível lutar contra as disciplinas, mas, para isso, é preciso seguir “na direção de um direito novo, que seria antidisciplinar, mas que estaria ao mesmo tempo liberto do princípio da soberania.” (FOUCAULT, 1996, p.47).

As lutas de resistência acontecem dentro das próprias relações de poder, não sendo preciso fugir do poder (o que, para Foucault, seria impossível), pois qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede do poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar: o poder está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de forças. E como onde há poder há resistência, não existe propriamente lugares específicos de exercício de poder e de resistência, mas pontos móveis e transitórios que também se distribuem por toda a estrutura social.

Para Foucault o poder não pode ser combatido ou desmascarado senão por outras relações de poder. "Como o poder se exerce em mecanismos múltiplos e até mesmo como vontade de verdade, não pode ser elidido, apenas desmascarado em seus efeitos, denunciado, talvez transformado por novos regimes de verdade" (ARAÚJO, 2001, p. 155). As resistências estão presentes na trama social.

A resistência ao poder não é a antítese do poder, não é o outro do poder, mas é o outro numa relação de poder – e não de uma relação de poder, uma vez que o antagonismo das lutas não passa por uma lógica dos contrários, da contradição e da exclusão de dois termos separados e opostos. A resistência em Foucault, portanto, não está fora das relações de poder, ela constitui-se como uma estratégia de poder, a fim de conseguir um novo meio de expressão de si mesmo com o mínimo de dominação possível. A localização dos pontos de resistência na não aceitação dos modos de subjetividade impostos oferece-nos a possibilidade de mudar as práticas tidas como “intoleráveis”.

Como já dito, as considerações de Foucault dirigem-se para a emergência de um direito novo, todavia o filósofo salienta que é preciso construir uma nova teoria do direito que chegue até as mais ínfimas relações de poder, analisando a dominação, as múltiplas sujeições exercidas, pois, para ele, “lá onde há poder há resistência e, no entanto (ou melhor, por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder.” (FOUCAULT, 1996, p. 91). Por intermédio do mapeamento dos pontos excluídos da teia

normalizadora, responsável pela fundação de um discurso de resistência ou da possibilidade de um direito novo, é possível engendrar práticas libertadoras.

CAPÍTULO II: CONSTRUINDO UM CENÁRIO

todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX, 1990, p.56)

2.1 Desapropriação dos ribeirinhos: um acontecimento discursivo

A “inscrição” do acontecimento discursivo, desapropriação dos ribeirinhos⁶, “no espaço da memória” (PÊCHEUX 1990, p. 50) rompe com certa realidade, passa a constituir-se num fato de significação. Temos, portanto, um processo de atribuição de sentido, em que um elemento da “realidade” (a construção de uma Hidrelétrica) agrega-se a elementos inscritos no imaginário estabilizado, como “memória discursiva” (o modo de vida na barranca, o imaginário dos sujeitos). Assim, o acontecimento passa a ser resignificado e trazido para o espaço ocupado por sentidos pré-construídos, por “dizeres já colocados interdiscursivamente” (MARIANI, 1996, p. 33).

As possibilidades de estancamento dos sentidos desse enunciado tornam-se nulas quando se dá o entrecruzamento da materialidade linguística com a história (importância e aproveitamento dos rios, processo de construção das hidrelétricas) e com o sujeito (o ribeirinho). O encontro da língua com o sujeito e com a história constitui-se num lugar da opacidade da língua, do equívoco (ORLANDI, 2001).

A incompletude da língua abre um leque de possíveis respostas que poderão ser dadas conforme a posição-sujeito que trabalhar a estrutura. As posições-sujeito é que determinarão os complementos. Pensar em um sentido para desapropriação é de imediato pressupor um complemento, a desapropriação dos ribeirinhos, e, ao mesmo tempo, solicitar outros complementos: desapropriar para quê? Por quê? Como? A instalação da equivocidade é uma possibilidade aberta na própria estrutura. É “o funcionamento da língua em relação a si mesma” (PÊCHEUX, 1983, p. 91).

⁶ Momento de saída das margens de rio Paraná e realocação passando a viver na comunidade “Nova Porto João André” no município de Brasilândia – Mato Grosso do Sul

Recorrendo à rede de discursos que circulam no momento de desapropriação e também ao momento histórico de desenvolvimento do Brasil, sabemos, todavia, que “desapropriação dos ribeirinhos” constitui-se como “palavra de ordem” no discurso da CESP quando da iminente abertura das comportas da Usina Hidrelétrica e formação do lago Porto Primavera. Neste caso, para a CESP, desapropriação dos ribeirinhos com indenização e realocação.

A submissão do enunciado à interpretação ocorre no momento em que recrudescer o confronto entre os ribeirinhos e a CESP. Esse enunciado tem seus sentidos constituídos num espaço de tensão, onde trabalham pelo menos quatro FD. A primeira, como o espaço discursivo dos ribeirinhos, outra como o espaço das lideranças, de lideranças ambientais e sociais, a terceira como a dos sujeitos líderes da empresa estatal CESP, e a quarta, como espaço discursivo das autoridades governamentais do Estado e dos municípios envolvidos diretamente (Brasilândia, Bataguassu e outros).

A materialidade lingüística possibilita que cada FD trabalhe falando do lugar próprio que ocupa nos processos sócio-históricos. Assim, para o sujeito que representa o Estado e o município, o alagamento da região e a desapropriação do ribeirinho são legítimas, desde que o Estado e os municípios sejam “compensados” pelas perdas das regiões atingidas (trata-se de uma obra que teve a sua construção, na maior parte, em Mato Grosso do Sul, mas que pertence a uma empresa do Estado de São Paulo). Para os sujeitos que representam a estatal CESP, trata-se de algo legal e natural em prol do progresso e da necessidade de produção de energia elétrica, serviço que é revertido para toda a população.

Conforme já mencionado, o *corpus* constitui-se de gravações dos ribeirinhos que começaram a “fazer trabalhar o acontecimento” (PÊCHEUX, 1990). Antes, porém, da análise dos enunciados contidos nas gravações, faremos um mergulho pela história perscrutando sentidos historicamente construídos para a importância, apropriação e aproveitamento dos rios.

2.2 Os rios: da força simbólica ao aproveitamento para o (progresso?)

Para Verunsch (2003), mais do que um ambiente geográfico, o rio mobiliza imagens históricas, culturais, espirituais e psicológicas. Sua importância histórica desfila entre aproveitamento prático, a importância mitológica e apelo estético.

Os rios fazem parte dos símbolos mais antigos da humanidade. Uma simbologia ligada ao uso prático da vida e às necessidades de subsistência. Os povos da Antiguidade Oriental – egípcios, mesopotâmicos, fenícios, hebreus e persas – desenvolveram-se, em geral, às margens dos grandes rios, sendo dependentes das forças fluviais. Os homens utilizam-nos e transformam-nos simbolicamente ao juntar o que nos cursos d'água há de fecundante e de fluidez e ao construir para si imagens de vida e de morte.

Ainda, que o rio Nilo foi responsável pelo florescimento da civilização egípcia. Suas margens eram aproveitadas para o cultivo de alimentos que sustentavam uma população organizada em comunidades camponesas, controladas por um Estado fortemente centralizado, a quem deveriam pagar pesados impostos. O faraó, assessorado por vasto corpo de funcionários, tinha poderes absolutos sobre a população. No Egito, as obras de irrigação (diques, depósitos de água, canais), realizadas por numerosa mão-de-obra escrava, permitiram o desenvolvimento da civilização.

Na Antiguidade, muitos rios, reais ou míticos, foram também objeto de culto, com tamanha importância que até nomearam nações: a Mesopotâmia, que significa, entre dois rios, assim como o Egito, que entrou para a história pela frase célebre do historiador grego Heródoto, que o qualificou como "uma dádiva do Nilo".

Conforme nos relata ainda Verunschik, na Grécia, não se atravessava um rio sem antes executar um ritual de louvor e purificação, talvez por temor e respeito a Caronte, o barqueiro que se encarregava da travessia das almas após a morte. Depois de chegar ao Inferno, o passageiro era julgado por seus atos. Caso fosse condenado, teria de enfrentar um dos quatro rios das regiões infernais: Aqueronte, cujo flagelo era a dor; Cocito, as lamentações; Flegetonte, cujas águas provocavam queimaduras; e, por fim, o mais conhecido deles, Lete, o rio do esquecimento. De caráter ambíguo, este mesmo rio também preparava para a vida as almas que iriam renascer. Se na cultura grega as imagens dos rios do Inferno são tão fortes, são tão ou mais vigorosas as imagens dos rios do Paraíso, que vertem leite e mel, na cultura judaico-cristã.

Na Bíblia, os rios são apresentados como possuidores de poder de transformação, como o relato do batismo de Jesus operado por João Batista no Rio Jordão, que, de acordo com a teologia cristã, significa a morte tanto para um mundo anterior quanto a preparação para uma nova existência. Na mitologia, podemos também perceber a tamanha importância do rio no relato de Osíris, o deus assassinado dos egípcios, que vaga pelo Nilo numa barca funerária.

A morte no rio tem um apelo estético imediato. A imagem de alguém que se joga nas águas profundas já foi explorada ao extremo nas artes. A personagem Ofélia, de Shakespeare, é um exemplo clássico dessa entrega às águas. Para o filósofo Bachelard (2002), Ofélia é a representação do devaneio no meio aquático e ela mesma se torna um ser do rio, uma dama das águas - ou o rio é que se transforma, fluido, na cabeleira estendida da moça.

Uma contrapartida de Ofélia pode ser encontrada na mitologia mexicana. Uma das lendas mais populares do país é *La Llorona* (A chorona), uma mulher que, após ser abandonada pelo marido, lança-se com os dois filhos pequenos na correnteza de um rio. Sua alma sobe aos céus, mas é impedida de entrar sem que antes resgate as almas dos filhos. Ela retorna e vaga, até hoje, nessa busca pelas margens solitárias do rio ao cair da tarde.

A presença do feminino nas águas (VERUNSCHK, 2003) é constante na mitologia de vários países, especialmente nas culturas celta e gaulesa. Não por acaso, grande parte dos rios europeus possui nomes derivados de substantivos femininos, como é o caso do Sena, que corta Paris. Sena, *la Seine* em francês, vem de Sequana, deusa gaulesa protetora desse rio e para quem eram trazidas oferendas, desde frutas e pães até dinheiro.

A estudiosa Lucy Coelho Penna (2000) articula três grandes manifestações que, juntas, compõem uma imagem de devoção do brasileiro ao culto das águas: Nossa Senhora de Aparecida, padroeira do Brasil; Nossa Senhora de Nazaré, padroeira do Pará; e Iemanjá, deusa ioruba, que é sincretizada tanto com a Maria cristã como com a Yara, deusa indígena que governa as águas doces (que também se corresponde com Oxum, outra senhora iorubá governante do meio líquido). Para a autora, a força simbólica dos rios e dessas entidades está na base da identidade nacional, o que explica a sede e o amor do brasileiro pela Senhora das Águas. Afeto que, conforme ressalta a autora, infelizmente, não se traduz em preservação ambiental dos mananciais hídricos.

De acordo com Verunschck, na literatura, a maioria dos autores já escreveu sobre o rio. Como exemplos, Verunschck cita: *O barco bêbado*, de Arthur Rimbaud; *Finnegans Wake*, de James Joyce; *A terceira margem do rio*, de João Guimarães Rosa e da aproximação de duas culturas, a espanhola e a brasileira, feita por João Cabral de Melo Neto, por meio dos rios Guadalquivir e Capibaribe, no poema *A entrevistada disse, na entrevista*. Para ela, o próprio João Cabral, foi um autor de rios por excelência. Menciona que num de seus muitos poemas sobre rios, constrói uma das imagens mais belas e perturbadoras da poesia: "Aquele rio/era como um cão sem plumas".

Assim como as civilizações da antiguidade, os ribeirinhos são famílias que vivem às margens do rio. Foram se apropriando de pequenos lotes de terras, fixando ali residências

em virtude das condições de sobrevivência que as águas ofereciam. Do rio, retiravam tudo para o seu sustento: peixes, terra fértil, praticando, assim, uma economia de subsistência. Consoante Kudlavicz (2001), nesse local existia um porto de balsa que fazia a travessia de pessoas, automóveis e caminhões de uma margem do rio Paraná a outra, atravessando os estados de Mato Grosso do Sul e São Paulo. Esse porto chamava-se João André.

Como as primeiras civilizações, são pessoas que vivem em sociedades organizadas politicamente em torno de um Estado, todavia, diferentemente das sociedades teocráticas, aqui, até o acontecimento discursivo de desapropriação, o Estado não aparecia. Não aparecia em forma de uma política de distribuição de terra, trabalho, habitação, alimentação, saúde, educação, independência, liberdade, democracia, justiça e paz.

A maioria dessas famílias vivia há mais de 40 anos na região, ou eram filhos dos primeiros desbravadores. Muitas até não se lembravam de há quanto ali viviam; suas vidas confundem-se com a própria história do local de origem, e essa fusão de vida e local de origem pode ser “vista” nas palavras de uma ribeirinha que, quando inquirida sobre há quanto tempo viviam naquele lugar, respondeu: *não lembro. Que idade tem Paulicéia⁷? A idade de Paulicéia tem eu de barranca.* (M.J.S, 2000 citado por KUDILAVICZ, 2001).

Essas famílias foram-se estabelecendo e criando sua própria forma de vida. Pescadores, agricultores, oleiros e outros trabalhadores, que mantinham uma relação de dependência com o rio Paraná, que lhes proporcionava terra fértil e abundância de peixe. Praticavam uma economia de subsistência, produzindo para o seu sustento numa relação direta com os recursos naturais, basicamente a terra e a água.

Kudlavicz (2001, p.13) salienta que, apesar de a CESP ter buscado enquadrar esses moradores em categorias (oleiros, pescadores, assalariados), nenhuma delas era somente oleiro, agricultor, pescador ou assalariado, pois, para sobreviverem, realizavam todo tipo de atividade que a região proporcionava. Como já salientamos estes, aos olhos do Estado, permaneceram invisíveis. Para o Estado “organizado”, não existiam, não tinham peso político, não tinham voz, a não ser quando um acontecimento discursivo trouxe à tona toda a sua história e sua memória, fazendo emergir a sua condição de não-cidadão.

2.3 O Movimentos dos ameaçados por barragens: desapropriação

⁷Município brasileiro do estado de São Paulo. O povoado de Paulicéia foi fundado em 29 de junho de 1947, por Ezequiel Joaquim de Oliveira.

O vídeo “sem rios”, um das produções das quais retiramos os recortes para a nossa análise, foi efetuada pelo Movimento dos ameaçados por barragens (MAB). Trata-se de um movimento surgido no seio das lutas sociais e que buscava promover uma luta das populações ribeirinhas em prol dos seus objetivos. No início, a bandeira do movimento era pela garantia de indenizações justas e reassentamentos, depois, evoluiu para o questionamento da construção de barragens. Assim, a luta por direitos ampliou-se para uma luta em prol de um novo modelo energético.

De acordo com informações do próprio MAB, o movimento foi construído a partir de 1989, quando da realização do Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. Em 1991, foi realizado o I Congresso dos atingidos de todo o Brasil. Os Congressos do movimento passaram a ser realizados de três em três anos, sempre reunindo representantes de todas as regiões organizadas e as decisões tomadas serviam como base para o trabalho ou linhas gerais de ação, ganhando repercussão nacional e internacional.

Em 1991, realizou-se, em Curitiba – PR, o Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens, com a participação de 20 países. No encontro, os participantes puderam compartilhar experiências e também promover discussões sobre políticas energéticas e a luta contra as barragens em escala internacional, bem como formas de defender os direitos das famílias atingidas e o fortalecimento internacional do Movimento. Do encontro, resultou a Declaração de Curitiba, que unifica as lutas internacionais e institui o Dia 14 de Março, como o *Dia Internacional de Luta Contra as Barragens*.

Fruto da articulação e por pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo é criada na Suíça, em 1997, a Comissão Mundial de Barragens (CMB), ligada ao Banco Mundial e com a participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve como objetivos levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens em âmbito mundial, bem como propor alternativas. Desse debate, que durou aproximadamente três anos, resultou o relatório final da CMB, que mostra os problemas causados pelas barragens e aponta um novo modelo para tomada de decisões.

Em 1999, o MAB realiza seu IV Congresso Nacional, em Minas Gerais, onde é reafirmado o compromisso de lutar contra o modelo capitalista neoliberal e por um Projeto Popular para o Brasil, em que se inclua um novo modelo energético. Foi reafirmado o método de organização de base do MAB, por meio dos grupos de base, instância de organização, multiplicação das informações e resistência ao modelo.

Em junho de 2003, ocorre o 10º Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, em Brasília/DF. Em novembro do mesmo ano, a Tailândia é a sede do 2º Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens. No ano seguinte, cerca de 600 militantes do MAB realizam a Marcha Nacional Águas pela Vida, que foi de Goiânia a Brasília, exigir do governo federal o cumprimento dos direitos dos atingidos. Em março de 2006, ocorre o 2º Encontro Nacional dos Atingidos por Barragens em Curitiba/PR. Foi com o movimento MAB que os ribeirinhos passaram a ser nomeados e reconhecidos pela mídia como “os sem rios”, designação que será explorada no capítulo III.

Sobre a desapropriação, de acordo com a legislação, o direito de propriedade é uma garantia fundamental do homem (art. 5.º da Constituição Federal, 1988), assegurada a sua inviolabilidade, nos termos da lei. Assim, tem a propriedade *status* de direito fundamental. Ademais, revela-se como o mais amplo direito de senhorio que se pode verificar sobre um bem⁸, porquanto assegura, sob o aspecto interno da relação de propriedade, poderes de uso, gozo e fruição sobre o bem, e, ainda, externamente, poder de reivindicação de quem injustamente o detenha.

Todavia, apesar de a propriedade estar historicamente vinculada a algo privado, cabe observar que, desde os romanos é permitido ao Estado interferir nesse direito quando é de interesse público (SALLES, 2000, p. 61). Neste caso, insere-se aí a *desapropriação* como Instituto do Direito Administrativo, mais especificamente uma das modalidades de intervenção na propriedade por parte do Poder Público, e que se revela como a forma mais drástica de intervenção, haja vista consistir em *privar alguém da propriedade* (FERREIRA, 1975, p. 440), ou seja, tirar a propriedade de outrem de forma compulsória.

Conceitua-se a desapropriação como um direito do Estado que se traduz em procedimento regido pelo Direito Constitucional-Administrativo, visando à imposição de um sacrifício total, por justa causa, de determinado direito patrimonial, particular ou público – respeitada a hierarquia -, tendo como finalidade a aquisição pelo Poder Público ou de quem, delegadamente, cumpra o seu papel, por intermédio de indenização que há de ser prévia e justa, efetuado o pagamento em dinheiro, com as ressalvas constitucionais expressas (FREITAS, 1995, p. 84).

⁸ “Art. 1228. O proprietário tem a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha” (Código Civil/2002).

§ 1º O direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e sociais e de modo que sejam preservados, de conformidade com o estabelecido em lei especial, a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico, bem como evitada a poluição do ar e das águas“.

2.4 A construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera: o represamento do rio

O processo brasileiro de modernização industrial, a crescente urbanização e o consequente aumento do consumo energético levaram governos a optar pela expansão da produção de energia elétrica e, dentre as formas de ampliação de produção, optou pelo aproveitamento do volume de águas existente nos rios e, como consequência, a ampliação da construção de Usinas Hidrelétricas. Entre as décadas de 1960 a 1990, o Estado tornou-se um grande investidor nesses tipos de empreendimentos, os quais foram planejados e executados com vistas ao “desenvolvimento econômico” do Brasil. Dentre essas construções, planejadas e executadas no período, figura a Usina Hidrelétrica de Porto Primavera.

Scarpinella (1999) salienta que a construção da Usina Hidrelétrica de Porto Primavera teve início em 1979, em plena era de crise internacional do petróleo, motivada pela revolução islâmica, que acabou instalando um governo islâmico anti-ocidental no Irã, dando início ao processo que desencadeou o segundo choque do petróleo. Após 1979, a economia brasileira passou por um período de recessão, exacerbada pela moratória mexicana de 1982, que acabou por alastrar-se por todo o mundo subdesenvolvido da época, fato que levou à paralisação das obras.

De acordo com este mesmo pesquisador, a construção desta foi um evento dispendioso, tanto em termos econômicos quanto em relação ao período de construção, que perdurou por mais de vinte anos sem uma análise dos efeitos sócio-ambientais, que só foram realmente avaliados, em toda sua extensão, já na fase final de construção. Para ele, caso essa obra fosse hoje levada à consideração da sociedade, a probabilidade de ser recusada seria muito grande. (SCARPINELLA, 1999, p. 2)

No início do projeto de construção, não havia, no Brasil, exigência de licenciamento ambiental prévio tampouco consciência quanto aos danos ambientais. O nível de mobilização popular era muito pequeno, em parte motivado por um processo de restrições políticas decorrentes do processo de abertura gradual do regime militar, ocorrendo mudanças somente após a década de 80.

Nos estudos preliminares nas décadas de [19]50 a [19]70, ocorreram apenas abordagens superficiais ligadas aos aspectos sócio-ambientais e aos sujeitos envolvidos. As poucas menções documentadas, enquadradas nas análises de viabilidade, de autoria da

Themag Engenharia e Gerenciamento Ltda⁹, referiam-se apenas a terrenos e servidões e versava sobre aquisição de terras ou benfeitorias e relocações para as populações num total de apenas 11 % do custo total da obra. Tendiam a restringir o problema, ao atribuir-lhe de maneira superficial, a relativa irrelevância ligada ao local. A região era vista pelo Estado brasileiro como escassamente povoada.

Em 1979, no governo de Paulo Maluf, deu-se início a construção da Usina de Porto Primavera, junto com outras três grandes hidrelétricas: Rosana, Taquaruçu e Três Irmãos. O processo avançou até 1982, ficando paralisado, com mobilização mínima das populações afetadas (apenas local e fraca), em face da ausência, quando da paralisação, de uma data para o final das obras civis e formação do lago. Juntem-se aí o poder da empreiteira e dos fornecedores de equipamentos, que impuseram, sem grande oposição dos dirigentes da CESP, dos governos estadual ou federal, condições de drástica irreversibilidade (SCARPINELLA, 1999).

As obras e os estudos ambientais necessários para o licenciamento de operação e represamento do lago só foram retomados no ano de 1992, quando foi contratado o Estudo de Impactos Ambientais (EIA). Esse é um mecanismo administrativo preventivo e obrigatório de planejamento visando à preservação da qualidade ambiental. Trata-se de dispositivos com amparo legal conforme artigo 225, parágrafo 1º, IV, Constituição Federal; - Art. 9º, III, Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e Resolução CONAMA 001/86 que regulamenta o EIA.

Após esse período, iniciou-se um processo de debates e negociações bastante tumultuado, com desconfiança tanto de parte do Estado (CESP) quanto da parte dos ex-ribeirinhos e agentes sociais. Foram realizadas audiências públicas, que revelaram fortes discordâncias e poucas negociações claras acerca das mitigações sociais e ambientais e da compensação ambiental.

Scarpinella (1999) constatou, em sua pesquisa, que, além do objetivo declarado pelo Estado, que era atender à continuidade de crescimento econômico (expansão e segurança econômicas), havia um outro não declarado, proveniente do Governo Federal, que era o de captar empréstimos internacionais em dólares.

Diante do grande “jogo” econômico, denúncias de superfaturamento feitas informalmente por técnicos da CESP, àquela ocasião, não tiveram grande repercussão junto

⁹ Empresa de consultoria, constituída em outubro de 1961 com sede em São Paulo. Atua principalmente na área de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, é responsável por projetos hidrelétricos que ultrapassam a casa dos 35 milhões de KW, mais de 20.000 km de linhas de transmissão e 30.000 MVA de subestações.

ao público. Havia uma enorme pressão de bancos e outras instituições financeiras internacionais para conceder empréstimos aos países, à época, chamados de “em vias de desenvolvimento” e importadores de petróleo, dentre eles o Brasil.

Afinal, esta seria uma forma de prolongar parte do otimismo institucional do Brasil Grande e de compensar a fragilidade tornada aparente na rápida deterioração cambial resultante do segundo crise do petróleo. Dentro desse clima, seria difícil dar corpo à percepção de que as águas dos rios teriam funções importantes, que seriam prejudicadas pela construção das barragens.

As paisagens sofreram transformações decorrentes do início de construção da Usina, mas não há documentação que permita caracterizar o estado inicial e as transformações sofridas nesses quase vinte anos até a elaboração do EIA-RIMA¹⁰ ou até o licenciamento de operação, ocorrido em 1999.

Para Scarpinella (1999), em decorrência da crise financeira da empresa CESP e com a política de privatização do setor elétrico, a diretoria da CESP empossada em 1995 tratou de conseguir parceiros privados para concluir Porto Primavera. Em julho de 1997, foi montado um consórcio entre a CESP e nove empresas privadas, com o fim de concluir as obras, o que acabou não acontecendo.

A exposição demonstra a existência de um descaso pelo governo (CESP) para com as populações atingidas. As poucas ações referiam-se aos aspectos econômicos, materializadas em ações de mitigação e compensação, aspectos esses que demandam uma melhor explicitação e reflexão.

A situação de transição prolongada pelos sucessivos adiamentos da obra gerou prejuízos, ligados às incertezas introduzidas para o planejamento das atividades econômicas e da vida das pessoas. A partir de 1987, a CESP ficou obrigada à apresentação do Estudo de Impacto Ambiental para outorga de Licença de Operação, que foi concluído em 1994, mediante a apresentação do Relatório de Impactos Ambientais por um consórcio formado por THEMAG, ENGEA e UMAH¹¹.

¹⁰EIA-RIMA (estudo do impacto ambiental/ relatório do impacto ambiental). Utilizados para a concessão da licença ambiental, obrigatórios para atividades potencialmente causadoras de significativa degradação ao meio ambiente (art.225, Constituição Federal; Res. CONAMA 001/86). Previsto expressamente no zoneamento industrial e projetos de grande porte executados parcialmente ou no todo com recursos federais (Dec. 95.733, de 12 de fevereiro de 1988) e nas licitações (Lei 8.666/93).

THEMAG Engenharia e Gerenciamento Ltda. Empresa Fundada em 1961, com sede em São Paulo. Empresas Brasileiras de Engenharia Consultiva. Desenvolve Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA – RIMA) para qualquer tipo de empreendimento e planos e programas para o controle e monitoramento dos impactos ambientais. CONSTRUTORA ENGEA. Criada no ano de 2000, com o objetivo de atender A demanda do mercado no setor de edificações. Atua no Gerenciamento aprovação de projetos, vendas e acompanhamento da

Nesse período, segundo decisão anunciada pelo Diretor de Engenharia da CESP, durante o início do governo Covas, as obras de compensação foram suspensas e adiadas. Apenas as ações de mitigação ambiental e social seriam empreendidas.

Em face da crise financeira da empresa CESP e com a política de privatização do setor elétrico, a diretoria da CESP, empossada em 1995, tratou de conseguir parceiros privados para concluir Porto Primavera. Em julho de 1997, foi montado um consórcio entre a CESP e nove empresas privadas com o fim de concluir as obras, o que acabou não acontecendo.

Em abril de 1998, a CESP concluiu as obras civis visando ao enchimento do reservatório e a conseqüente formação do lago previsto para maio de 1998. Naquele momento, foram propostas, pelos ribeirinhos – representados por entidades sociais -, diversas ações judiciais contra o fechamento, como garantia do cumprimento de compensações sociais e ambientais estabelecidas pelo EIA-RIMA apresentadas em audiências públicas.

As entidades impetrantes, entre elas o Ministério Público da cidade de Presidente Prudente, consideravam que esta seria uma forma de assegurar que os compromissos assumidos pela CESP fossem cumpridos antes do enchimento do reservatório. Os exemplos de outros aproveitamentos hidrelétricos, da própria CESP e de outras empresas como a Eletrosul (UHE Itá) e a CHESF (UHE Sobradinho) ponderavam que, uma vez cheio o lago, a CESP, ou suas sucessoras não teriam como ser obrigadas a cumprir os compromissos.

O enchimento do lago teve início um pouco depois. Uma ação cautelar foi levantada ainda em dezembro pelo governador eleito de Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, paralisando o enchimento; mas por iniciativa da CESP, houve um novo acordo que permitiu o seu prosseguimento. A Usina foi inaugurada no dia 23 de fevereiro de 1999.

Um mês após a inauguração, foram reabertas as negociações entre os governos de São Paulo e Mato Grosso do Sul, tendo em vista a CESP não ter cumprido os programas expostos no EIA-RIMA. As principais divergências apontadas diziam respeito ao processo de cadastramento das famílias para relocação e também à questão das olarias.

As negociações sobre os impactos ambientais em todo o seu processo privilegiaram as negociações com prefeituras, em detrimento de ações que deveriam incluir a preparação das populações por meio de uma campanha de informações e esclarecimentos e de

negociações coletivas cuidadosamente preparadas com os atingidos, como foi proposto no RIMA.

Uma vez que outra solução não era possível, as famílias foram realocadas: o ex-ribeirinho teve que se retirar do seu local de origem, devido a formação do lago da Hidrelétrica, indo viver em novas comunidades, dentre estas a comunidade “Nova Porto João André”, no município de Brasilândia – MS.

2.5 Os impactos ambientais: compensação e mitigação

O licenciamento ambiental no Brasil tem origem na avaliação de impactos ambientais de atividades poluidoras e, foi criado no final da década de 70, com o objetivo de subsidiar a implantação de indústrias e a pesquisa de tecnologias adequadas à preservação ambiental. A primeira experiência da implantação dessa técnica, como política administrativa, isto é, como licenciamento, ocorreu no Rio de Janeiro em 1977, onde foi criado o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras. Essa primeira iniciativa não tinha força de lei e, sua aplicação, se restringia às atividades poluidoras de empreendimentos industriais (MOREIRA, 1992).

Esse instrumento de subsídio à gestão somente foi após a Lei Federal de Zoneamento Industrial de Áreas Críticas de Poluição de 1980 (Lei: 6803/80). Sua aplicação só foi ampliada, no entanto, para além do controle de atividades poluidoras, a partir do Decreto 8835, de 1983, que regulamenta a Lei 6938/81. Por meio desse decreto, toda atividade potencialmente degradante do meio ambiente é submetida a um processo de licenciamento ambiental. A regulamentação definitiva, com a atribuição das responsabilidades aos estados, só ocorre pela Resolução 01/86 do CONAMA (MOREIRA, 1992).

A partir de 1986, o instrumento da avaliação de impactos ambientais não vai apenas servir para prevenir maiores danos ao ambiente, mas contribuir para decisão administrativa quanto à necessidade de proteção ambiental, crescimento econômico e igualdade social. É a passagem do preservacionismo ao sustentabilismo na atuação do Estado sobre a problemática ambiental (LEIS; VIOLA, 1996) e, particularmente, na utilização da avaliação ambiental como instrumento de licenciamento. Essa passagem ao sustentabilismo não garantiu, no entanto, uma estabilidade entre as dimensões ambiental, social e econômica. A dimensão econômica, excluída durante o preservacionismo, vai tornar-se a dimensão de

maior peso na balança do sustentabilismo com o advento da expressão “desenvolvimento sustentável”.

Nesse período, inicia-se, nos estados, uma série de mudanças visando à operacionalização da legislação em vigor. Em Minas Gerais, essas mudanças ocorreram a partir da criação da Superintendência do Meio Ambiente, dentro da Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia, em 1983, e culminaram com a criação, em 1995, da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMAD. A política estadual de meio ambiente, a partir da criação da Secretaria, muda a ênfase na aplicação de multas, predominante desde início da década de 1980, passando a priorizar medidas orientadoras e corretivas, por meio do licenciamento ambiental.

Numa abordagem específica sobre os processos de mitigação, compensação e indenização, Silva (2000, p.78) salienta que “a linguagem, entendida [...] como sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável”, afirma o autor ser isso o que os teóricos pós-estruturalistas, como Jacques Derrida, vêm tentando dizer nos últimos anos e, citando as palavras do lingüista Edward Sapir, enfatiza “as gramáticas vazam” e mais adiante salienta que a “linguagem é caracterizada pela indeterminação e pela instabilidade”.

Como exemplo dessa instabilidade ou vacilo da linguagem, temos os vários significados ou os efeitos de sentidos para os termos “mitigação¹²” e “compensação¹³” que, quando submetido aos aspectos legais, embora não expressamente previsto na legislação, apesar de implícito na Constituição Federal de 1988, em seu artigo 225, parágrafo 3º: “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções penal e administrativa, independentemente da obrigação de reparar os danos causados

O princípio da compensação, por sua vez, surgiu como necessidade de se encontrar uma forma de reparação do dano ambiental, especialmente quando irreversível. Por meio dele, procura-se amenizar os danos causados ao meio ambiente com medidas que possam contrabalançar tal dano com ações positivas de preservação. Por exemplo: o aterro irreversível de uma lagoa onde há vida selvagem pode ser compensado com medidas de

¹² Mitigação: proveniente do Latim *mitigatione*, exprime o ‘ato ou efeito de mitigar’; ‘diminuição do mal’; ‘atenuação’; ‘refrigério’; ‘consolação’; ‘alívio’.

¹³ Compensação: ‘ação ou efeito de compensar’; ‘substituição de uma coisa que falta’; ‘suprimento’; ‘indenização’; ‘troca’; ‘vantagem’; ‘igualdade’; ‘equilíbrio’; ‘contrapartida’, ou ainda, ‘mecanismo de defesa que atua, consciente ou inconscientemente, e pelo qual o indivíduo tenta compensar deficiências reais ou imaginárias’; ‘sistema das compensações ou lei das compensações’: ‘sistema em que se afirma que os bens e os males se compensam, de modo que resulta para toda a Humanidade um estado de equilíbrio’ (FERREIRA, 1975, p. 353)

proteção efetiva em um lugar similar, ou mesmo a restauração de uma outra lagoa próxima, ou, segundo o art. 8º da Lei 6.938/81, compete ao CONAMA, entre outras coisas, homologar acordos visando à transformação de penalidades pecuniárias em obrigação de executar medidas de interesse para a proteção ambiental. A isso se chama “medida compensatória”. Essa possível abertura nos aspectos legais de certa forma foi usada pelas prefeituras, que transformaram as ações de compensação em barganhas políticas, nas quais o que se negociava eram questões de repercussão política, externas ao empreendimento e suas conseqüências.

Já “mitigação” surgiu, da necessidade de se reparar danos relacionados à restauração dos padrões de vida dos deslocados. É uma tentativa de minimizar os impactos menos evidentes, isto é, perdas imateriais como a destruição dos laços e redes sociais, ou seja, buscando diminuir os impactos causados por mudanças que vão desde a construção de novas casas, adaptação de novas escolas, restauração de laços de convívios sociais (novos clubes, nova paróquia ou templo, novos amigos e vizinhos). Em síntese, toda ação que envolve a reconstrução de tudo o que foi construído pelos ribeirinhos ao longo de sua vida e mesmo da vida de seus antepassados.

Porém, estes termos, quando adotados na área de meio ambiente da CESP, assumem outros sentidos. A empresa chama de “mitigação” toda ação visando “diminuir” o impacto direto da construção e inundação da Usina, e de “compensação” à reposição, mesmo que parcial, dos espaços biológicos perdidos. No entanto, dentro da mesma CESP, na área de engenharia e outras, “compensação” tem uma conotação adicional, passando a abranger “todas as obras e desembolsos feitos pela empresa em troca de concordância das prefeituras e outras lideranças políticas com relação à concessão de licença de operação pelo IBAMA”. (SCARPINELLA, 1999).

Para os ribeirinhos, uma das compensações oferecidas pela CESP, foi a construção da vila ou comunidade “Nova Porto João André”, um exemplo típico de reassentamento às avessas. De fato, às avessas, visto que o termo “reassentamento” aciona uma memória coletiva, referindo-se ao lugar vivenciado pelos trabalhadores rurais sem-terra, que lutam pela terra e, que desejam voluntariamente ser assentados em um novo lugar para ali reconstruírem suas vidas; todavia, no caso dos ribeirinhos, sua opção seria a permanência no lugar de origem, de modo que a ação de reassentar constitui-se aí como um ato político, porém, de imposição: é para o bem estar social.

Nesse caso, trata-se de um conjunto de ações cujo objetivo é assegurar que a população deslocada pela construção de qualquer obra hídrica seja beneficiada por esta. Esse tipo de reassentamento involuntário, mesmo mitigado, geralmente causa sérios riscos

econômicos, sociais e ambientais, mobilizando alocações de recursos buscando restaurar os padrões de vida dos deslocados aos níveis anteriores ao deslocamento, o que quase nunca é possível.

Posto que outra solução não era possível (tendo em vista a preservação dos padrões naturais do ambiente de origem), para a comunidade “Reassentamento Nova Porto João André”, no município de Brasilândia – MS, os oleiro-ceramistas foram realocados, como no caso típico dos trabalhadores sem-terra. O ex-ribeirinho, aquele que vivia às margens do rio Paraná e tinha como base de sustento a manufatura e pesca, cedeu seu “espaço” de significância, de memória e de identidade cultural para a hidrelétrica, dando início ao processo de formação do lago e, no imaginário, do progresso. Equivale dizer, em outras palavras, portanto, que o ribeirinho, uma vez “expulso” de seu *habitat*, não possui outra alternativa senão viver em uma comunidade, como nos padrões quase urbanos.

Os modos de vida no novo lugar e a reconstrução das olarias serão objetos passíveis de novos estudos, No âmbito desta pesquisa, interessam-nos os sentidos para os discursos produzidos em momentos de negociações, tensões, acertos e mudanças que antecederam e deram materialidade ao acontecimento discursivo de desapropriação que, por sua vez, geram uma série de discursos, a cuja análise procedemos a seguir.

CAPÍTULO III: EM CENA: OS DISCURSOS

A enunciação não é uma cena ilusória onde seriam ditos conteúdos elaborados em outro lugar, mas um dispositivo constitutivo da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem (MAINGUENEAU, 1997, p.50).

Para Rech e Feltes (2005, p. 266) discorrer sobre cultura nos leva a pensar em construções e desconstruções simbólicas; significa, especialmente, pensar no homem, nos diversos lugares por ele habitado e no circuito de dizeres em que está mergulhado, significa ver esse homem em suas diversas práticas, como também na variedade dos artefatos culturais que inventa como formas de representação de suas crenças e valores. “Esse universo de bens simbólicos significa, portanto, o indivíduo, considerando que cada produto criado e cada lugar por ele habitado são ressignificados por meio de novos gestos de interpretação e de criação” (RECH e FELTES, 2005, p. 267).

Neste capítulo, procedemos à interpretação de enunciados extraídos do discurso de ribeirinhos, tomando, como ponto de ancoragem, o acontecimento discursivo de desapropriação de seu lugar de origem, às margens do rio Paraná. Na seqüência analisaremos, também, o discurso dos coadjuvantes da cena e o discurso do narrador, ao tratar da memória sobre o alagamento da região, o progresso e bem estar *versus* lugar de origem e resistência.

3.1 Cena 1: o discurso do ribeirinho

3.1.1 Lugar de origem: a margem

(01) porque se me tirá da lavoura eu vou morrê logo... sei que morro logo... sei que morro logo... porque isso aqui é uma coisa que eu necessito e eu gosto... eu necessito disso aqui e eu gosto também então... se me tirá disso aqui eu sei que vo vive poco... aí ...que eu vou morrê (A.B.S. vídeo1).

(02) mas só que eu *tenho a minha família*... minha família é grande...*nóis compramo isso aqui*... convive até hoje *eu nunca fui pra cidade nem pra colocá* meus filhos na escola... nunca fui... deixava aos cuidados dos outros.. tinha que te muita despesa.... da morada... da assistência digamos que eles.. (A.B.S. vídeo1).

(03) porque *eu nasci e me criei na terra* quando eu era tinha ... sete mês de nascido

minha mãe me pegava de madrugada. ponhava eu no colo ia pa roça.. lá acendia um fogo nós ficava na beira do fogo e minha mãe ia trabaiá... (S.B.O. vídeo1).

(04) em seis anos de casado eu fiz vinte e duas mudança ai depois vim achei esse lugar aqui... aí o cara quis me vende isso aqui.. vi o lugar que era alto... ilha arta... gostei do lugar e comprei dele por dez barão naquele tempo... *entrei aqui com a mulher e dois filhos que tinha... aqui nasceu mais oito... mais dez... importante que eu tenho 10 filhos registrado no cartório aí de Epitácio... e aqui fui trabaiando... nas condições de trabaiá... sempre gostei de trabaiá nunca dormi no ponto neh e... com tudo isso eu criei os dez filhos mamando nos meus braços... sem depende de prefeitura... sem depende de financiamento de banco... de financiamento de ninguém neh... estudado tudo ele tiveram dez anos de escola... este rapaz que ta aí é prova... entraram com sete saíram com dezesete... teve dele que estudou mais mas se formou... teve dele que não se formou mas tiveram dez anos de escola... tudo as minhas custas... comprei bote... comprei motô até duas vezes por dia iam daqui par cidade (J.R.S. vídeo1).*

(05) meu sonho é planta né... de tudo que já plantava lá... trabalha... eu nasci e me criei na roça aí... já acostumei... *Eu vivo da terra* (S.M.S. vídeo1).

(06) *aqui* na propriedade *a gente* já tem mais de trinta anos que mora... a olaria já tem vinte e sete anos... antes da olaria era pescador e fazia tijolo baiano... rapadura tão empiando tijolo... depois de seco é levado pra ser queimado... direto do fomo pro caminhão... forno já quase cheio pra ser queimado... a parte da olaria, a boca do fomo onde é colocada (M.S.O. vídeo2).

(07) portanto que agora *faz 18 anos começou essa tar de CESP* (E.C.B. vídeo1).

(08) *a gente tem que mudá prum barraco de lona* lá na vila... só que *a gente* não que porque eles querem fazer só um barracão e ponhá todo mundo junto. (N.R.D vídeo1).

Nos trechos destacados a seguir, observamos como o sujeito constrói a cenografia de sua autoridade enunciativa (MAINGUENEAU, 1997, p. 66) em (2) *eu tenho a minha família (...)* nós compramo isso aqui... nós convive até hoje... *eu nunca fui pra cidade (...)* nunca fui; (03) *eu nasci e me criei na terra; sempre gostei de trabaiá* (04) [eu] *entrei aqui com a mulher e dois filhos que tinha... aqui nasceu mais oito (...)* *eu criei os dez filhos mamando nos meus braços... sem dependê de prefeitura... sem dependê de financiamento de banco... de financiamento de ninguém neh...;* (06) *aqui na propriedade a gente já tem mais de trinta anos que mora.*

Esses sujeitos discursam da posição de legítima autoridade para permanência na barranca, como aqueles que sempre ali viveram, dependentes do seu próprio trabalho, num lugar que lhes proporciona os meios necessários à sua subsistência. O marcador de pessoa "eu", com maior incidência, demarca o sujeito do discurso, para quem, torna-se imprescindível expor, ao interlocutor, seu ponto de vista permeado pelo discurso do apego à terra.

Nessa perspectiva, reportamo-nos a Maingueneau (1997, p.45), que, retomando a retórica de Aristóteles, aponta para o fato de que o discurso é inseparável de uma "voz", dimensão esta conhecida da retórica antiga *ethé*, que são as propriedades implícitas conferidas

pelo orador por meio de sua maneira de dizer; não o que fala de si próprio, mas o que revela pelo modo como diz. Assim, vemos que o ribeirinho não somente se representa como "homem da barranca do rio", mas também, como portador legítimo das terras, pertencas estas, inscritas em sua forma de enunciar.

A partir do acontecimento discursivo "desapropriação de suas terras", observamos a questão da referência ao local de origem, proferidas em momentos de tensão diante do iminente afastamento do lugar. Pêcheux (1990) fez uma análise do verbo em francês: "gagné" (ganhar) que, para ele, remetia ao discurso futebolístico e, aparentemente, não deixava possibilidades de contestação. No caso dos enunciados em questão, vemos a presença dos verbos "nascer", "criar", "ir", "trabalhar", que, submetidos à análise, acionam no discurso uma referência espacial. Nas seqüências (02) *eu nunca fui pra cidade nem pra colocá meus filhos na escola... nunca fui.*; (04) *sempre gostei de trabaiá nunca dormi no ponto neh*, observamos que o pretérito perfeito, acompanhado dos advérbios de tempo, "nunca" e "sempre", surtam efeitos de sentido de uma verdade que para o sujeito é inquestionável. "É o passado de hábito ou gnômico" (FIORIN, 2005, p. 157).

O que confirma a imagem que o sujeito ribeirinho faz de si (onde nasceu, cresceu, viveu, trabalhou), bem como a sua relação com a terra, com o lugar em que sempre viveu (nas margens do rio Paraná) e com o "tipo de vida". A representação é de que alguém luta/resiste por permanecer no lugar de origem.

Na seqüência (01), a presença do conectivo "se" estabelece uma relação de condicionalidade entre *tirá da lavoura e morrê logo*. O uso dos recursos verbais como "necessitar" e "gostar", em: "[eu] necessito e gosto", constitui, para o sujeito, instrumento para expressar suas crenças, julgamentos e ideologias a respeito de determinada circunstância, ação ou fato: a saída de seu local de origem implicaria, para ele, a morte, o que revela o momento de tensão que enfrenta, numa relação assimétrica diante do olhar do "outro", que o ameaça; então, para ele, na condição de excluído, nada mais resta, senão a morte.

A assimetria entre dois interlocutores constrói duas posições imaginárias: ao ribeirinho é reservado o papel de dependente, daquele que precisa e está subordinado a, do que está sujeito e preso a, do necessitado; que está ligado pelo efeito de dependência sem condições de ruptura. Na outra ponta do imaginário, a CESP (Nação/Estado) é discursivizada como aquela que regula, toma providência, provê, ordena, defere e fornece o abastecimento. Para sustentar esse imaginário, é mobilizado dizeres de autoridade dos dois lados¹⁴.

¹⁴ Observações feitas pela Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra, no exame de qualificação realizado em 19 de dezembro de 2008.

A relação de diferença entre o mundo de ontem e o mundo de hoje é marcada na voz desses ribeirinhos que faz falar um jogo de temporalidades dissonantes, no qual temos: *vivo da terra* (05), *a gente tem que muda pro barraco de lona* (08) e *faz 18 anos que começou essa tal de CESP*.

Nas seqüências de (02) a (03), o sujeito constrói a imagem de "homem do campo" (*compramo isso aqui...convive até hoje; nasci e me criei na terra*), lavrador que necessita da terra onde sempre viveu, que é constitutiva de sua identidade. Além disso, o discurso em primeira pessoa revela a imagem que o sujeito ribeirinho faz de si, permeado pelo discursivo do apego à terra. É o jogo da vida, em oposição à morte, em que "vida" significa permanecer em seu *habitat* e "morte" representa seu deslocamento.

A seqüência (04) traz o discurso de um sujeito que admite não ter toda uma vida voltada para o lugar de origem, mas, mesmo assim, sente a necessidade de retratar a instabilidade da vida anterior "*em seis anos de casado eu fiz vinte e duas mudança e a estabilidade que a vida na barranca lhe propiciou*. Essas marcas estão presentes nas seqüências verbais que indicam ação pretérita: vir (vim), achar (achei), comprar (comprei) gostar (gostei) trabalhar (trabaiei). Para referir-se à estabilidade que o novo lugar lhe propiciou, ele cita a sua prole *aqui nasceu mais oito, dez* [filhos].

No recorte da seqüência (5), *meu sonho é plantá né*, o verbo sonhar¹⁵ ('desejar', 'imaginar') que também remete a "viver", indica que o sujeito manifesta-se como sempre pertencente àquele lugar, não conhece outro mundo, outra cultura, representada pela forma verbal "acostumar", na forma de pretérito em (5) *já me acostumei*, delimitando seu mundo. Cria-se um efeito de limitação, daquele que sempre viveu naquele lugar.

Observa-se, ainda, que o sujeito ribeirinho procura produzir em seu interlocutor, o efeito de sentido de denúncia e, ao mesmo tempo, de ameaça. Seu discurso configura o momento de crise que lhe provoca o deslocamento da imagem que tem de si, de sua identidade. Hall (2005, p. 9) assevera que a identidade se torna questão "quando está em crise, quando algo que supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza". O discurso do sujeito-ribeirinho, em (01), constitui formas de resistência, expressas por meio da linguagem colocada a serviço da luta e da obstinação.

O sujeito, ao discursar, exprime sua identidade, a imagem que tem de si, do seu lugar na "ordem do discurso" (FOUCAULT, 1996), uma vez que, na condição de marginal (excluído das relações de poder/saber), é-lhe confiscado o direito de ser apto a pensar, a

¹⁵ Sonhar (verbo transitivo), ou sonho (substantivo) conceituam-se como 'entregar-se à fantasia', 'ao devaneio' (FERREIRA, 1975, p. 1322).

interpretar e, conseqüentemente, a agir. Para esse sujeito, que se vê à margem, tanto do rio, quanto da sociedade, a simples consciência da existência do outro representa uma ameaça a sua existência. Para uma identidade que se supõe fechada, pronta e acabada, é difícil encontrar uma brecha de exposição ao outro. O efeito criado no texto é o de que, do lugar onde se encontram, esses sujeitos olham desconfiados, permanecendo determinados em suas “verdades”.

O discurso não surge do/no vazio, é referenciado no seu exterior: aquilo que se diz dos sujeitos, nas instituições sociais, seja no interior do próprio discurso. Isso implica dizer que toda instituição edifica-se na medida em que está subordinada a uma FD, a um modo de dizer, a uma história, a um lugar ocupado na sociedade. Assim, há elementos pré-construídos que remetem a valores pretensamente inscritos na formação brasileira cujos sentidos se repelem; há um dizer já-dito e repetido em campos sociais, numa composição heterogênea de temas sobre a exclusão. Para compor a geografia da exclusão, o discurso mostra a periferia, homens e mulheres em busca de emprego e moradia, os “sem rio”, as más condições de trabalho no campo, a desapropriação sem critérios, a expulsão de suas terras, a diáspora¹⁶.

Para Hall (2003), o termo diáspora tomado emprestado do povo judeu, traz consigo “a promessa do retorno redentor” (p.28) à terra de origem, encerrando assim a dispersão do povo que, por determinada circunstância – no caso dos ribeirinhos, a saída motivada pelo alagamento da região – rompeu a relação espacial e geográfica com sua origem. Relação que, mesmo sem perspectiva de retorno, poderá ser perpetuada do ponto de vista cultural e/ou simbólico. O autor nos lembra que este, é um conceito baseado fundamentalmente nas noções de alteridade e diferença. Esta vista tanto da perspectiva do desigual, colocada a partir de uma análise binária, quanto numa relação de posição e interação não binárias, explicitando “fronteiras veladas” segundo o autor, “sempre em deslize ao longo de um espectro sem começo nem fim” (idem, p.33).

Ainda, de acordo com o mesmo pesquisador, diáspora seria uma elaboração um tanto imprecisa, de difícil delimitação, uma vez que exposta a intercâmbios constantes com demais culturas em vigor numa mesma geografia, num mesmo tempo. É a vida no exílio, o estar em outra terra exige uma re-configuração das identidades, o sentimento de pertencimento experimentado pelo sujeito na diáspora tende a ser potencializado na vida no exterior. Essas populações, como as ribeirinhas, não podem mais “voltar para casa” e se

¹⁶ Observações feitas pela Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra, no exame de qualificação realizado em 19 de dezembro de 2008.

pudessem fazê-lo, a casa não seria mais a mesma. Ou melhor, não existe mais a possibilidade de se voltar a uma origem.

Os enunciados configuram a exclusão a partir do desemprego, em que vozes legítimas se pronunciam, há vozes ditas no interior de outros já ditos que ora incluem, ora excluem. É possível interpretar essas marcas observando a posição-sujeito (PÊCHEUX, 1988) no enunciado, que aqui, longe de ser um lugar vazio, aponta para a posição sujeito lavrador, homem do campo. O que lhe confere esta posição é a FD na qual se encontra inserido, que determina também o seu discurso. Vinculamos o seu discurso À FD da lei (Constituição Federal em seu artigo 5º parágrafo XXIII), que dispõe: “a propriedade cumprirá sua função social”, e que serviu de bandeira para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST), cuja política é de ocupação das áreas improdutivas, enquanto houver famílias sem ter onde plantar.

A historicidade do enunciado permite-nos, ainda, indagar sobre de quem é a terra, uma vez que somente no enunciado (02) é feita a referência à compra (*nóis compramo isso aqui*), porém sem mencionar a forma de aquisição. Em nenhum momento, tem-se a referência a algum documento que lhe garanta a posse legal da terra. Esse fato não é mencionado; é silenciado em todos os discursos, seja dos ribeirinhos, seja do Estado, a CESP.

Indursky (1999) cita o discurso da Reforma Agrária em uma de suas bandeiras: distribuir terras a quem não tem. Que nos remete aos questionamentos sobre: distribuir que terras? Com base em quê? A quem pertence? A seguir, a pesquisadora nos fornece a resposta de que são terras públicas, terras devolutas, terras que pertencem ao governo, uma vez que:

a concentração fundiária no Brasil é histórica. Nasce no tempo das capitâneas hereditárias e estende-se até as suas descendências, nos dias de hoje, representadas, no Congresso Nacional, pela bancada ruralista. Essa concentração é muito grande e, eu diria mesmo, absurda: 0,9 % dos proprietários detêm mais de 35% das terras, o que corresponde, segundo o INCRA, a cerca de 180 milhões de hectares ociosos (INDURSKY, 2003, p. 1).

O que nos remete também, aos processos de êxodo rural, uma vez que, o homem do campo, quando lhe falta terra para plantar, involuntariamente ou não, tende a abandonar seu lugar de origem, como não estão preparados para a vida urbana, continuam desempregados, vivendo na periferia das cidades.

Aqui há a integração do *ethos* mediante um duplo deslocamento: (1) afastando qualquer concepção voluntarista do sujeito segundo os efeitos que deseja produzir em seu interlocutor, uma vez que os efeitos são impostos pela formação discursiva, sendo que para a AD, o dito e o tom com que é dito têm a mesma importância, portanto são inseparáveis. O sujeito ribeirinho está, por sua vez, condicionado às coerções das condições de produção de seu discurso (sujeito rural, homem do campo), de onde se vê também como aquele que se encontra excluído das relações de poder e saber. Para ele, não lhe resta outro argumento, senão justificar a sua vida e o que a sua existência representa; e, em (2), a "voz" utilizada pelo sujeito constitui uma das dimensões da FD da exclusão (MAINGUENEAU, 1997 p. 46), pelo discurso da vitimização: o sujeito utiliza um tom melancólico, daquele que se vê como vítima da situação, uma vez que o contato do ribeirinho com sua realidade subtraída lhe condiciona dizer desse modo.

Trata-se também de um enunciador que se identifica com alguém próximo à natureza, que expressa a sua concepção de verdade em toda a sua simplicidade. Esta fala do ribeirinho, em sua forma rude, natural, nada mais é do que uma "figuralidade do corpo" (MAINGUENEAU, 1997 p. 48), inseparável desse efeito de rudeza do homem simples do campo, o qual se inscreve em uma organização rural, espaço onde se desenvolve o conflito, para investir a imagem do corpo político imposto pelo viver rural, constitutivo da formação ideológica do homem do campo, já condicionada, no imaginário popular, ao atraso em relação ao viver da cidade.

Esses enunciados inscrevem-se no interior dos discursos dos sem-teto, dos sem-terra, trabalhadores do campo, das pessoas mais idosas, como também evocam o discurso do saudosismo, da vitimização e da acomodação: aquele que enuncia recusa-se a toda e qualquer situação que implique mudança, abandono do *status quo* inicial, o sair da caverna em que se encontra (SARAMAGO, 2000), como também o discurso do cotidiano veiculado pelo/sobre o homem do campo e também sobre os velhos, tidos como pessoas ignorantes, "presas em suas verdades".

Vemos, assim, a coexistência de discursos inscritos na ordem capitalista, em que coexistem posições antagônicas: de um lado, aqueles que possuem os meios de produção; de outro, os despossuídos, aqueles que vendem sua força de trabalho. O que está em disputa não é a terra propriamente dita, mas a terra como um meio de produção que garanta a subsistência, o que pode ser confirmado pelos discursos sobre os ofícios, isto é, sobre o trabalho por eles exercido.

3.1.2 Vida na barranca: atividade praticada

Fiorin (2005), teorizando sobre o mito com que a civilização explica a origem da linguagem, evoca a bíblia: no Gênesis, a primeira narrativa, discorre sobre a linguagem como atributo da divindade, pois o Criador vale-se dela quando realiza a sua obra. Deus cria, falando. “Até o quinto dia, o Senhor cria, lingüisticamente, o mundo” (p. 11). A passagem do caos à ordem se faz por meio de um ato de linguagem. Ex. “Deus disse: Faça-se a luz e a luz se fez” (Gn: 1, 3). A segunda narrativa fala sobre o homem feito do barro. “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança e que ele domine os peixes, as aves e todos os animais da terra” (Gn: 1,26). Para Fiorin, o mito mostra que as duas categorias fundadoras do cosmo do sentido são: a linguagem e o trabalho.

Em seguida, a narrativa bíblica declara que depois de provar do fruto proibido, o homem transitou da “natureza” para a “cultura”. A marca do início da cultura foi o aparecimento da vergonha. “Comer da árvore do conhecimento” é distinguir o bem do mal, é entrar na cultura. A primeira queda implicou que o homem teria de trabalhar, que morreria e que a natureza lhe seria hostil. O homem sofreria o tempo (morrer), o espaço (a natureza lhe é hostil) e a actorialidade (comer o pão com o suor do rosto). A história marca-se pelo tempo, pelo espaço e actorialidade. A queda implica a entrada na história, no tempo e no espaço não míticos, em que o ser humano sofre a condição humana.

Após essa separação entre natureza e cultura, houve, também, a instalação do sentido de dignificação em torno do trabalho, a ideologia de que o trabalho dignifica o homem, o distingue dos demais homens de sua espécie. Em nossa pesquisa, o conceito de trabalho, assumido, está ligado à experiência do cotidiano da comunidade, em que esta o transforma em atividade de sobrevivência, em um valor ético marcadamente propulsor de comportamentos, tanto individuais quanto coletivos, que identificam a comunidade a que nos referimos nesta pesquisa, como oleiros, pescadores e agricultores. Vejamos os enunciados:

(09) só mexemos com tijolo... aqui nós faz o mesmos tijolo aí... não tem outro serviço que seja o tijolo...aqui nos temo de tudo...do barro... aqui nos tem de tudo... o barro... os fornos arrumados... nós fizemos esse forno (M.I.S. vídeo1).

(10) o nosso trabalho é com olaria... a gente trabalha com tijolo (M.V. víde2).

(11) Aqui na propriedade a gente já tem mais de trinta anos que mora... a olaria já tem vinte e sete anos.... antes da olaria era pescador e fazia tijolo baiano...rapadura -

tão empinando tijolo... depois de seco é levado pra ser queimado... direto do fomo pro caminhão...fomo já quase cheio pra ser queimado...a parte da olaria... a boca do fomo onde é colocada (F.B.vídeo2).

(12) pra se realista a pesca aqui tá acabada mesmo pode dizê que tá acabada não existe mais *quanto mais quanto mais represa fizer... mais barragem fizer... mais vai da esse pobrema* (J.F.S. vídeo2).

(13) esse aqui é o barraquinho do seu Armando pescador... fica bem na beirinha do rio na nossa propriedade... essa é a casa do mais embaixo é a casa do outro irmão Paulo pescador (C.B.vídeo2).

(14) depois de quatro anos pra cá.. *eles acabaram com o peixe* do rio porque o peixe não sobe na barragem do rio *eles ai inventaram que ia fazer escada e nunca fizeram escada* (M.S.).

Nas seqüências de (09) a (14), os sujeitos apresentam a atividade praticada na barranca, via apresentação da matéria prima utilizada (o barro), até o produto final (o tijolo), e também, a da oficina de fabrico (olaria).

No recorte (09), *aqui nós temo de tudo*, e a reiteração em (09), *aqui nós tem de tudo*, e ainda a explicação da reiteração em (09), *o barro... os fornos arrumados*, o sujeito deixa pistas que nos remetem a algo interdito, silenciado que irrompe no discurso: *lá não temos nada*. Pelas condições de produção deste discurso, sabemos que é o conflito diante do processo de alagamento da região, ou seja, o enunciado deixa pistas para o acesso ao pré-construído (interdiscurso), e, assim, chegar ao momento de tensão por que passa o sujeito sobre a saída das margens do rio, como também sobre a possibilidade de interrupção do seu ofício diante da instabilidade de matéria prima.

Em (11), mediante a ação/explicação do trabalho praticada no momento da enunciação (*tão empinando tijolo... depois de seco é levado pra ser queimado... direto do forno pro caminhão...forno já quase cheio pra ser queimado...a parte da olaria... a boca do fomo onde é colocada*) o sujeito representa-se como confiável, digno de crédito, quanto à sua profissão, por meio do conhecimento/visualização da atividade praticada e, também, em (13) quando apresenta ao interlocutor as condições de moradia garantida pelo seu trabalho. Dito de outro modo, o locutor do texto usa de estratégias discursivas para construir uma imagem positiva de si, de sua profissão, do seu trabalho, de sua condição de vida.

Nas seqüências de (12) a (14), surge novamente o discurso do trabalho representado pelos ribeirinhos pescadores, a fim de estabelecer, nesses enunciados, um diálogo com a FD do capital, representado pela CESP: o sujeito transita da posição-sujeito trabalhador pescador (FD da exclusão, do capital) para a posição-sujeito denunciador

reivindicador (FD da resistência). Vemos, em seu discurso, um atravessamento, uma vez que, o ribeirinho está abrigando discurso de outra FD (do capitalismo), que circulam discursos do progresso e das construções de hidrelétricas, todavia, essa absorção do discurso de outro campo não é tranqüila, funciona como denúncia.

Quando enuncia em (12): *quanto mais represa fizer, mais barragem fizer mais vai esse problema*, usa do discurso da resistência para produzir em seu interlocutor, efeitos de sentido que o coloca contra o discurso político e midiático, que apregoa os problemas dos "apagões" e a necessidade de construção de mais barragens, mais usinas hidrelétricas. Vê-se uma relação de interdiscursividade com o discurso político, reiterado pela mídia que veicula o "progresso" e "bem estar social".

Ainda nesse enunciado (12), temos a ausência de um referente que, interdiscursivamente, sabemos ser o Estado/CESP. Por meio da elipse do sujeito gramatical (ela) cria-se a ilusão de poder fazer: semelhante ao processo mítico da criação do mundo. Ainda, pelos elementos pré-construídos, como também, pelas condições de produção e a posição-sujeito, vinculada ao discurso dos trabalhadores do campo, das populações ribeirinhas. Verificamos que tais enunciações fazem parte de uma série de outras proferidas em momentos de iminente desapropriação; a posição do sujeito da enunciação é de trabalhador (pescador) que vive em função do rio, o efeito de sentido criado, é da necessidade do rio por questões de sobrevivência e subsistência.

O marcador de pessoa *eles* (14) assume, no contexto da enunciação, referência exofórica, representando um distanciamento, uma vez que o sujeito faz referência a uma terceira pessoa (o Estado/a CESP); a posição sujeito é daquele que coloca a linguagem a serviço da denúncia de uma situação que o angustia: a ausência de peixe no rio em: *eles acabaram com o peixe*. Além da denúncia, o discurso do trabalhador ribeirinho pescador é atravessado pelos discursos pedagógico e midiático, em que o Estado/CESP “eles” daqueles que estão no poder, prometem e não cumprem, como em (14), *eles aí inventaram que ia fazer escada e nunca fizeram escada*.

Ainda em (14), vemos que o sujeito opta pela utilização do marcador verbal “inventar” (*inventaram que ia fazer escada*) no lugar de “prometer” ou “dizer”, a utilização desse verbo, e não outro em seu lugar, promove um deslizamento de sentidos, uma vez que, promessa funcionaria como uma questão de dívida a ser cumprida, já invenção produz outro efeito, algo que pode apenas ser gestado no pensamento: há um deslizamento do sentido para o efeito de solução mas, sem compromisso de realização. Na continuidade desse recorte, o uso da partícula conectiva “e” (*e nunca fizeram escada*) neste caso, não é de adição, mas de

adversidade “mas”, ou seja, está referindo ao discurso da CESP retomado pelo locutor e o discurso do próprio locutor, desestabilizando o que a CESP havia dito.

Nos enunciados sobre a atividade praticada, vemos no discurso do ribeirinho, o discurso de um sujeito movente, deslocado e móvel. Seu discurso é invadido constantemente pelas FDs que regem o sistema, que funcionam de acordo com o capitalismo e a ideologia do desenvolvimentismo energético.

3.1.3 A relação com a natureza

(15) *pele prazer deles...eles chegam aqui mete a moto serra aqui e elimina tudo...a primeira jabuticaba nós não chupamos...os passarinhos é que tomaram conta daqui... vem tudo para cá... tem muita manga madura...passarinho macaco (J.V.F vídeo 2).*

(16) *essa figueira aqui... toda vida eu lutei por essa árvore... eu tava lá em cima via o povo fazendo fogo e vinha aqui... preservando essa natureza... eu queria que vocês filmasse... isso aí é terra fértil... isso vai acabá com tudo aí que vocês tão vendo aí...eu conheço isso aqui há mais de trinta anos ...isso aqui que tá sendo filmado ainda de pé porque eu não deixei derrubá... nós temos nossos amigos... eles descem com o carro... barco n'água daqui já vão pra pescaria (S.B.vídeo2).*

(17) *para o senhor vê neh, aqui era uma região, essa restinga aqui... era um lugar que habitava muito macaco... pro senhor vê neh... e observar... um lugar que habitava muito macaco... muito animal capivara esta restinga nós vamos ver se vai de encontro com eles aí pra cima... hoje não tem nada.... para o senhor vê... olha só a sequidão... era uma região habitada pelos animais... óia situação que se acha hoje... só seca e mais seca... isso causa revolta e tristeza... não só pelos animais mais pra natureza e o ser humano (M.F.L. vídeo2).*

(18) *essa árvore aqui é o nosso terrero... é o que resta ainda das árvores que a maioria já foi derrubado porque vai tudo tombá... é o que resta das árvores porque aqui vai tudo ser inundado (M.C. víde02).*

(19) *são os coqueiros é uma parte que meu pai tem muita estima por isso aqui... ele gosta muito desses coqueiros... a gente... já foi tirado muito coqueiro daqui pra gente...pros vizinhos... muitas pessoas de fora.. turistas (M. C.vídeo2).*

Há marcas lingüísticas deixadas pelo sujeito ribeirinho, que apontam para a subjetividade, relacionadas às categorias de pessoa, espaço, tempo. Quanto à primeira, o sujeito se manifesta ora como um “eu”, ora como “nós”, e se autodenomina defensor da natureza, detentor de um conhecimento sobre o lugar como observamos em (16), *eu lutei por essa árvore; eu conheço aqui a mais de trinta anos* e em (15) *nós não chupamos [...]tem muita manga madura...passarinho macaco*, em oposição a um “eles” o outro, o Estado/CESP, que é representado como destruidor, em (15), *eles chegam aqui mete a moto serra aqui e elimina tudo*. Quanto à segunda, há ocorrências do marcador espacial “aqui” que demarca o lugar (o espaço da enunciação), isto é, a barranca do rio.

Por último, vemos o tempo, marcado pelo presente da enunciação, por um passado evocado pelo sujeito (16) *conheço isso aqui há mais de trinta anos*, (17) *era um lugar que habitava muito macaco* e, por um futuro que se apresenta, para o sujeito, como delimitado (14) *vai ser devastada... vai ser devastada*; (18) *vai tudo ser inundado*. A referência ao passado evoca uma memória histórica sobre o lugar, busca-se, no passado, a memória de um tempo em (16) e (17) *eu conheço aqui há mais de trinta anos; era um lugar que habitava muito macaco*, de muito trabalho, em (14) *construímo pra modi atende o pessoal do barreiro, trabalhamo muito*, de fartura, em (14), *ganhamo até um dinheirinho*; de conquistas e de vida em harmonia com a natureza, em oposição a um presente que ele vê como de muita devastação em (14), *tá naquilo que você tá vendo* e de um futuro que projeta como sendo pior ainda: (16) *vai acabá com tudo*.

Os marcadores de pessoa contribuem para produzir, no discurso, um efeito de sentido de que o ribeirinho é o legítimo dono do lugar com direito à permanência na barranca, uma vez que se representa como defensor da natureza, em oposição a um "eles" representado como destruidor da natureza, portanto, sem o direito de reivindicar aquele, o espaço, o "aqui", a região ribeirinha, a barranca do rio. O jogo com as subjetividades faz-se também por meio de marcadores temporais: antes (*era uma região habitada pelos animais.*), agora (*hoje não tem nada*) e depois (*vai acaba com tudo*), buscando produzir o efeito de sentido de destruição e, garantia de adesão quanto a uma recusa diante do processo de desapropriação, formação do lago e conseqüente desapropriação dos homens e animais do lugar. Fica silenciado o porquê do desmatamento, a iminente produção de energia, que é um serviço utilizado por todos independente da condição social, o que se modifica é a parcela de que cada um faz uso.

Ainda, os marcadores verbais "meter", "eliminar", "acabar", "tombar" em: (14) *eles chegam aqui mete a moto serra aqui e elimina tudo*, (16) *vai acabá com tudo*, (18) *vai tudo*. A primeira lexia possui o significado de 'fazer entrar', 'colocar dentro', o que, diferentemente das demais, somente remete a idéia de destruição quando acompanhado do substantivo precedente, que refere-se à ferramenta de corte (*moto serra*). O emprego deste verbo não é aleatório, uma vez que potencializa na enunciação o efeito de sentido de destruição remetendo a uma idéia mais geral de adentramento na região e destruição total.

Por outro lado, os marcadores verbais "gostar", "conhecer" e "lutar" em: (16) *toda vida eu lutei por essa árvore; eu conheço aqui a mais de trinta anos*, (19) *ele gosta muito desses coqueiros* apontam para o efeito de sentido de resistência, para o sujeito, justificado pelo conhecimento e luta pela preservação da região, o que pode ser confirmado em (16), *preservando essa natureza*, uma vez que o sujeito mobiliza uma região de sentidos

muito disputada e reorganiza redes de filiação da memória já dita sobre a questão ambiental, inscrevendo um tema atual; recupera-se aí a historicidade das palavras e compõe-se a teia dos sentidos de usos sociais, ressignificando, emprestando outros modos de dizer¹⁷.

Por meio do interdiscurso (preservação da natureza, dos animais e do próprio homem), o que nos remete também ao discurso da ecologia, o sujeito ribeirinho assume a posição de sujeito defensor da natureza, passando a refletir sobre a complexidade ambiental como oportunidade para mobilização de novos atores sociais; seu discurso de defesa da natureza implica numa justificativa para dela não se afastar.

O sujeito ribeirinho constrói a imagem da relação do homem com a natureza, fazendo, assim, parte de uma rede interdiscursiva, inscrita em uma série de outros discursos historicamente construídos. Fala da posição-sujeito daquele que utiliza a natureza sem, no entanto, devastá-la e projeta para o interlocutor, a imagem do outro como aquele que, ao utilizá-la em prol do desenvolvimento e progresso, desrespeita o homem e o ambiente.

O discurso do ribeirinho produz, assim, o efeito de sentido daquele que vive em perfeita harmonia com a natureza, e, corroborando com o que foi exposto, reportamos a Pêcheux (1975, p.197) para quem "os sujeitos são interpelados em sujeitos de seus discursos pelas formações discursivas que representam, na linguagem, as formações ideológicas que lhes são correspondentes". Assim, a interpelação do indivíduo em sujeito do seu discurso efetua-se pela identificação do sujeito com a formação discursiva que o domina (FD da exclusão e da resistência), daquele que utiliza a natureza para o seu sustento sem devastá-la.

O discurso que veicula a relação homem/natureza promove uma identificação, um assujeitamento discursivo do interlocutor visando trazê-lo para o grupo dos "defensores da natureza" que, por sua vez, compactuam com as reivindicações dos ribeirinhos. A evocação do discurso ambientalista promove o efeito de sentido de que o ribeirinho prima pelo progresso, uma vez que defende o meio ambiente. Sugere, então, a imagem de que é competência do Estado preservar os recursos naturais e, no entanto, embora legalmente instituído para tal, não cumpre seu papel.

Pelas condições de produção do discurso, observamos que o progresso da região, materializado na construção da Usina Hidrelétrica, para o ribeirinho produz um efeito devastador, já que provoca a destruição da natureza. Vimos, portanto, mediante as representações dos oleiros, a "pobreza" como conservadora da natureza, que preserva, resguarda e protege o meio ambiente e, ainda, um discurso de um sujeito interpelado pela

¹⁷ Observações feitas pela Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra, no exame de qualificação realizado em 19 de dezembro de 2008.

Ideologia do desenvolvimento sustentável.

3.1.4 A saída da barranca

(20) ... *a CESP* é uma empresa criminosa... desonesta...que quer acabar... quer tirar *a gente* de dentro da residência *da gente*... pra jogar *a gente* debaixo da ponte. *Eu* tenho seis netos que ficou órfão dos pais. Estão todos na minha responsabilidade. E *eu estou vendo* o dia e a hora *da gente* ficar desamparado, debaixo da ponte, sem ter nem o que comer, passando fome. Porque *a CESP é uma pessoa* que engana mesmo (F.P.N. vídeo1).

(21) nós tamos muito é.. uma coisa que nem Cristo. *nóis tamo* na cruz *aqui*... com os braços fechado na cruz sem pudê fazê nada (M.F.L. vídeo1).

(22) a terra pra mim é uma grande vantagem... porque a terra... *eu vô plantá* um pouco de lavoura... *vô criá* minhas criação... (A.B.S. vídeo1).

(23) eu fico sintido que *eu trabalho já so nesse serviço sete anu né*... e aí pra onde *eu vô* vai se difícil também *porque eu ..o aluguel.. não posso pagá*... o que *eu ganho é daqui* desse pedacinho de chão (P.E.R vídeo1).

(24) pra mim mesmo só fala que *eu tenho que muda né*.. mais...pra onde ir *eu não sei porque eu não tenho pra onde ir*... *eles falaram que eu tinha direito de apoio a mão de obra* mais isso significa só caminhão e o pessoal que ajuda né pra carrega a mudancinha... *mas... lugar pra ir eu não tenho*... e ... eles não falam também (P.E.R. vídeo1).

(25) nós *não sabemos pra onde nós vamo*... as pessoas perguntam não tem resposta... (M.G.L.vídeo 2).

(26) *não sei lê.. não sei escrevê.. tô com treze anu lutando por terra da reforma agrária*... agora porque eu machuquei o joelho me falaram que diz que eu não tenho direito na terra (S.B.0.vídeo1).

Os enunciados de (20) a (26) marcam o lugar discursivo do sujeito ribeirinho como homem da terra, homem do campo. Os marcadores, “eu”, o “aqui”, o “agora”, o “isto”, são pistas para se observar a direção dos dizeres do sujeito-lavrador, são aspectos que delimitam os sentidos no que se refere ao espaço (aqui/margem do rio), ao tempo (agora/1999) e ao objeto (terra/lavoura).

Em (20), o recorte: *sem ter nem o que comer, passando fome*, nos remete aos referentes: “comida” e “fome”, a produção de alimento como condição necessária para saciar a fome e mobilizando sentidos e uma memória que nos remete ao discurso do MST, quando apregoa a ocupação para a produção de alimentos e assim saciar a fome. Uma região de sentidos já cristalizada em que a fome é saciada com a existência de alimento e é a terra trabalhada que produz esse alimento, ou seja, a prática de uma economia de subsistência.

Em (21), o recorte, *que nem Cristo; os braços fechado na cruz*, evoca o discurso do manifesto comunista: o discurso da união com o *slogan* “Proletários, uni-vos” (MARX e ENGELS, 2003) conclamando a libertação das amarras que o aprisionam. Verifica-se uma referência à memória do proletariado que não mais se pode libertar da classe que o explora e oprime, sem libertar, ao mesmo tempo e para todo o sempre, da exploração, opressão e lutas de classe, a sociedade inteira. Observa-se ainda, a evocação do discurso religioso, uma vez que o ribeirinho se representa como um sujeito aprisionado, sofredor comparável ao Cristo na Cruz: de Jesus Cristo retiraram-lhe a vida e dos ribeirinhos tiram seu espaço de viver, prosperar.

No enunciado (23), observamos que o sujeito enunciador mostra-se necessitado, expondo ao leitor a sua trajetória naquele lugar, como também a sua tensão com relação ao que está por vir, em: *pra onde eu vô vai se difícil*. Veja que ele transita entre os lugares rural e urbano, colocando-se numa posição de entre lugar: *no campo tenho morada mas não posso ficar, na cidade tenho que pagar aluguel*. A posição-sujeito é de excluído perante os outros e sente a necessidade de explicitar que o lugar de origem é concreto, familiar, que lhe propicia condições de subsistência.

No mesmo enunciado, na expressão *pedacinho de chão*, o uso do item lexical “pedaço” em sua forma diminutiva promove o estabelecimento de uma relação de afetividade entre o sujeito ribeirinho e o lugar “chão” (solo, terra) por ele habitado, promovendo, assim, mediante essa ligação afetiva com a terra, uma imagem de proximidade com o seu interlocutor.

Diante da condição de deixar o lugar, o sujeito transita da posição de lavrador para a posição de sujeito operário, empregado ou desempregado, passando a refletir sobre as condições desse outro sujeito que necessita de trabalho e que lhe propicie salário e condições mínimas de sobrevivência, tais como moradia e subsistência.

No enunciado (24), o trecho *pra onde ir eu não sei* reitera o momento de tensão por que passa o sujeito, a instabilidade diante do apoio do Estado/CESP ante a iminente saída da barranca do rio, em oposição ao trecho do mesmo enunciado *eles falaram que eu tinha direito, só fala que eu tenho que mudá, e as pessoas perguntam não tem resposta*. Há o atravessamento da FD do discurso jurídico e da exclusão, visto que o sujeito assume a posição de quem conhece sobre o processo de indenização nos casos de desapropriação posicionando-se como excluídos. Também associam pobreza à incapacidade, ambos discursos que circulam na FD capitalista, que apresenta o pobre como marginal incapacitado, na tentativa de silenciar a inexistência de trabalho para todos. Para ele, a segurança é relacionada a fatores, tais como,

emprego, acesso à renda fixa, alimentação, saúde, além da posse da terra e direito à moradia, conforme veiculado e inculcado pelo discurso midiático.

Em (26), a presença do verbo no gerúndio “lutando” indica que são travadas lutas ideológicas entre aqueles que têm/ não têm, pertencimento/ não pertencimento, num espaço de dispersão do sujeito: da posição de sujeito ribeirinho que se encontra na terra, às margens do rio Paraná, para aquele que não a tem e luta pela posse mediante a reforma agrária. As lutas cumprem também o papel de criar os limites discursivos para o campo, as fronteiras e as dispersões e os embates, neles ficam claros os pertencimentos e os não pertencimentos.

Observa-se neles uma série de paráfrases para o sujeito CESP que, para o ribeirinho é representada como empresa criminosa e desonesta; que os despeja de suas casas, de suas terras. Este entrecruzamento de sentidos representa o momento de tensão por que passam os sujeitos ribeirinhos, diante da situação de deixarem a barranca do rio.

O sujeito ribeirinho discursa da posição de excluído e seu discurso assume um tom de denúncia do governo que, para ele, apresenta-se como o responsável pela falta de oportunidades para que indivíduos, como eles, melhorem de vida, sugerindo um quadro de frustração e descrença nas instituições governamentais e um padrão de dependência em relação ao governo.

Assim, o discurso do sujeito ribeirinho é atravessado pela FD religiosa, pelos discursos do trabalho no campo, da reforma agrária, da ocupação, trazendo para a luta outros trabalhadores como, os sem-terra, os pequenos proprietários, os moradores de rua e outros, o que faz que transite por diversas posições discursivas, ocupando assim diversos lugares enunciativos na ordem do discurso.

3.1.5 Processo indenizatório: terra versus moeda

Nos enunciados seguintes estabelecem-se uma polêmica centrada no item lexical "indenização". Primeiramente, fazemos uma abordagem sobre os vários sentidos atribuídos pelos sujeitos enunciadorees a este termo:

(27) .. tinha que tê muita despesa. da morada... da assistência digamos que eles.. eles disse que sustentava dois anos... depois já fala que é um ano só... digamos que eles bota a gente lá e dê fornecimento para um ano e depois de um ano... como é que vai ficar (A.B.S. vídeo1).

(28) a CESP tem que fazê muita oportunidade pro pescadô se não ele ta enrolado que solução nós tem com isso aqui... tem que tê muita... muita oportunidade pro pescadô... tem que solução nós têm isso aqui... sei que muito pescadô vai morré de fome aqui (M.G.S. vídeo1).

(29) para de sofrê que a CESP... não vai pagá... não vai idenizá ora tá pra fechá a barragem e ninguém resolve nada... ninguém exprica ah. nós vai idenizá... mais idenizá quando... depois que a barragem fechá... não senhor eu tenho aqui minhas coisas minhas plantaço... minhas benfeitoria (E.C.B. vídeo1).

(30) nós precisamos de apoio ajudado pela CESP... realmente... porque ela é a única empresa que tirou o nosso direito... ela tem que dá nosso direito... nosso trabalho (L.R.S. vídeo1).

(31) ah rapaz aqui o movimento era bom quando começaram esse trabalho... a gente qué relocação do poço... a CESP não concorda quer dar indenização em dinheiro... o dinheiro é muito pouco não da pra fazer outro (L.B. vídeo1).

(32) pra mim não vale nada... por que não vale.. porque apenas eles tão destruindo o povo da barranca do rio (J.F.L. vídeo1).

(33) se a CESP fazê isso que nem a promessa que vejo falá.. da 2 mil metros de rede... um barco e motor 40 ele da pra vivê... tem que tê uma barraca... um motor 40... da pra manter a vida... da pra vivê. (M.S.F. vídeo1).

(34) a indenização eu aceito sendo de acordo com ..as coisas que a gente tem neh.... (C.D. vídeo1).

(35) meu negocio é terra... dinheiro pra mim não interessa ... me interessa a terra porque a terra não acaba nunca... eu vivo da terra (J.F.V. vídeo1).

(36) só que não deve agi como estão agindo..... querer tirar o pessoal aqui na marra... sem nem compraram a terra pra assentar o pessoal já ta indenizando os patrões dos caras pros patrões tirá os cara da terra... começa desmanchar as casa...eles tem compromisso com que mora na terra (V.P. vídeo1).

No trecho do enunciado (27), *tinha que tê muita despesa tem que fazê muita oportunidade*, os sujeitos situam a indenização como uma necessidade que se encontra materializada nas formas lexicais "despesa" e "oportunidade".

A partir do enunciado (29), inicia a instauração da polêmica: *NÃO vai pagá, NÃO vai idenizá, Ah...nóis vai idenizá...mais indeniza quando....NÃO senhor eu tenho aqui minhas coisas minhas plantaço, minhas benfeitoria*. No primeiro recorte, há uma refutação do discurso outro (*essa tar de CESP*). Os sujeitos do discurso, ainda que na esteira de (28) e (29), que acreditam e vêem a indenização como algo necessário, manifestam certa descrença quanto a sua real efetivação, ou seja, estabelece-se a polêmica, refutada pelo operador negativo "NÃO", presente em (30) *NÃO vai paga NÃO vai indeniza*. A indenização, aqui é explicitada na forma material lingüística como "pagamento".

Ainda na seqüência (32), o elemento exofórico "eles", que representa a classe dominante, o Estado (CESP), remete a todas as formas de poder e opressão presentes na sociedade, em oposição a *pra mim não vale nada*. Ao questionar o que *não vale nada*, sabe-se que é a indenização oferecida pelo Estado. Dessa forma, dá-se o confronto: de um lado, "eu" - oleiro trabalhador que possui a terra, porém marginalizado, excluído; de outro, "eles" - os supostos donos da terra, o poder. Desse modo, a dissimetria discursiva não só materializa o

confronto ideológico do avanço e retrocesso, mas esboça, de um lado, o modo, pelo qual, o ribeirão se significa como alvo de destruição, sendo esse ponto de vista uma extensão dos prejuízos ambientais que, conseqüentemente, afetam-no tanto no modo de sua existência camponesa, como no crivo de sua identidade que se confunde com os objetos e os recursos materiais a serem eliminados pela desapropriação da área condenada ao alagamento.

A indenização, nessa ciranda de sentidos, trabalha sobre esse equívoco que não dissocia vida e língua. A política compensatória pode ser, ao mesmo tempo, alguma coisa que leva o sujeito a se distinguir da matéria “inútil” da natureza, degradada pelo anseio do progresso no setor energético, em crise, desde o fim da década de [19]90, como também pode fazer que ele se identifique com os objetos depredados à custo de progresso e solução de crise.

Nos enunciados seguintes (enunciados 33 e 34), a indenização é tida na forma de “equipamentos”: *2 mil metros de rede (..Juma barraca, um motor 40; as coisas que a gente tem*. Em (34), o sujeito, apesar da aparente refutação, coloca-a como um “negócio” e também em forma de “terra”. A recuperação feita pelo sujeito locutor de um suposto boato *que nem a promessa que vejo fala...* permite compreender o efeito de sentido em torno de “indenização”, como compensação por um dano irreparável. Nesse caso, o preço a ser pago em forma de indenização é equivalente à doação, por parte da instituição interessada na área a sofrer o impacto, de instrumentos de pesca e de uma moradia. A simplicidade e a rusticidade são marcas desse discurso do ribeirão. As coisas do cotidiano, como efeito ideológico de “possuir condições para trabalhar” após o alagamento, podem substituir, parcialmente, o “laço de correnteza” que ligam o ribeirão à margem do rio.

Desse modo, mesmo que assumam a posição sujeito de contrários à indenização em espécie (dinheiro), no discurso, há marcas de discursos favoráveis ao recebimento de outras formas compensatórias: “despesa”, “pagamento”, “dinheiro”, uma vez que só aceitam a terra como compensação pela saída da barranca, interpelados ideologicamente, conforme apontado nos itens lexicais citados. A imposição de terra como pagamento seria uma forma de resistência, mas somada a ela, todos os atributos de excluído, que é a imagem que faz de si o tempo todo e, como tal, com direito a “oportunidade”, “ajuda”, “direito” são os incentivadores de sua luta.

Se tomarmos a seqüência (35), *a terra não acaba nunca*, em oposição ao discurso do senso comum, *dinheiro na mão é vendaval*, num processo de interdiscursividade com o discurso popular, vemos que, mais uma vez, o sujeito coloca a terra na mesma condição de bem, como o dinheiro. A única diferença é que, de posse desses bens, o dinheiro é bem transitório e a terra, algo duradouro ou, ainda, porque há na memória e no imaginário popular

uma menção que trata da terra enquanto um recurso em que “se plantando tudo dá”, e que o dinheiro, conforme mostramos, é efêmero e passageiro, o sujeito se identifica com o campesinato. Questionamos ainda sobre esse “nunca acabar”, uma vez que, com a exploração desenfreada pelo latifúndio, a terra tem sofrido constantes processos de desertificação.

No último período da seqüência (35), quando o sujeito discursa, *eu vivo da terra*, o viver representa, para ele, o sentido de trabalhar, retirar o sustento; o sujeito, ao ver-se na posição daquele que tem que deixar o local onde vive, cria o efeito de sentido do "viver" em oposição a "morrer", uma vez que vida significa permanência na terra e morte o seu deslocamento. A posição agora é daquele que a reivindica como condição necessária à vida, à subsistência.

O enunciado (36) demonstra assimetria nas relações, assumindo um tom de denúncia, uma vez que o sujeito faz menção à existência de patrões e empregados e cita o Estado enquanto apoio ao interesse dos patrões. A presença do operador argumentativo "só que", (36), marca um deslocamento no discurso, na discussão sobre o processo indenizatório, o sujeito traz para o seu discurso, a maneira de agir do outro.

Há um duplo movimento: reconhecimento/manutenção do discurso do outro, implícito no texto, para depois recusá-lo: como em (36) *não deve agir como estão agindo; eles têm compromisso com quem mora na terra; querer tirar o pessoal aqui na marra; começa desmanchar as casa; sem, nem compraram a terra pra assentar; já tá indenizando os patrões dos caras; pros patrões tira os cara da terra*. Tem-se um deslocamento do discurso da indenização para o discurso sobre os meios utilizados na sua efetivação, e, além disso, a indenização passa a funcionar como um recurso de expulsão, pois legitima o órgão indenizador a apropriar-se da área negociada, no caso, com os latifundiários. Os ribeirinhos, simples capatazes que habitam um pedaço da terra de seu Sinhô não podem e não devem reclamar de tal ameaça, pois o “negócio está feito”.

Em sendo assimétrica tal relação, os sujeitos apresentam duas posições imaginárias: de um lado, a do ribeirinho, como modesto dependente que precisa e está subordinado a, e, de outro, a CESP (Nação/Estado), como instituição que prescreve regras de conduta, toma providência, provê, ordena, defere e fornece o abastecimento. Para sustentar esse imaginário são mobilizados dizeres de autoridades dos dois lados¹⁸.

No mesmo enunciado (36), *eles têm compromisso com quem mora na terra*, o efeito de sentido produzido é a presença do outro, a CESP, como empresa que não tem

¹⁸ Observações feitas pela Prof^a. Dr^a. Vânia Maria Lescano Guerra, no exame de qualificação realizado em 19 de dezembro de 2008.

compromisso com aqueles que trabalham na terra, fato não silenciado nas seqüências: *começa desmanchar as casas e querer tirar o pessoal aqui na marra*.

Notamos, assim, a instauração da polêmica por meio da desqualificação do discurso do adversário, numa situação de afronta e confronto de FDs (do capital e da exclusão). O sujeito ribeirinho tem diante de si a imagem de sujeito excluído das relações de poder/saber e também dos outros, "os patrões" e o "Estado/CESP", que, para ele, representa o poder. Vê-se que, no lugar onde se encontra (os ribeirinhos/excluídos), não lhe é consentido o direito de participar das negociações, muito menos de fazer ouvir as suas opiniões; então, as ações são feitas à revelia deste: ora por meio dos patrões, ora por meio de prefeituras.

O que explicitamos remete-nos a Pêcheux (1988, p.27), ao salientar "todos os homens são iguais, mas há alguns que o são mais que outros". Vemos que as relações sociais são pautadas por sistemas classificatórios que dividem os sujeitos em pelo menos dois grupos antagônicos: "nós/eles" ou "eu/outro", oposição binária existente sempre de forma desigual, haja vista "um dos elementos desta dicotomia é sempre mais valorado ou mais forte que o outro" (SILVA, 2000, p. 50). O autor argumenta que a "relação entre os dois termos de uma oposição binária envolve um desequilíbrio necessário de poder entre eles" (p. 50). Salienta que os pronomes "nós" e "eles" não são "[...] simples categorias gramaticais, mas indicadores de posições sujeito fortemente marcadas por relações de poder".

Há, consoante Foucault (1996), nos discursos dos sujeitos, a materialização do desejo de poder: de um lado, o ribeirinho lutando pela terra, pela indenização, por oportunidades, de outro, a CESP, favorável à indenização, apoio por um período determinado, utilizando da força coercitiva do Estado (*tirando o pessoal [...]na marra*), fazendo valer a sua verdade.

3.1.6 – Os coadjuvantes da cena: do lugar da liderança do MAB

(37) oh.. *a gente* cercou a dona Carmem e perguntou pra ela se *a gente* ia ganhá casinha...ela disse que era com a prefeitura...*ai A gente* foi no Bataguassu...lá na prefeitura chegou lá *o vice prefeito e o Jô falou... o Jô é o vereador...* falou que vai saí as casinhas só que vai demorá... *a gente* tem que mudá prum barraco de lona lá na vila... só que *a gente* não qué por eles querem fazer só um barracão e ponhá todo mundo junto (N.R.D vídeo1).

(38) *ai eu falei pra eles* que pra pegá o reassetamento num mínimo tinha que se menos oito alqueires pra podê *a gente...* porque tem as criação *a gente* põe uns gadinho né.. E pra podê ficá amparado né... porque a gente vendê tudo par fica debaixo da ponte não dá né (C.M.P. vídeo1).

(39) A solução que *eu vejo* é a CESP cumprir fielmente o que foi firmardo... na

medida em que este convênio através das cláusulas que garante os projetos de subsistência... de roça... de animais. É permiti que a comunidade seja auto-suficiente... não tenha que viver a vida inteira à custa de cestas básicas (M.K vídeo1).

(40) a gente preocupa com a provisoriedade da CESP porque nos conhecemos já projetos da CESP que *ela prometeu resolver em 8 meses* e ignoraram-se e *ficaram provisoriamente por quinze... treze a quinze anos* (M.K vídeo1).

(41) a imensidade de problema que essa obra vai trazer tanto para a população que vive nessa região há vinte, trinta e quarenta anos e mais também para a fauna e a flora... de modo geral também entendendo a natureza como o ser humano que faz parte dessa natureza... os prejuízos que ela vai trazer do ponto de vista sócio econômico ambiental ... não justificariam a construção dessa obra devido a produção mínima de energia que esta usina vai produzir.(M.K vídeo1).

(42) o que nos estamos querendo é que o progresso não seja feito a base do sacrifício de centenas e dezenas e milhares de pessoas que vivem a trinta e quarenta anos nessa região... para elas o convívio e a vida com esse rio é muito mais importante que qualquer forma de dinheiro... nos queremos é que elas famílias sejam de uma forma justa compensadas....pelos prejuízos que vão ter (M.Kvídeo1).

Nos enunciados (37) a (38), os sujeitos assumem a posição de ribeirinhos líderes, discursam do lugar de quem lidera e de quem é liderado. A ocorrência de “a gente” representa o coletivo, o todo, seus colegas de luta, ou seja, todos os ribeirinhos que se vêem na condição de ter de deixar a barranca do rio.

Interpretamos os sentidos em relação ao espaço de atuação das lideranças, presentes em, (37) [*lá*] *no[na cidade de] Bataguassu, lá na prefeitura, lá na vila*, como pontos espaciais de atuação dessas vozes: do espaço da barranca do rio para a cidade, a vila, a prefeitura, vozes situadas num raio de abrangência maior.

Temos, nos enunciados, a presença de discursos que circulam na FD política marcada pelos itens *prefeitura, vice-prefeito e vereador*. E, assim a posição sujeito liderança evoca a prerrogativa da reforma agrária: *reassentamento, 08 alqueires*, instrumentos estes, demarcadores de áreas agrícolas.

Em (38), o sujeito transita entre duas posições discursivas. Ao mesmo tempo em que enuncia da posição-sujeito ribeirinho em: *ai eu falei pra ele* o faz também da posição sujeito liderança, como em *agente põe uns gadinho né*, ao evocar o direito de falar pela coletividade: *a gente*. Os dizeres do sujeito ribeirinho ora se apresentam na forma da primeira pessoa do singular, ora permanecem, na posição de liderança: um sujeito que se auto-denomina como "nós" (*a gente*), representando um processo de luta e resistência, seja por interesses individuais, seja por interesses coletivos.

Vemos demonstradas ações que a investidura do papel de liderança assim o confere, cita ações realizadas no passado (*a gente foi, a gente cercou*) o presente (*a gente tem*

que mudá, a gente não quer), e ainda conhecedor do saber que lhe garante o poder expõe as condições, suas prerrogativas de luta: quantidade de terra (*08 alqueires*) necessária para a criação de gado (*a gente põe uns gadinho*) comercialização futura do produto de seu trabalho (*a gente vendê*).

O marcador verbal “cercar¹⁹”, em (37), *a gente cercou a dona Carmem*, traduz o equívoco da língua, pois não possui apenas um sentido, tampouco tem a ver com a representação de “cerca” no mundo. O sentido de cercar, geralmente, determinado pelo discurso da FD agrária, tem o efeito de limitar as dimensões de uma propriedade, mas não tem o mesmo sentido, quando revertido na tradução de um espírito de luta. No discurso do ribeirinho representa uma posição de confronto, do exercício do poder, de ameaça, pois significa pegar o adversário. Ao usar a coação, o sujeito ribeirinho desidentifica com o assujeitamento dos discursos políticos e de autoridade, implementando a resistência e o exercício também do poder.

Na posição discursiva de liderança, em (38): *o Jô é o vereador, falou que vai sai as casinhas só que vai demorá*, o uso do operador “só que” representa concessão, produzindo uma relação de interdiscursividade. O discurso do vereador em (37) *o Jô falou... o Jô é o vereador*, aciona a memória (o interdiscurso) quanto ao discurso popular sobre a promessa dos políticos, isto é, o efeito de sentido cristalizado no imaginário popular de que “os políticos prometem e não cumprem”.

Segundo Mariani (1996, *apud* INDURSKY, 1999, p. 177), os *discursos sobre* são discursos intermediários, pois, ao falarem sobre um discurso, situam-se entre este e o interlocutor, qualquer que seja ele.

Os enunciados enumerados de (39) a (42) trazem, pelas condições de produção, o discurso de um sujeito liderança cuja autoridade provém do lugar de onde fala, isto é, de sujeito vinculado às lutas populares ligadas à Comissão Pastoral da Terra e das quais originou o movimento dos ameaçados por barragens (MAB) e um sujeito que se apresenta como portador de uma verdade, como aquele que detém a *solução*, para as reivindicações dos ribeirinhos

Em (39), esse mesmo sujeito vê-se enquanto ribeirinho e ao acusar o referente CESP , o faz por relações de paráfrases: *a solução que eu vejo é a CESP cumpri fielmente o que foi firmado*, “o problema é que a CESP não cumpre os acordos” ou ainda, “não existe lealdade da CESP” e “a CESP cumpre somente em partes”. Esse discurso assume o efeito de sentido de denúncia, posto que enuncia da posição de liderança, daquele que fala

¹⁹ De acordo com o dicionário significa ‘rodear’, ‘fechar com muro’, ‘pôr a cerco’ (FERREIRA, 1975, p.307).

com um saber/conhecimento (própria do discurso da liderança), conhecedor das leis sobre os processos de desapropriação (FD jurídica). Verifica-se que o sujeito desqualifica o outro e, também constrói o efeito de verdade do seu discurso, à medida que, para ele, o que é dito não é cumprido.

Já em (40), o sujeito liderança se vê como ribeirinho “*a gente*”, preocupado com uma promessa (*prometeu*) vinda do outro (ela/CESP). Esse sujeito traz para a cena outros atos, em momentos passados, que, para ele, foram de difícil cumprimento. Atos estes que nos remetem ao discurso da desconfiança em promessas que não são dignas de crédito. O sujeito apropria-se do discurso da CESP mostrando que o sentido de “provisório” para a CESP, não tem o mesmo sentido para as lideranças. Para o sujeito liderança, desqualificar o discurso do outro, via apropriação, surge um efeito maior do que somente a denúncia, cria-se o efeito de sentido de desaprovação, de um discurso sem crédito.

Em (41) e (42), o sujeito representante das lideranças dos ribeirinhos, traz para a cena um “ela” (Usina Hidrelétrica) tentando destacar os prejuízos que a Usina Hidrelétrica irá causar a uma população *que vive nessa região há vinte, trinta, quarenta anos; uma população de centenas, dezenas e milhares de pessoas* numa tentativa de buscar a adesão do interlocutor para a causa dos ribeirinhos. Vale-se da figura de linguagem hipérbole (*centenas e dezenas e milhares de pessoas*) para resumir, criando no seu discurso, o efeito persuasivo.

Verificamos que a imagem que esse sujeito constrói de si, é de alguém conhecedor dos fatores positivos e negativos da construção de hidrelétricas e, ao contrapor os fatores negativos (problemas ambientais) aos fatores positivos (desenvolvimento, produção de energia), o seu discurso cria o efeito da dúvida/incerteza diante da relação custo/benefício: produção ínfima da usina em contraposição aos danos causados.

Quando cita a fauna e a flora, *entendendo o ser humano integrante da natureza*, seu discurso entrecruza com o discurso ambientalista, materializado no Relatório de Impactos Ambientais EIA/RIMA²⁰, haja vista que de acordo com o relatório, nas análises das áreas impactadas, há uma alusão maior dos impactos causados à fauna e à flora (animais silvestres e plantas), em detrimento do homem: daí a necessidade de o sujeito ribeirinho efetuar a ressalva: se existe uma necessidade de especificar, materializar no discurso que o homem faz parte da natureza é porque, pelo não dito, resgatado pela memória discursiva, é que o outro (citado nos relatórios), não o considera.

²⁰ EIA – Estudo dos Impactos Ambientais/RIMA – Relatório dos Impactos Ambientais. In: CESP, Usina Hidrelétrica Porto Primavera. *Estudo de Impacto Ambiental: avaliação de impactos*. v.2. São Paulo: Consórcio Themag-Engea-Umah, 1994.

As atitudes e representações no discurso do sujeito lideranças resultam de discursos constituídos nas relações sociais e manifestam-se em relação estreita com os conflitos de classe e a luta pela manutenção do *status quo* inicial, ou por melhoria nas condições oferecidas pelo Estado/CESP.

3.2 Cena 2: o narrador - as primeiras visões do paraíso²¹

(43) a verdade é que a CESP tá tratando *essas pessoas* como se fossem sacos de batata que *a gente* deposita em qualquer canto... como se fossem *pessoas* sem uma vida atrás... como se fossem *pessoas* sem histórias (narrador, vídeo1).

(44) A usina hidrelétrica de porto primavera *ainda* não recebeu licença de operação por *a CESP pouco fez para amenizar o desastre ecológico que a inundação vai causar*.(M.S.K. vídeo1).

(45) Nosso percurso será bem simples e muito emocionante... neste passeio *passaremos* por muitos lugares... veremos a seguir a lagoa da piranha onde já se encontra totalmente desmatada... *a natureza sendo a mais prejudicada*... porque essas águas as árvores sufocada pelo próprio sistema que antes tem lhe dado a vida: a água (A.M vídeo2).

(46) Neste momento... estamos nos aproximando do porto *este lugar ainda esta com vida* e a velha figueira ainda esta de pé... porque o Sr. Pedro... por enquanto... esta por *aqui* (H.P.S vídeo2).

(47) O lago de Itaipu ocupa *200 mil hectares e gera 10 milhões de kilowats*. O lago de Primavera ocupará *225 mil hectares e vai gerar menos de 2 milhos de kilowats* e mais a inundação *ira destruir duas áreas de proteção ambiental* (narrador vídeo1).

(48). *O que está acontecendo hoje* em Porto Primavera é um sinal do que *aconteceu... acontece e acontecerá em obras desta natureza... algo tem que ser feito...será que você não pode ajudar* (narrador vídeo1).

Nos enunciados (43) a (47), há narrativas em primeira pessoa do plural numa espécie de apresentação do “cenário da trama” e no enredo fala-se do desolamento, diante da devastação da região. O narrador personagem inclui a si e o expectador do texto na cena, o que gera o efeito de sentido de subjetividade, aproxima e envolve o sujeito “outro” nos fatos. Antecipa ao interlocutor/expectador a visão do espaço a ser narrado, marcado por características subjetivas, emocionais, ou seja, uma narrativa parcial, impregnada pelo ponto de vista do narrador.

O tempo da narrativa é representado pelo verbo estar no presente do indicativo (*[es]tá tratando essas pessoas; estamos nos aproximando do porto; este lugar ainda está com vida*), ou verbos de ação no futuro do presente (*passaremos por muitos lugares; veremos a*

²¹ Referimo-nos aqui ao sujeito empírico, aquele que foi contratado pelos ribeirinhos com a incumbência de registrar em vídeo, as imagens do local que ficará submerso pelas águas.

seguir a lagoa da piranha), sendo que essa oscilação de tempos verbais, do presente (permanência) e futuro (ação) é interpretado como uma cena atual, porque

a narrativa está presente em todos os tempos, em todos os lugares, em todas as sociedades, começa com a própria história da humanidade. (...) é fruto do gênio do narrador ou possui em comum com outras narrativas uma estrutura acessível à análise (BARTHES, 1971, p. 18).

Quando da apresentação do lugar, descreve-o como paisagístico, vivo, com animais, porém, destaca que a existência de vida deve-se somente à ação do sujeito ribeirinho que resiste em seu lugar de origem. Na seqüência precedente (46), demonstra que já há sinais de devastação, desmatamento (45), direcionando o interlocutor no sentido de produzir um efeito de desolação, em razão da inundação da região.

O discurso do narrador sustenta-se no discurso midiático que veicula desastres ecológicos, bem como no discurso capitalista/liberal e econômico quanto à possibilidade de um novo “gerenciamento ambiental”. Sustenta-se, entretanto, num duplo movimento: tanto para o sentido de devastação como para um espaço simbólico da construção da mudança social.

Dito de outro modo, nos enunciados (43) a (47), o sujeito enunciador/narrador busca realizar uma mediação entre o homem e a realidade social sobre as questões ambientais, ancorando-se nos discursos que reverberam a relação de dependência do homem para com a natureza, uma relação de causa-efeito.

Em (43), o locutor/narrador apresenta-se como portador *da verdade*, assume a posição de delator dos fatos. É relevante observar, neste enunciado, os vários desdobramentos do item lexical “pessoas” e do pronome *nós/a gente*. Quanto aos dois primeiros usos, *essas pessoas*, refere-se aos habitantes da barranca do rio (o locutor não se inclui dentre as “pessoas”, pois ao se referir a “essas”, são “eles”, “os ribeirinhos”). Na terceira referência, *a pessoas* remete a todos (locutor, ribeirinho, CESP, interlocutor), àqueles alijados ou não do processo histórico.

Quanto ao item lexical, *a gente*, temos um “nós” generalizado e em, *a gente deposita em qualquer canto*, pode referir-se a qualquer um, tanto o ribeiro quanto a CESP ou ainda, qualquer interlocutor, já que busca produzir o efeito de responsabilidade de todos diante do que é apresentado.

Na tentativa de ir direto à desqualificação do “outro”, o locutor/narrador munuiu-se também do discurso popular, materializado na expressão: (43) *sacos de batata que a gente deposita em qualquer canto*, numa posição sujeito de denúncia do outro/CESP, em relação às solicitações do sujeito ribeirinho. No momento em que se coloca como portador da verdade, dialoga com os discursos midiáticos e políticos, numa tentativa de desqualificar o outro (Estado/CESP) e mostrar a sua condição de verdade (manifesta na história e na vida dos ribeirinhos).

Com a linguagem nos relacionamos com o mundo, por possibilitar nossa entrada no simbólico, por meio dela, comprometemo-nos como o social e o político (ORLANDI, 2001); é desse modo que analisamos o enunciado materializado no recorte (44), quando enuncia: *a CESP pouco fez para amenizar o desastre ecológico que a inundação vai causar e em (45), a natureza sendo a mais prejudicada*. O sujeito enunciador, comprometido simbolicamente com as questões ambientais, usa a linguagem buscando criar um efeito de denúncia de progresso que, para ele, não existe preocupação nem mesmo de “amenizar” o que qualifica como “desastre ambiental”. Ainda, pelo interdiscurso, remete a casos similares, como a construção da Hidrelétrica de Itaipu.

Em (48), quando enuncia *o que está acontecendo hoje; aconteceu... acontece e acontecerá em obras desta natureza...*, o sujeito discorre a cronologia temporal entre o passado (outras hidrelétricas, como Itaipu), o presente (Hidrelétrica de Porto Primavera) e outras que estão em estudo para implantação, como as da região amazônica, enquanto representação sobre a logicidade dos fatos. Além disso, convoca o interlocutor a integrar-se à causa *será que você não pode ajudar*, aqui parafraseado por *engaje-se nesta luta, coloque-se em movimento*.

Movido também pelo discurso do saber, que a condição de sujeito liderança lhe exige, utiliza-se do discurso matemático, comprobatório com dados estatísticos, mediante o acionamento da memória coletiva, asseverando que os números não mentem jamais, para provocar o efeito de verossimilhança e confiabilidade, em (47) *Itaipu ocupa 200 mil hectares e gera 10 milhões de kilowats; Primavera ocupara 225 mil hectares e vai gerar menos de 2 milhões de kilowats*. Também apresenta disparidade entre os dados: 200 mil hectares, equivalem a 10 milhões de kilowats de energia e 225 mil hectares, equivalem a 02 milhões de kolowats de energia. Por paráfrase, temos: uma área menor com maior aproveitamento (80% a mais) e uma área maior com menor aproveitamento (80% a menos). O sujeito representa-se dessa forma, promovendo efeito de sentido de negativa do discurso favorável à implantação da Usina. Para ele, o resultado é irrisório, frente aos malefícios: “é muito barulho pra pouca

coisa”.

3.2.1. Memória: a primavera que se fez verão

Como o analista deve trabalhar com a materialidade discursiva, buscando as marcas da memória dos vários enunciados que, por não serem estanques, mas em movimento no interior e para fora das formações discursivas, se constituem em monumentos textuais, observamos em:

(49) *esse lugar está sendo o lugar das águas... aqui vai chegar águas do Porto Primavera...queria agradecer meus amigos... ao Chico o Deguinha o Paulão... vai ficar tudo na saudade...espero um dia encontrar a todos (P.V.S vídeo2).*

(50) o homem não mais terá chance de viver aqui... apenas os animais que viverem em água. É isso aí... as águas do rio Paraná será a nova proprietária desse lugar e quem fará moradia por aqui serão os peixes e outros ser que dependem da água para sobreviver (narrador/vídeo2).

(51) aqui é uma capelinha da imagem do Cristo que esta foi a primeira coisa a ser colocada no Iate... hoje é a primeira coisa que se encontra no Iate. É a vista parcial de frente o Iate a ilha verde na qual estamos vendo os encontros da água... água clara do Paraná e água escura do rio Verde (M.V.S vídeo2).

(52) é o oratório de N.S. Aparecida. Que juntos vamos pedir que proteja nosso próximo lugar... Que nossa senhora aparecida nos proteja no nosso próximo lugar. Estamos vendo esta varanda... jogos de baralho... jogos de mesa (M.V.S vídeo2).

(53) este lugar as crianças quando forem adultos... com certeza lembrarão com muita saudade é a escolinha Raimundo Dias (M.V.S vídeo2).

(54) aqui é o que resta de um barracão que foi construído pra ser feito uma draga... só resta saudade (M.V.S vídeo2).

(55) essa palavra que nos entristece muito só saudades... só saudades... (M.V.S vídeo2).

Os tempos verbais, presente contínuo (*está sendo*) marca que o processo de alagamento da região ocorre no momento atual, não se concluiu, ao contrário, continua ainda e permanece no futuro (*vai chegar*) num movimento crescente irreversível.

Esse sujeito locutor apresenta o espaço como *o lugar* que é tomado pelas *águas*, presentificando o futuro, quando salienta que *o lugar está sendo o lugar das águas*.

É relevante observar as pistas deixadas pelo enunciador quanto à separação/dispersão dos habitantes da barranca, em um tempo indefinido (*um dia*), que anseia pelo encontro de todos. Ainda, quando o apresenta via exaltação da convivência saudável, materializada na amizade e no companheirismo (*queria agradecer meus amigos*), apontando

para a perspectiva do encontro (*espero um dia encontrar a todos*), sujeito joga com o tempo, no presente, lança um olhar para um passado, como arquivos guardados na memória, mas que ainda não se realizou e, ao mesmo tempo, projeta-se em vários futuros: um futuro próximo, em relação ao espaço que será tomado pelas águas e de dispersão geográfica dos sujeitos, e ainda, um futuro mais distante de crença num reencontro posterior.

O discurso do sujeito aponta para a memória, uma vez que muitas idéias e lembranças projetadas não pertencem ao sujeito; foram originadas no processo de interação com o outro, porém, à medida que o tempo passa, são incorporadas pelo sujeito e acrescidas das experiências e desafios impostos pela vida, tomadas por processos inconscientes, é aquilo que se constitui a partir de laços de convivência que é recordado pelos indivíduos e que, para ele, provoca sofrimento.

Esse sofrimento configura o pré-sentimento de angústia pelo qual o sujeito vê-se afetado (AZEVEDO, 2006), é produzido, assujeitando o sujeito, ao mesmo tempo, em que o conformam ao sujeito universal da formação discursiva a que o discurso se filia. Isso confere ao sujeito enunciador a ilusão de sua autonomia, de ser fonte do seu dizer. O assujeitamento decorre de um efeito ideológico e a ilusão de um centro sucede de um esquecimento, por meio do qual, o sujeito apaga, inconscientemente, qualquer elemento que remeta ao exterior da sua formação discursiva (PÊCHEUX, 1988).

Paradoxalmente, há instauração do diferente em *espero um dia encontrar a todos*, em que se aponta para mudança, deslocamento: via interdiscurso, o sujeito sabe da existência do novo, do diferente. Assim, o que (des) possui o sujeito torna-se, ao mesmo tempo, seu dizer possível e ainda (re)significa-o.

As marcas discursivas em (49) apontam o *lugar das águas* de uma arca denominada *Porto Primavera*, que aciona toda uma memória discursiva do mito bíblico do dilúvio²² e a conseqüente reflexão sobre aqueles que ficaram de fora da arca de Noé, como fez a escritora Ana Maria Machado (2004), nos conta que, em conversas, a mulher, filhos e noras de Noé falavam dos bichos que ficaram de fora da arca e que sobreviveram apenas nas lembranças da humanidade manifestas nos desenhos das cavernas, em pinturas, desenhos, revistas e filmes como também, encontrados em vestígios fósseis expostos em museus. Para a escritora, esses animais, sobreviventes ou não da Arca de Noé, sinalizam a delicada fronteira entre o possível e o impossível, o visto e o não visto, o imaginado e o inimaginado.

De qualquer forma, na esteira de Machado (2004), fica na memória a visão do

²² Bíblia Sagrada. Livro do Gênesis, capítulo 7.

arco-íris, não por recordar o arrependimento de Deus pelo dilúvio e sua aliança com Noé²³, nem tampouco por materializar um fenômeno óptico e meteorológico (percepção da luz do Sol através do brilho sobre gotas de chuva), mas por representar a esperança, materializada no enunciado (49) *espero um dia encontrar a todos*, cria-se o efeito de perspectiva futura, não apenas de sobrevivência, mas de sujeitos ativos protagonistas de novas ações.

Em (50), a representação tem tom apocalíptico, de desolação da terra, conforme registrado na Bíblia²⁴, *por ocasião da volta de Jesus*, por paráfrase, *o homem não mais terá vida aqui*. A água destruirá tudo, só sobreviverão os peixes. Outras marcas do discurso religioso estão presentes em (51) *capelinha da imagem do cristo*; (52) *oratório de Nossa Senhora Aparecida* e a invocação da benção de *Nossa Senhora Aparecida*. Essa representação do discurso da fé e da religiosidade constitui-se numa estratégia narrativa para criar efeito subjetivo, de aproximação entre os sujeitos: os da trama e os da platéia. O sujeito narrador expectador no compasso do enredo bíblico, em seu discurso, promove os sentidos de fatalidade dos acontecimentos, irreversibilidade dos fatos: as águas são interpretadas como o *fogo da destruição final*, as mesmas águas que representam a existência do ribeirão são as que lhe trarão a inevitável morte.

No predicativo do sujeito “águas” em (50), *as águas do rio Paraná será a nova proprietária desse lugar*, a denominação “a proprietária” produz efeito de silenciamento de outros possíveis sentidos (o progresso via construção de hidrelétricas) uma vez que as denominações contêm em si já um modo de determinar, uma descrição e/ou qualificação, não só pelo “que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz” (MARIANI, 1996, p. 36). Dito de outra maneira, denominar constitui uma forma de silenciamento dos outros possíveis sentidos. Isso porque, ao se situarem na ordem do discurso - como formas de construção do referente discursivo -, as denominações proporcionam visibilidade às relações de forças entre a formação discursiva que se pretende dominante e as outras.

Nesse caso, o ribeirão, antes - o proprietário das águas, perde seu posto para as águas – as atuais proprietárias do lugar, a ponto de expulsá-lo categoricamente de suas terras. Nesta seqüência de enunciados, a posição sujeito narrador concebe o alagamento como um fenômeno natural iminente.

²³ “Faço esta aliança convosco: nenhuma criatura será destruída pelas águas do dilúvio, e não haverá mais dilúvio para devastar a terra.” (Gen, Cap9. versículo 11).

²⁴ Bíblia Sagrada. Livro do Apocalipse, capítulo 21.

3.2.2 “Progresso” e bem “estar social”: o paraíso ameaçado

Os enunciados de (56) a (61) apresentam um tema constante: a exaltação do lugar de origem, a pátria amada, idolatrada, a terra prometida, mediante a valorização, via apresentação dos recursos naturais que ali existiam (passado) ou existem (presente da enunciação), em oposição a um futuro visto pelo locutor como caótico. O que nos remete à narrativa da criação. Segundo a Bíblia Sagrada, Deus criou toda a vegetação da terra no terceiro dia:

produza a terra relva, ervas que dêem semente e árvores frutíferas que dêem fruto segundo a sua espécie, cuja semente esteja nele, sobre a terra. E assim se fez. A terra, pois, produziu relva, ervas que davam semente segundo a sua espécie e árvores que davam fruto, cuja semente estava nele, conforme a sua espécie. E viu Deus que isso era bom. Houve tarde e manhã, o terceiro dia (GÊNESIS 1:11-13).

Assim como o discurso bíblico da criação, os enunciados, a seguir, apresentam uma visão paradisíaca do lugar de origem. Além da evocação de uma memória discursiva sobre a criação do mundo, nos remete também aos primórdios da colonização do Brasil, apresentando interdiscursividade com o relato bíblico do Paraíso criado por Deus e também com o relato do descobrimento do Brasil, materializado na Carta de Caminha que, passava, inicialmente, uma visão edênica do país.

(56) *esta é uma das melhores vistas que pode existir em tomo do Estado de São Paulo que vai ser destruída em breve. Na qual eu gostaria de narra a todos que só vai ficar saudades.. saudades... saudades (M.V.S vídeo2).*

(57) *o verde que dava de presente a maravilhosa sombra fresca as margens do rio virou lenha... suas folhas... galhos desapareceram...ao impiedoso calor do sol deixaram apenas as lembranças e saudades nos corações dos moradores e turista deste lugar (M.V.S vídeo2).*

(58) *este pé de Ipê vai ficar... enquanto eu viver... na minha recordação porque... quando aqui cheguei... estava pequenininho e eu fui cuidando dele até o tamanho que se encontra; são 27 anos e gostaria muito de não vê-lo tombado porque este eu sei que vai mexer com os corações dos que viveram aqui... esta é minha maior recordação e minha maior saudade é deixar que cortem este pé de Ipê...este sim eu vou dizer com o meu coração... aqui fica... saudades... saudades... saudades (F.M.D vídeo2).*

(59) *nossa acaba com a vida das pessoas... eu venho aqui a mais de 20 anos... imagine quem nasceu aqui é um valor que não tem dinheiro que para... não tem como resgata isso aqui... vai acabar com uma parte da história das pessoas...vai*

acaba com a vida da pessoa... não com o lugar... são lembranças... quando nasceu... nem sei a dor que tão sentindo... não tem dinheiro que pague... ... o valor que paga é pouco... não tem lugar igual a esse... vai ter semelhante... igual esse não... semelhante (M.V.S vídeo2).

(60) que vem aqui só para registrar o momento que é chegado ao fim clube este que foi inaugura no dia.... e foi fechado suas portas dia dez de setembro de dois mil ... irão ficar emocionados... porque foi um lugar de paz... amor... amizade... que existiu durante 30 anos... onde muitos funcionários vieram pra cá ainda jovem... criaram seus filhos se tomaram avós nesse recinto (F.M.D. vídeo2).

(61) *tudo isso* prova que o homem não é Deus... o homem não tem a capacidade de criar algo sem antes desfazer o que já existe no mundo nada se cria... tudo parte de alguma coisa... agradando uns e contrariando outros...infelizmente esta forma que o homem achou para dar continuidade ao progresso (narrador, vídeo2).

No enunciado (56), há um confronto de discursos: da exaltação da natureza (*esta é uma das melhores vistas que pode existir*) em contraposição ao discurso da desolação/destruição (*vai ser destruída em breve*), daquele que não a utiliza visando preservá-la. Dito de outro modo, ao mesmo tempo em que o sujeito exalta as belezas naturais, aponta para a destruição, mobilizando outras regiões de sentidos e filiações de memória como, já mencionado, o Éden, e também, a visão paradisíaca do Brasil e a perda de sua riqueza natural “o pau-brasil”, via exploração portuguesa.

Coexistem nos enunciados o discurso da exaltação, que, para o ribeirinho, significa “bem estar” promovido por uma convivência harmoniosa com a natureza e seu usufruto mediante a prática de uma exploração sustentável, para a subsistência, está em oposição ao da condenação, de um “bem estar social” promovido por apropriação desenfreada dos recursos naturais sob a égide da modernização, do progresso e produção energética. O sujeito ribeirinho porta-se saudosista perante um cenário edênico; o seu “paraíso” ameaçado pela extinção.

Ainda em (56), ao enunciar a destruição, mobiliza um jogo de forças semânticas que apelam para a subjetividade do interlocutor, visando orientá-lo para um único ponto de vista, utilizando, para isso, argumentos poéticos como verificados pela exaltação das belezas naturais.

Em (58), o discurso filia-se a uma rede de outros discursos, como aqueles cantado em clássicos da música sertaneja nacional, tal como em “O Ipê e o prisioneiro” e “Pé de Cedro”²⁵. Ambas fazem referência ao cuidado para com a natureza, parafraseado em, *estava pequenininho e eu fui cuidando dele, este pé de ipê vai ficar*, o ribeirinho relaciona a morte do pé de Ipê a sua morte (*vai ficar enquanto eu viver*).

²⁵ O Ipê e o prisioneiro: letra e música da dupla caipira: Tião Carrero e Pardino e “Pé do Cedro” do compositor sul-mato-grossense, Zacarias Mourão.

Os enunciados (59) e (60) fazem referência à separação da natureza e conseqüente “morte” dela, assim como o faz o poeta, *um dia parti pra longe, Amei e também sofri, vinte anos se passaram, em que distante vivi*²⁶, comparado com o enunciado (60) *momento que é chegado ao fim, são 27 anos, aqui fica... saudades... saudades... saudades*. A representação sugerida é a de uma história de transição do tempo: de um lado, um tempo histórico idealizado, porém velho, representado pelo viver rural (caipira definido por sua simplicidade, rusticidade, cordialidade e primitivismo); de outro, um tempo histórico massificado, jovem, novo/moderno, representado pelo avanço capitalista (o progresso, a produção de energia, o sertanejo moderno), mudanças estas, portanto, inseridas num ciclo de transformações advindas pelos novos tempos.

As escolhas lexicais que promovem tanto a condenação do progresso, quanto a exaltação da região ribeirinha, apresentam sentido saudosista, como em: (57) e (59) *lembranças*; (58) *recordação* e (59) *saudades*. Merece destaque as ocorrências dos qualificadores do lugar de origem com em: (57) *maravilho*, (57) *fresco*, (56) *melhores* e (57) *impiedoso*.

No jogo das relações de sentido e linguagem, os enunciados (56) a (61) apresentam efeitos de sentido de fatalidade. Em (61), *o momento que é chegado ao fim*, remete ao acontecimento de desapropriação/saída da região ribeirinha, já que foi contratado para captar as imagens, traduzir os sentimentos e emoções dos ribeirinhos, diante do que está por vir, precisa estar na “ordem do discurso” (FOUCAULT, 1996).

Os efeitos do emprego de certos qualificativos potencializam a subjetividade e marcam o compromisso efetivo do locutor com o que está sendo referido e contextualizado. Em (57), *a maravilhosa sombra fresca*, (56), *uma das melhores vistas que pode existir* e (60), *lugar de paz... amor... amizade*, são de exaltação do lugar, denunciadores da catástrofe natural, demonstração da representação indignada diante do que está por vir em decorrência do alagamento. As expressões apresentam marcas temporais (*em breve* (56), *enquanto eu viver* (58), *quando aqui cheguei* (58), *o que já existe* (61)) de um tempo, para o ribeirinho, *paz, amor, amizade*; um agora/presente de *lembranças, saudades, recordações, dor* e uma ausência de perspectiva.

Em (61), para desqualificar o discurso sobre o progresso, descreve uma região exaltando as suas belezas naturais, em oposição a uma *continuidade ao progresso*, que apresenta como o destruidor da natureza e da cultura, como em *vai acabar com uma parte da*

²⁶ Versos da música “Pé de Cedro”, autor: Zacarias Mourão.

história das pessoas, o que, para ele (59) *não tem dinheiro que pague*, além disso, via apropriação do discurso cristão, num tom apelativo, questiona o poder via “criatura”, que deseja equiparar-se ao “criador”, o que nos faz evocar novamente o discurso bíblico: Lúcifer “caiu” porque queria ser superior a Deus²⁷. Em *tudo isso prova que o homem não é Deus*, ele sabe (sem saber/via interdiscurso) que, para o discurso cristão, a criatura não pode/deve suplantar o criador como destaca Fiorin (2005, p.43) “não é a toa que o Criador desconfiava da palavra, como demonstrou no episódio da torre de Babel, pois, com ela, os homens o desafiaram; seriam tão poderosos quanto ele.” Existe aí uma assimetria que deve ser mantida, manifesta ainda uma descrença nas modernas formas de progresso, em (61), *o homem não tem capacidade de criar algo sem antes desfazer o que já existe no mundo*.

O discurso que condena o progresso via apropriação e devastação dos recursos naturais vem constituído de vários discursos sociais e ideológicos: o discurso cristão, o discurso dos sem-terra, o discurso dos ambientalistas. Esse sujeito assume um posicionamento próprio da FD da exclusão, na qual se encontra inserido, que assume um posicionamento e deixa marcas deste no seu discurso. A modalidade enunciativa própria de sua FD orienta a argumentação para um único ponto de vista, buscando fechar a possibilidade de uma contrapalavra. O que é dito pelo sujeito apresenta-se como verdade única, com efeito de sentido persuasivo, o sujeito usa a palavra e assume uma posição, emprega expressões predominantemente de natureza afetiva ou avaliativa, próprio das falas poéticas, indicando um alto grau de emotividade diante do que enuncia.

3.2.3 Sair de cena: entre a abertura e o fechamento do jarro de Pandora²⁸

(62) O que não foi filmado não existe (narrador, vídeo2).

O enunciado (62), *O que não foi filmado não existe*, remete ao silêncio discutido por Orlandi, para quem "O silêncio é assim a "respiração" (o fôlego) da significação; um lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. (ORLANDI,

²⁷ Bíblia sagrada, II Coríntios, 11 Versículo 12.

²⁸ Pandora provém, em grego, de pan (todo) e dôron (presente) e significaria “um presente/dom (dôron) de todos os deuses (pánton). Ligada ainda ao verbo didonai (dar) poderia ser “a detentora de todos os bens” ou “a que dá todos os bens”. In: PRITSCH, E. I. *O mito de Pandora*. Ciências e Letras, Porto Alegre, n. 42, p. 65-79, jul./dez. 2007.

1997, p.13). Com ela, buscamos analisar os sentidos silenciados, mas passíveis de interpretação.

Antes, porém, abrimos um parêntese para salientar que o silêncio está para o enunciado como o jarro de Pandora²⁹, pronto para se abrir, cheio de surpresas, em que os efeitos de sentido ecoam e ressoam. Pritsch (2007, p. 71) relata que Pandora teve a incumbência de levar, de presente, um jarro para Epitemeu, com o compromisso de não abri-lo, porém tomada por curiosidade, retirou a tampa e, dessa forma, espalhou sobre a humanidade todos os males e as desgraças ali contidos. Ao novamente colocar a tampa, viu que restou somente a esperança, uma vez que não houve tempo de ser libertada.

Voltando ao enunciado, o silêncio nele materializado remete-nos às indagações sobre o sujeito da enunciação, por que o fez assim e não de outra maneira ou, ainda, colocá-lo em confronto com outros enunciados: "o que foi filmado existe", "o que foi filmado existia" e, se existia, por que não existe mais?

A ideologia (Pêcheux, 1988) é o mecanismo que possibilita o dizer ou o calar, o que não deve (não pode) circular: as articulações do sujeito com o poder, com o momento político e social em que vive e com a sua posição, nesse contexto, constituem esse tecido de tensão permanente entre o outro e o mesmo. Assim, o sujeito usa do verbo ou do silêncio para produzir sentido.

O sujeito do enunciado (62), *O que não foi filmado não existe* é o narrador, aquele que foi contratado para deixar registrada, para os ribeirinhos, uma imagem daquilo que, para o ribeirinho, representava todo um passado de lembranças e recordações. A escuta, por meio de gesto interpretativo, leva-nos ao efeito de sentido de que, na conclusão do trabalho de filmagem, o sujeito deixa-se levar por todas aquelas lembranças e, juntamente com as águas, representa-se imerso nelas, o que se manifesta por meio da expressão: *o que não foi filmado não existe*. Trata-se, então, de um momento, em que o outro se funde no mesmo (em que o de fora se funde, ou se confunde com o de dentro): o sujeito deixa suas marcas na e pela linguagem, passando a ser afetado por ela, produzindo, assim, o efeito de sentido de desolação, tristeza, angústia, pressentimentos comungados com os ribeirinhos.

Constata-se aí a representação de um sujeito narrador parcial, afetado pelo objeto de seu trabalho, manifestando esse afetamento no discurso, uma vez que poderia ter concluído a filmagem com a expressão acionada pela memória (interdiscurso) : "fim" ou *the end*, mas

²⁹ “Pandora é um jarro, formada de barro por Hefesto e a mulher, receptáculo do esperma do homem. Daí a importância da esperança ou expectativa ter ficado dentro do vaso, porque a geração da vida depende dessa etapa de espera” (PRITSCH, 2007, p.72).

que optou concluir com o enunciado: *O que não foi filmado não existe*.

Na esteira de Orlandi (1997, p. 13), para quem o silêncio abre passagem para o sujeito, observamos que o sujeito, quando opta por um tipo de enunciação e não por outro, não o faz aleatoriamente. Ao negar-se a concluir seu trabalho com a palavra “fim”, delimitando simplesmente a conclusão de mais um trabalho, como tantos outros, o sujeito faz deslocar da posição do sujeito ocupado por aquele envolvido na produção de tal discurso, que, em se tratando de fenômeno catastrófico, inevitável, urge registrar para a posteridade, organiza um arquivo para as gerações futuras: *o que é filmado é lembrado* paráfrase de *o que não foi filmado não existe* (62).

Ao interditar dizendo algo que poderia soar como um lamento do sujeito produtor da filmagem, ele o faz nesse momento histórico, para talvez não abrir confronto direto com o poder instituído, pois o sujeito encontra-se numa posição discursiva em que recorta os sentidos de circulação permitidos ou proibidos e, para ele, enquanto produtor de imagens a serviço de uma coletividade, não é “conveniente” um confronto direto com os representantes do poder, o Estado/CESP. Como consequência direta, tem-se a interdição do sujeito e a mutilação do seu dizer.

O enunciado apresenta um silêncio representativo que explode os limites do significar, em que o sujeito toma partido, mas não o faz diretamente; isso somente lhe escapa por meio da linguagem, como um ato simbólico.

3.3 Dos atores da cena ao desfecho final

Na primeira parte deste capítulo, trouxemos para a cena os ribeirinhos (oleiros, pescadores e agricultores) e os ribeirinhos líderes, com o propósito de uma análise sobre os discursos por eles proferidos em relação ao lugar de origem, à atividade praticada, sua relação com a natureza, à saída da barranca e às implicações daí decorrentes. Em seguida, mostramos o discurso dos coadjuvantes da cena, no caso, de lideranças do MAB e do narrador do documentário, em especial, aqueles que versam sobre o alagamento e a saída da região habitada pelos ribeirinhos; transitando por diferentes lugares, vimos o sair de cena materializado no enunciado (62) *o que não foi filmado não existe*. Resta-nos ainda, a busca por um desenlace, que acreditamos ser possível mediante reflexão sobre as designações dos atores/sujeitos da pesquisa.

3.4 A propósito das designações: de *ribeirinhos* a *sem rios*

Segundo Guimarães (2005, p.9), o sentido de um componente lingüístico relaciona-se ao modo com que este integra uma unidade mais ampla, para isto, deve-se considerar a constituição histórica de tal elemento. Quanto ao processo de designação, o autor distingue-a num conjunto de outras palavras, consideradas sinônimas ou correlatas, em três planos: denotação, nomeação e referência. A primeira pode ser usada como sinônima ou não das outras, a segunda refere-se ao funcionamento semântico do nomear algo, e a última diz respeito ao ato, no processo enunciativo, da particularização de algo.

Guimarães (idem) pontua, ainda, que designar, na linguagem, não representa mera identificação de um objeto no mundo; a significação de uma expressão referencial constitui-se no funcionamento da língua, no confronto de dizeres e sentidos diversos. Para ele, há espaços de constituição de sentido, (re)configurados por acontecimentos enunciativos, onde ocorrem as cenas enunciativas (modos específicos de acesso à palavra), produtoras da designação.

Nessa abordagem, o foco está na constituição dos sentidos das designações *ribeirinhos* (oleiros, pescadores e agricultores) e *Os sem rios*. Partimos da imagem de que o acontecimento discursivo de desapropriação das terras ribeirinhas, por ocasião da construção da hidrelétrica de Porto Primavera, provocou deslocamentos de sentidos, isto é, fez que estas expressões fossem (re)significadas. Dito de outro modo, a maneira de referir constitui as designações desses sujeitos e, à medida que mobilizam dizeres e sentidos outros, identifica os ribeirinhos *no* e *pelo* acontecimento em questão.

Observamos, então, os trabalhadores ribeirinhos designados de diferentes formas: “oleiros”, “pescadores”, “agricultores” e “sem rios”, sendo que, as designações apontadas podem ser consideradas como marcas da heterogeneidade constitutiva (AUTHIER REVUZ, 1990) o que remete a uma ordem de discursos ou interdiscursos, que caracteriza os discursos *do* e *sobre* o ribeirinho.

Em se tratando de nomeação (FIORIN, 2005, p. 11) salienta que o livro do Gênesis e a mitologia declaram a inexistência de seres antes que Deus os nomeasse. As coisas passaram a existir mediante a nomeação divina. Nos limites desta pesquisa, não nos compete questionar a existência divina, nem tampouco a origem dos mitos, porém, consideramos que o homem tem sua existência condicionada à linguagem para (re)produzir o mundo ao seu redor.

Em algum momento da história, ele passou a relacionar-se de maneira diferente com o mundo, com a natureza, com os outros homens e com ele próprio. Deu nome às coisas e, ao nomeá-las, criou uma dimensão diferente da coisa em si, a dimensão da linguagem.

Morfologicamente, o vocábulo *ribeirinho* pode ser tanto um substantivo ou adjetivo (masculino singular) derivado do substantivo “ribeiro”³⁰, mediante acréscimo do sufixo *inho* que, além de expressar idéia de tamanho, pode também provocar efeito de sentido de desqualificação daquilo que nomeia. As formas aumentativas e diminutivas podem representar nosso desprezo, a nossa crítica, o nosso pouco caso para certos objetos e pessoas, sempre em função da significação lexical da base, auxiliado por uma entoação especial (eufórica, crítica, admirativa, lamentativa etc.) e os entornos que envolvem falante e ouvinte: *livreco*, *coisinha*, *homenzinho*, por exemplo. Neste caso, observamos que os substantivos estão em sentido pejorativo. A idéia de pequenez se associa facilmente à de carinho que transparece nas formas diminutivas das seguintes bases léxicas – *paizinho*, *mãezinha*, *queridinha* (BECHARA, 1999, p. 141).

Outro fator que pode ser observado é o de que o sentido de negatividade também pode se incorporar ao de desprezo. Mais uma vez, o sufixo *-inho* corrobora com o ponto de vista do locutor, que direciona o seu discurso para que o interlocutor o leia de acordo com o efeito que deseja causar, logo, *inho* também pode ser considerado elemento modalizador avaliativo.

Nesse trabalho, *ribeirinhos* compreende todos aqueles que vivem nas proximidades da barranca do rio, trabalhando em suas margens ou dele retirando o seu sustento, são também agrupados por categorias como a dos oleiros, pescadores ou agricultores.

Em relação ao “oleiro”, confira as palavras:

oleiro é uma *pessoa...* que trabaia com o barro... tijolo neh... que a faz a produção para construir os tijolos... pra fabricá a casa... é um serviço que a gente pega cedo ...trabaia o dia inteiro...a partir das seis horas da manhã... a gente tá tudo no serviço (J.O.G vídeo1)

Tal qual *ribeirinho*, o termo *oleiro* constitui vocábulo que compreende tanto substantivo quanto adjetivo masculino singular³¹. Trata-se de uma designação diretamente ligada à atividade praticada pelos sujeitos, “*pessoa...* que trabaia com o barro”, o que nos

³⁰ Rio pequeno, regato, riacho (FERREIRA, 1975, p. 1.236).

³¹ do Lat. *Ollariu*, aquele que trabalha em olaria; proprietário de olaria (FERREIRA, 1975, p. 995).

remete ao discurso cristão, ao mito da criação e ao discurso fundador sobre o trabalho, explicitado por Fiorin (2005), numa evocação à Bíblia Sagrada quando teoriza o mito com que a civilização explica a origem da linguagem.

De acordo com tal mito, uma das condições para existência humana é o trabalho, ou seja, o homem teria de produzir/trabalhar para conseguir seu sustento. De onde advém o conceito de trabalho assumido, nesta pesquisa, ligado à experiência do cotidiano da comunidade, que transforma o trabalho em atividade de sobrevivência, em um valor ético marcadamente propulsor de comportamentos tanto individuais quanto coletivos e que identificam a comunidade a que nos referimos como *oleiros*.

Segundo Pêcheux (1988, p. 161), o sentido constitui-se nas relações que cada palavra mantém com as demais em uma dada formação discursiva. Uma das significações do vocábulo *oleiro* está relacionada ao mito da criação do homem, narrado pela Bíblia³², que aciona o imaginário popular do sujeito cuja missão é servir. Ainda de acordo com o discurso religioso, quando há uma recusa em servir, esta é encarada (por Deus) como rebeldia. Temos, portanto, um discurso inscrito numa filiação histórica ligada ao serviço daquele que não nasceu para ser alguém e, sim, para servir a alguém.

Quanto à matéria prima de seu trabalho – o barro – este é molhado, durante o processo de moldagem realizado pelo oleiro. Depois de passado no forno, se apresentar algum defeito, deve ser quebrado. Retomamos aqui, à narrativa religiosa, no tocante ao Reino de Judá, que, ao tornar-se indiferente a Deus e voltar-se para os ídolos, após inúmeras advertências, sem arrependimento, fora “quebrado” (Jeremias, 19: 1-11), isto é, destruído enquanto nação. Para o discurso cristão, este fato representa um alerta da necessidade de acomodação aos desígnios divinos.

Observamos que o mito bíblico, é o agenciamento da memória, traz a idéia de submissão, de repressão, um colocar-se a serviço sem discutir, carga semântica que o item lexical *oleiro* carrega em sua constituição histórica.

Quanto à designação *pescador* (também classificado pela gramática como substantivo ou adjetivo masculino), relaciona-se à atividade praticada para a subsistência, mediante a pesca como nos aponta o próprio *ribeirinho*:

³² Deus fez o homem do barro da terra: "E formou o Senhor Deus o homem do barro da terra" (Gn 2:7). O primeiro homem, Adão, significa barro. Em outra passagem bíblica, temos a referência (Is 43:7), de que Deus fez o homem como um vaso mas o pecado da desobediência tornou esse vaso inútil. O homem rebelou-se interior e exteriormente contra Deus (Rm 1 :23). Em outras passagens bíblicas, temos referência à figura do oleiro - citada em Jeremias 18, 1-6ss. Citações estas que relatam a manifestação de Deus como um oleiro, moldando, como a argila, àqueles que pertencem a Ele.

pescadô né, movimenta de peixe né, movimento aqui de peixe que tinha aqui na beirada do rio (J.F.S. vídeo2).

Este vocábulo aciona também a memória do discurso bíblico. Nos sermões de igrejas evangélicas, padres e pastores apontam para a necessidade de seguir o chamado de Deus para “pescar homens para o Seu reino”³³. Segundo o cristianismo, “pescar homens” significa colocar-se como instrumento do Criador, trazer vidas ao conhecimento do evangelho e ao arrependimento dos pecados. Neste aspecto, um dos sentidos de *pescador* seria “colocar-se a serviço de alguém por alguém”.

Já a terceira designação, *agricultor*, liga-se à terra e a sua capacidade produtiva, conforme declara a ribeirinha:

a terra pra mim é uma grande vantagem... porque a terra... eu vô plantá um pouco de lavoura... vô criá minhas criação (A.B.S. vídeo1).

Trata-se, para o ribeirinho, de um tipo de trabalho totalmente vinculado à terra, caracterizado por um sistema de produção qualificado como familiar, por agregar todos os membros da família. Sem distinção quanto ao ciclo de vida e ao gênero, dele fazem parte jovens e mulheres que, utilizando do próprio trabalho, produzem aquilo que necessitam para a sua subsistência.

Para entendermos o funcionamento semântico-enunciativo das designações, consideramos o fato de que a nomeação ocorre no espaço de enunciação (GUIMARÃES, 2002, p. 35), ou seja, envolve lugares de dizeres diferentes, uma enunciação que nomeia, cita, por sua vez, enunciações diversas. Quando nos referimos a *ribeirinhos*, *oleiros* e *pescadores*, *lavradores da terra*, rememoramos enunciações diversas acerca daqueles que vivem nas proximidades dos rios e deles retiram o sustento, desde os primórdios da civilização até os dias de hoje. Há o entrecruzamento de diversas regiões do interdiscurso, logo, a designação encontra-se afetada por toda uma memória do dizer.

*Os sem rios*³⁴ constitui-se expressão formada pelo artigo definido masculino

³³ De acordo com a Bíblia, a expressão “pescadores de homens” foi criada por Jesus no contexto da convocação dos primeiros apóstolos: Pedro, André, Tiago e João, que tinham por ofício a pesca (S.Mateus 4: 18-22).

³⁴ Não localizamos registro da expressão *Os sem rios* com hífen. Embora, o Novo Acordo Ortográfico vigente assim o requeira, nesta pesquisa, adotamos a forma empregada pelos sujeitos à época da produção do documentário.

plural "os" mais a preposição "sem" [Do lat. sine.], que, de acordo com o dicionário Aurélio³⁵, indica 'falta', 'privação', 'exclusão', 'ausência', 'exceção'; mais o substantivo masculino "rio", na forma plural. O fato de apresentar em sua composição o especificador, gera um efeito de sentido de que não se tratam de sujeitos quaisquer, mas de sujeitos específicos que se constituem mediante a reivindicação de espaço identitário determinado.

Na esteira de *Os sem-terra*, *Os sem rios* tornaram-se sujeitos de um movimento que põe em questão o modo de ser da sociedade capitalista atual e a cultura reproduzida e consolidada por ela. Ao reivindicarem para si a identidade de população ribeirinha, questionam posicionamentos de autoridades e ambientalistas que, de acordo com o MAB, quando da elaboração dos relatórios de análises das áreas impactadas, consideram essas áreas como desabitadas, preocupando-se apenas com a fauna e a flora ali existentes.

O surgimento desse nome próprio composto: *Os sem rios* confunde-se/funde-se e liga-se, portanto, ao uso da preposição "sem" mais o substantivo que representa "a coisa", o objeto de desejo, isto é, deriva da luta dos despossuídos de algo que anseiam, mais do que a posse do objeto de desejo (a terra, no caso, de *Os sem-terra*), firmar-se enquanto movimento/ organização que lutam por mudanças estruturais mais amplas.

Historicamente, este item lexical: *Os sem rios* passa a identificar um sujeito social, mediante nome que revela uma identidade, um passado e uma memória histórica e uma cultura de luta e de contestação social. Há um processo de construção desse sujeito, que é a história de luta contra o represamento dos rios, por ocasião da formação de lago proveniente de construção de hidrelétricas.

Ao identificarem-se como *Os sem rios*, além de lutarem pelas terras ribeirinhas, passam à afirmação de uma condição social: populações ribeirinhas desprovidas de condições de existência. Essa reivindicação de identidade se amplia à medida que se materializa na luta por um novo modelo energético, ou seja, que se constitui como cultura, que reivindica transformações no jeito de ser da sociedade atual e nos valores que a sustentam.

O ribeirinho, ao reivindicar para si uma identidade, constitui-se em sujeito de permanente transformação, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e, assim, conformam seu jeito de ser. Do entrelaçamento das vivências coletivas que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa com o caráter histórico da luta social que representam, forma-se a coletividade. *Os sem rios*, enquanto sujeitos atuantes nas ações

³⁵ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda, 1975, p.1283.

do cotidiano ou do processo de luta.

À medida que *Os sem rios* constituem uma organização coletiva, eles se posicionam como sujeitos, vivem experiências de formação humana encarnadas nessa trajetória. Suas referências se constroem porque essa luta social se faz de um modo que é capaz de colocar em cena novos sujeitos na busca de seu espaço/representação, ao mesmo tempo em que os apresenta no embate de lutas tão antigas quanto à humanidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A melhor coisa que pode acontecer a um grupo de indivíduos é que [...] falem por si mesmos, contem a sua realidade e lutem por suas causas. (CARDOSO, 2002)

Este trabalho buscou interpretar enunciados que representaram a discursividade constituinte do sujeito ribeirinho em momentos de tensão. No trajeto, analisamos o discurso desse sujeito na perspectiva da AD, e sua relação de complexidade com a ideologia, com a história, com a linguagem e com os discursos, explorando ainda, as relações de poder-saber e os processos de resistência.

Na primeira etapa de nossa análise, observamos o discurso de um sujeito da posição daquele que vive na margem e à margem. Seu discurso apresentou situações de resistência, tanto em relação à permanência geográfica na região, tanto em relação à situação de exclusão em que se encontrava.

Verificamos as marcas lingüísticas deixadas pelos sujeitos, relacionadas às categorias de pessoa, espaço, tempo: “eu”, o “aqui”, o “agora”, o “isto”, pistas que possibilitaram a representação da direção dos dizeres em relação ao espaço (aqui/margem do rio), ao tempo (agora/1999) e ao objeto (terra/lavoura). Um sujeito que se manifestou ora como um “eu”, ora como “nós”, que se representou como homem da terra, homem do campo, defensor da natureza e detentor de um conhecimento sobre o lugar. As marcas possibilitaram ainda, verificar os efeitos de sentido, de que o ribeirinho é possuidor do direito de permanência na barranca (*eu lutei por essa árvore; eu conheço aqui a mais de trinta anos*) em oposição a um “eles” o outro, o Estado/CESP, representado com destruidor, (*eles chegam aqui mete a moto serra aqui e elimina tudo*), para o ribeirinho, sem direito de reivindicar o lugar.

Os marcadores de pessoa possibilitaram ainda, visão do confronto de posições discursivas: de um lado, "eu" - oleiro trabalhador que possui a terra, porém marginalizado, excluído; de outro, "eles" - os supostos donos da terra, o poder. O ribeirinho representou-se na posição sujeito daquele que colocou a linguagem a serviço da denúncia.

A referência espacial pode ser verificada também, pelos verbos “nascer”, “criar”, “ir”, “trabalhar”, “necessitar” e “gostar”, que se constituíram, para o sujeito enunciador, instrumento para expressar suas crenças quanto ao local de origem e a possível saída, que para

o sujeito, implicaria a morte. A análise do marcador verbal “cercar” (*a gente cercou a dona Carmem*), possibilitou a imagem das lutas travadas nos embates discursivos e o exercício do poder e resistência, uma vez que, representou momentos, em que o sujeito ribeirinho desidentificou com o assujeitamento aos discursos políticos e de autoridade, implementando assim, a resistência e o exercício também do poder.

Nesse processo de luta e resistência transitou por diferentes posições discursivas: de trabalhador, ambientalista, defensor da natureza para a posição de sujeito denunciador, reivindicador daquele que usa o poder da linguagem como instrumento de luta e resistência, preenchendo assim, múltiplos espaço enunciativos na ordem do discurso.

Seu discurso apresentou o atravessamento de várias FD, como a da exclusão, da resistência, do capital, da liderança, religiosa, política e jurídica, todavia, a mais marcante de todas, foi a da exclusão, por apresentar o indicativo da pobreza, como justificativa de permanência na região ribeirinha.

Mostramos a constituição de um sujeito que enunciou da posição daquele que reivindicou a terra, como condição necessária de sobrevivência, mediante a prática de uma economia de subsistência; porém, interpelado, ideologicamente, pela política compensatória (“o politicamente correto”), mostrou-se também favorável a uma compensação via indenização material, configurando, assim, o assujeitamento ao modo de produção capitalista e a sua real forma de obtenção de lucros.

Os dados indicaram que, no discurso do ribeirinho na posição de liderança e do narrador, sobressaiu, enquanto efeito de sentido, a denúncia, atravessada pelo discurso jurídico/político, cristão da luta pela terra. Discursou também, da posição de sujeito do saber, conhecedor da lei e dos processos de desapropriação, produzindo efeito de verdade face ao seu interlocutor. O discurso do narrador, mostrou-se afetado pelo outro, mobilizando sentidos, pré-sentimento de angústia, tristeza e desolação, discurso típico das falas poéticas, com teor de romantismo, em que se utilizou procedimentos de antevisão das imagens/ representações que designam o lugar que o sujeito atribui a si e ao outro no processo discursivo.

Por último, buscamos, no desfecho de nosso trabalho, uma reflexão sobre as designações atribuídas aos sujeitos e às mudanças sofridas, motivadas no e pelo acontecimento discursivo, o que possibilitou compreender as (re)significações e o deslocamento de sentidos da expressão *os sem rios*. Que mobiliza novos sentidos e configura-se numa luta para além das causas ribeirinhas. Trata-se, pois, de uma nova categoria social que anseia por mudanças estruturais mais amplas, capazes de provocar interferência no modelo atual de sociedade, bem como, nos valores que a sustenta.

O sujeito, antes *ribeirinho*, transformou-se em *sem rios*, momento de uma nova reconfiguração, novos processos de luta, dentre estes, a luta contra a exclusão, o sujeito desidentifica com a formação discursiva que o constituiu, para identificar-se com uma nova “forma-sujeito” de direito, daquele que reivindica para si e para outro, além da terra, mudanças na “forma de ser” do sistema capitalista.

A FD que se sobressaiu no discurso do ribeirinho é a da exclusão, presente não só nesses discursos, mas também em outros que circulam no dizer de categorias como: os sem teto, sem-terra, os índios. O sujeito ribeirinho sempre soube (sem saber) que, do lugar onde se encontrava não lhe era dado o direito de cidadão apto a falar, a lutar pelos seus direitos, a fazer uso do aparato jurídico, porém, verificamos que esses sujeitos buscaram formas de subjetivação e de resistência, mostrando suas reais condições de vida e existência face à ameaça do outro.

Observou-se que os discursos assumiram um tom de denúncia por parte do sujeito ribeirinho, como se este se colocasse num processo de antevisão daquilo que está por vir, e assumisse uma condição de si, perante os outros. A circunstância de alagamento da região, apresentou-se como o desfecho apocalíptico, uma vez que, *as águas seriam a nova proprietária do lugar*. Nesse discurso, os sujeitos são constituídos num processo de diferença: o que é "progresso e bem estar" para uns, pode não ser para outros. Há marcas discursivas de sujeitos distintos: de um lado, tem-se o "eu" – ribeirinho; do outro, "eles" - o Estado (CESP), pistas do antagonismo social e conflitos existentes na sociedade capitalista.

Dizer "o que somos" significa também dizer "o que não somos". A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence sobre quem está incluído e quem não está excluído. Afirmar a identidade, significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora.

O sujeito ribeirinho representou-se numa posição de "excluído", à margem nas relações de poder/saber, todavia nos embates ideológicos, motivados pelo acontecimento discursivo de desapropriação e alagamento de suas terras, seu discurso assumiu a forma de resistência mediada pela língua em funcionamento, que lhe permitiu transitar "das margens do rio ao interior do discurso".

Engajados em processo de luta, viu-se alterada a sua condição tanto social, quanto geográfica. A primeira, reconfigurada nas formas de resistências e incorporações de novas bandeiras de luta, a segunda, materializada na nova forma de vida junto à “Comunidade Nova Porto João André” no município de Brasilândia – MS. Acreditamos que a vida neste novo lugar e a re-configuração social de sua trajetória, constituem-se em instigante tema para

futuras investigações, em especial, de como a memória permitirá a leitura dos discursos desse “novo sujeito”.

Voltando às indagações que impulsionaram esta pesquisa, mostramos que para o sujeito ribeirinho, o processo de desapropriação e formação do lago representou a “morte”, a destruição de todo um modo de vida na barranca. Mesmo interpelado ideologicamente, traído pela linguagem e, em alguns momentos manifestando favorável às compensações oferecidas pelo Estado/CESP, observamos que elas por si só não são suficientes, uma vez que trata-se de toda uma cultura, entendida como um modo de vida, em um determinado lugar, não há como restabelecer à comunidade um verdadeiro estado de equilíbrio.

Nestas reflexões, buscamos aquilo que o olhar de pretenso analista (interpelado ideologicamente) conseguiu captar, proporcionado assim, uma resposta às questões que impulsionaram esta pesquisa. Esperamos que, para além de um aprofundamento pessoal e acadêmico, possamos contribuir também para uma releitura do progresso e bem estar social, à luz das diferentes visões dos diversos segmentos de nossa sociedade.

Concluimos com Saramago, para quem as palavras e com elas, os discursos são como “a corrente de um rio, se estão ali, é para que possamos chegar à outra margem” (SARAMAGO, 2000, p. 77), onde agora, ancoramos o nosso barco. Todavia, continua o autor, pode “ser que esses tais rios não tenham duas margens, mas muitas, que cada pessoa que lê seja, ela, a sua própria margem, e que seja sua, e apenas sua, a margem a que terá de chegar”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, n.19, p.25-42, Campinas, Unicamp, São Paulo: 1990.

_____. *Palavras incertas*. Campinas: Unicamp, 1982

ALTHUSSER, L. . *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*. 8. ed. Trad. J.J. Moura Ramos. Lisboa: Presença; São Paulo: Martins Fontes, 1974.

ARANHA SILVA, E. et all. *Usinas hidrelétricas e os impactos sócio-ambientais: o caso dos oleiros ceramistas no reassentamento Porto João André – Brasilândia/MS*. IV Congresso Brasileiro de Geógrafos. *Anais...* Goiânia: UFG, 2004.

ARAÚJO, I. L. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: ed. da UFPR, 2001.

AZEVEDO, A.M.V. Angústia e Afetos trágicos. In: LEITE, Nina V. de A (org) *Corpolinguagem: angústia: o afeto que não engana*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2006. p. 61-73.

CASTILHO, A.T. Problemas de descrição da língua falada. *DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*. v.10, n.1, fev.1994, p.47-71.

BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. [Trad. Michel Lahud e Yara Fratashi Vieira]. São Paulo: Hucitec, 1992.

BACHELARD, G. *A água e os sonhos*, Martins Fontes, 2002.

BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 1999.

BÍBLIA SAGRADA: Nova Tradução na linguagem hoje. Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BRANDÃO, H. H. N. *Subjetividade, argumentação e polifonia*. A propaganda da Petrobrás. São Paulo, Fundação Editora da UNESP, 1998.

BRANDÃO, H. H. N. *Introdução à análise do discurso*. 8.ed. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

BARTHES, Roland. Introdução à Análise Estrutural da Narrativa. In: BARTHES, Roland *et al. Análise estrutural da narrativa*. Petrópolis: Vozes, 1971, p. 18-58.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BERTOL, R. *Como os sem-terra inventaram pela mídia: a novidade social nos anos 1990*. Estudos Históricos, Mídia, n.31, 2003 CPDOC/FGV. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/338.pdf>> Acessado em 09/10/2008.

- CARDOSO, S.H.B. *Realidades e sentidos: dos jecas a os sem-terra*. SAPIENS, diciembre, ano/vol.3, número 002. Universidad Pedagógica Experimental Libertador, Caracas, Venezuela. 2002.
- CESP, Usina Hidrelétrica Porto Primavera. *Estudo de Impacto Ambiental: avaliação de impactos*. v.2. São Paulo: Consórcio Themag-Engea-Umah, 1994. 294f.
- CHAUÍ, M. *O que é ideologia?* São Paulo: Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, 1980.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise do discurso*. [Coord. da Tradução Fabiana Komesu]. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- ESTIVIL J In: *Panorama da luta contra a exclusão social conceitos e estratégias*. Copyright © Organização Internacional do Trabalho - Primeira edição 2003
- FERREIRA, A.B.H. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A., 1975.
- FIORIN, J.L. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo – SP: Ática, 2005.
- FOUCAULT, M. *Arqueologia do saber*. Petrópolis: Vozes, 1969.
- _____. *A ordem do discurso*. [Trad. Laura F. A. Sampaio] 9. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- _____. *As palavras e as coisas*. Uma arqueologia das Ciências Humanas. [Trad. Salma Tannus Muchail] 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- _____. *História da sexualidade I*. [Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon]. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.
- _____. *Em defesa da sociedade*. [Trad. Maria Ermantina Galvão]. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREITAS, Juarez. *Estudos de Direito Administrativo*. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 1995.
- FUCHS, C. La paraphrase. In: *Langage Française*, nº.53, février,1982. p. 24-33 (Revue Trimestrielle Larousse). (A paráfrase – tradução livre).
- FREUD, S. *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro, Editora Imago, 1997.
- GHIRALDELLI JR. P. *Historia da filosofia: dos pré-socrático a Santo Agostinho*. São Paulo: Contexto, 2008.
- GREGOLIN, M. R. *Foucault e Pêcheux na construção da análise do discurso: diálogos e duelos*. São Carlos: Clara Luz, 2004.
- GRZYBOWSKI, C. *Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo*. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- GUIMARÃES, E. *Semântica do acontecimento: um estudo enunciativo da designação*. Campinas, SP: Pontes, 2ª edição, 2005.

_____, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2003.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Editora DP&A, 2005

HENRY, P. A. *A ferramenta imperfeita*. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

INDURSKY, F. *O MST e o discurso da subsistência na imprensa brasileira*. Verso e Reverso, Revista da Comunicação. Ano XVII - 2003/2 - Número 37. Disponível em <<http://www.versoereverso.unisinos.br>> acessado em 18/04/2009

_____, F. e FERREIRA, M.C.L. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Editora Sagra Luzzatto, 1999.

KUDLAVICZ, M. *Usinas hidrelétricas: impacto ambiental e desagregação de comunidades*. Goiânia: Cursos Nacionais de Formação, 2001.

LEIS, H.; VIOLA, E. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, H. *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. Blumenau: Ed. FURB/Ed. Gaia, 1996, p. 89-112.

MAB, Movimento dos Atingidos por Barragens. *A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB*. Caderno de Formação nº. 5, São Paulo – SP, 2000.

_____. *História do MAB*. Acessado em: 08/09/08. Disponível em <<http://www.mabnacional.org.br>>.

_____. *Os Sem rio – Fita VHS*;

MACHADO, A.M. *De fora da arca*. Ilustrações de Laurent Cardon. São Paulo: Ática Editora, 2004.

MAINGUENEAU. *Novas tendências em análise do discurso*. [Trad. Freda Indursky]. 3 ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. *Gênese dos discursos*. [Tradução Sírio Posseneti] Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. *Cenas da enunciação*. [Trad. Maria Cecília Pérez de Souza-e-Silva, Nelson Baros da Costa e Sírio Possenti] Curitiba: Criar Edições, 2006.

MALDIDIER, D. *A inquietação do discurso – re(ler) Pêcheux hoje*. [Tradução de Eni. P. Orlandi]. Campinas: Pontes, 2003.

MARIANI, B. Ideologia e inconsciente na constituição do sujeito. *Gragoatá*. Niterói:1996.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. [Trad. Brás. Silvio Donizete Chagas]. 9. ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. *Manifesto Comunista*. [Trad. Maria Lucia Como], 12 ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003,

MOREIRA, I. Avaliação de impactos ambientais no Brasil: antecedentes, situação atual e perspectivas futuras. In: *Manual de avaliação de impactos ambientais*. Curitiba: 1992.

MUSSALIN, F. Análise do discurso. In: MUSSALIN, F. e BENTES, A. C. *Introdução a lingüística: domínios e fronteiras*, v. 2. 4. ed. Campinas – SP: Cortes Editora, 2004, p. 27 p. 101-142.

ORLANDI, E.P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

ORLANDI, E. P. *Sujeito e texto*. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 6. ed. Campinas: Pontes, 2001.

PAYER, M. O. *Educação popular e linguagem: reprodução, confrontos e deslocamento de sentidos*. 2 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, M. *Por uma análise automática do discurso*. [Tradução de F. Gardet e T. Tak (1990)]. Campinas (SP): IEL/UNICAMP, 1975.

_____. A análise automática do discurso. In: GADET, F. & HAK, T. (Orgs.), *Por uma análise automática do discurso: Uma introdução à obra de Michel Pêcheux* [Trad. Bethânia S. Mariani]. Campinas, SP: Unicamp, 1983, p. 61-105.

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. [Tradução de E.P. Orlandi et al]. Campinas: UNICAMP, 1988.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. [Tradução de E.P. Orlandi]. Campinas: Pontes, 1990.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et alii. *Papel da memória*. [Trad. e intr. José Horta Nunes]. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

PÊCHEUX, M. & FUCHS, C. A. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectiva (1975). In GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. [Trad. Bethânia S. Mariani] Campinas: UNICAMP, 1997a, p.163-252.

_____. A análise de discurso: três épocas (1983). In: In GADET, F. & HAK, T. (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso*. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux. [Trad. Bethânia S. Mariani] 3. ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 1997b, p.311-319.

PENNA, L.C. *A Senhora das Águas na Amazônia*. Revista Junguiana Publicação da Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica. Nº 18: 2000, pág. 18 – 29. Disponível em: <<http://www.manamani.org.br/asenhoradasaguas.pdf>> Acesso em 30/10/2008.

PRITSCH, E. I. O mito de Pandora. *Ciências e Letras*, Porto Alegre, n. 42, p. 65-79, jul./dez. 2007 65. Disponível em: <<http://www.fapa.com.br/cienciaseletras>> Acesso em 09/10/2008.

RECH, M.H.B. e FELTES, H. P. M. *No fio do discurso: análise do discurso sobre o trabalho no artigo opinativo do jornal correio riograndense Linguagem em (Dis)curso - Lemd, Tubarão*, v. 5, n. 2, p. 267-293, jan./jun. 2005

RIMA: *Usina Hidrelétrica Porto Primavera*. Estudo de Impacto Ambiental. Consórcio Themag-Engea-Umah. São Paulo: Cesp, 1994.

SALES, J. C. *A Desapropriação à luz da doutrina e da jurisprudência*. 4. ed.. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais, 2000, p.61.

SARAMAGO, J. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras. 2000.

SCARPINELLA, C. A. *Porto primavera: o paradigma de análise e os processos de decisão e implantação*. Tese apresentada ao Programa Interunidades de Pós-graduação em Energia, Universidade de São Paulo. São Paulo:1999.

SILVA, T.T. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes 2000.

SOUZA, F. R. S de. *Desapropriação: o momento consumativo e o registro do imóvel Expropriado*. Disponível em <<http://www.jfrn.gov.br/doutrina/doutrina223.doc>>. Acesso em 14/07/2008.

TORREÃO, Nádia. *A liderança feminina no desenvolvimento sustentável*. Vol.7, João Pessoa - PB: Revista Ártemis, Dezembro, 2007 – p. 101-121.

VAINER, C. B.; ARAUJO, F. G. B. de. *Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional*. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

VERUNSCHK , M. *Geografia íntima do deserto*.São Paulo, SP: Editora Landy, 2003.

VIEIRA, U. G. *Sobre os limites à inclusão social na gestão ambiental: considerações na perspectiva do licenciamento ambiental de hidrelétricas em MG*. Disponível em <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro1/gt/gestao_ambiental/Ubiratan%20Garcia-Vieira.pdf> Acesso em 14/07/2008.

ANEXOS

a) *Corpus*: os sem rios (fita VHS)

(1) porque se me tira da lavoura... eu vou morrê logo... sei que morro logo porque isso aqui é uma coisa que necessito e eu gosto... eu necessito disso aqui e gosto também... então... se me tira disso aqui eu sei que eu vou vive pouco ai é que eu vo morre.. (A.B.S)

(2) mas só que eu tenho a minha família, minha família é grande... nós compramo isso aqui...convive até hoje eu nunca fui pra cidade nem par colocá meus filhos na escola... nunca fui... deixava aos cuidados dos outros... tinha que te muita despesa... da morada, da assistência digamos que eles.. eles

(4) em seis anos de casado eu fiz 22 mudança ai depois vim achei esse lugar aqui... aí o cara quis me vende isso aqui.. vi o lugar que era alto... ilha arta... gostei do lugar e comprei dele por 10 barão naquele tempo... entrei aqui com a mulher e 02 filhos que tinha... aqui nasceu mais oito, mais dez, importante que eu tenho 10 filhos registrado no cartório aí de Epitácio. E aqui fui trabaiaando... nas condições de trabaia... sempre gostei de trabaia nunca dormi no ponto neh e... com tudo isso eu criei os 10 filhos mamando nos meus braços... sem depende de prefeitura... sem depende de financiamento de banco... de financiamento de ninguém neh... estudado tudo ele tiveram 10 anos de escola. Este rapaz que ta aí é prova. Entraram com sete saíram com 17 Teve deve que estudou mais mas se formou... teve dele que não se formou mas tiveram 10 anos de escola... tudo as minhas custas... comprei bote... comprei motô até duas vezes por dia iam daqui par cidade;

(5) meu sonho é planta né. De tudo que já plantava lá... trabalha... eu nasci e me criei na roça aí já acostumei.

(6) oleiro: é uma pessoa que trabalha com o barro tijolo neh que a faz a produção para construir os tijolos... pra fabrica a casa... um serviço que a gente pega cedo ...trabalha o dia inteiro. A partir das 6 horas da manhã a gente ta tudo no serviço.

(7) só mexemos com tijolo... Aqui nós faz o mesmos tijolo ai... não tem outro serviço que seja o tijolo. Aqui nos temo de tudo... do barro... aqui nos tem de tudo ... o barro os fornos arrumados... nós fizemos esse forno.

(8) pescado né... movimento de peixa ne.movimento aqui de peixe... hotel... muito turista... que tinha aqui na beirada do rio movimento e hoje ta isso aqui.... pra se realista a pesca aqui

ta acabada mesmo pode dizer que ta acabada não existe mais quanto mais quanto mais represa fizer... mais barragem fizer mais vai da esse problema.

(9) depois de quatro anos pra cá... eles acabaram com o peixe do rio porque o peixe não sobe na barragem do rio eles aí inventaram que ia fazer escada e nunca fizeram escada (M.S.)

(10) para o senhor vê neh... aqui era uma região... essa restinga aqui... era um lugar que habitava muito macaco... pra senhor vê né e observar um lugar que habitava muito macaco... muito animal capivara esta restinga nos vamos ver se vai de encontro com eles aí pra cima. Hoje não tem nada. Para o senhor vê... olha o sequeidão... era uma região habitada pelos animais... oia situação que se acha hoje... só seca e mais seca... isso causa revolta e tristeza... não só pelos animais mais pra natureza e o ser humano.

(11) não sei lê.. não sei escrever.. to com treze anos lutando por terra da reforma agrária... agora porque eu machuquei o joelho me falaram que diz que eu não tenho direito na terra.

(12) a CESP é uma empresa criminosa... desonesta que acaba... que tira da gente da residência da... que acaba com a vida da gente... eu tenho 06 netos tudo na minha responsabilidade... eu to vendo a hora da gente fica desamparada debaixo da ponte... sem nem o que comer... passando fome. porque a CESP é uma pessoa que engana mesmo.

(13) nós tamos muito é.. uma coisa que nem Cristo. Nós tamo na cruz aqui... com os braços fechados na cruz sem pude fazer nada.

(14) porque se me tira da lavoura... eu vou morrer logo... sei que morro logo porque isso aqui é uma coisa que necessito e eu gosto. Eu necessito disso aqui e gosto também... então se me tira disso aqui eu sei que eu vou viver pouco aí é que eu vou morrer...

(15) eu fico sintido que eu trabalho já só nesse serviço sete anos né... e aí pra onde eu vou vai ser difícil também porque eu ..o aluguel.. não posso pagar... o que eu ganho é daqui desse pedacinho de chão. (P. E.R.)

(16) pra mim mesmo só fala que eu tenho que mudar né.. mais...pra onde ir eu não sei porque eu não tenho pra onde ir... eles falaram que eu tinha direito de apoio a mão de obra mais isso significa só caminhão e o pessoal que ajuda né pra carregar a mudancinha mas lugar pra ir eu não tenho. E eles não falam também.

(17) tinha que ter muita despesa. da moradia... da assistência digamos que eles.. eles disseram que sustentava 02 anos... depois já fala que é um ano só... digamos que eles botam a gente lá e de fornecimento para um ano e depois de um ano como é que vai ficar. (A.B.S.)

(18) a CESP tem que fazer muita oportunidade pro pescador senão ele tá enrolado que solução nós temos com isso aqui. Tem que ter muita... muita oportunidade pro pescador tem que solução nós temos com isso aqui. Sei que muito pescador vai morrer de fome aqui.

(19) portanto... que agora faz 18 anos começou essa tar de CESP...para de sofrer que a CESP... não vai pagá... não vai indenizá ora ta par fechá a barragem e ninguém resolve nada... ninguém explica Ah. Não nós vai indenizá... mais indenizá quando? depois que a barragem fecha... não senhor eu tenho aqui minhas coisas minhas plantaço... minhas benfeitoria.

(20) nos precisamos de apoio ajudado pela CESP... realmente... porque ela é a única empresa que tirou o nosso direito... ela tem que da nosso direito... nosso trabalho.

(21) ah rapaz aqui o movimento era bom quando começaram esse trabalho... a gente que relocação do poço... a CESP não concorda quer dar indenização em dinheiro... o dinheiro é muito pouco não da pra fazer outro.

(22) pra mim não vale nada... por que não vale ... porque apenas eles tão destruindo o povo da barranca do rio.

(23) meu negocio é terra... dinheiro pra mim não interessa... me interessa a terra porque a terra não acaba nunca. Eu vivo da terra.

(24) se a CESP faze isso que nem a promessa que vejo fala.. da 2 mil metros de rede... um barco e motor 40 ele da pra vive... tem que te uma barraca... um motor 40. Da pra manter a vida. Da pra vive.

(25) a indenização eu aceito sendo de acordo com o... de acordo..as coisas que a gente tem neh.

(26) só que não deve agi como estão agindo... querer tirar o pessoal aqui na marra... sem... nem compraram a terra pra assentar o pessoal já ta indeniza os patrões dos caras pros patrões tira os cara da terra...começa desmanchar as casa... eles tem compromisso com que mora na terra.

(27) ah rapaz aqui o movimento era bom quando começaram esse trabalho... a gente que relocação do poço... a CESP não concorda quer dar indenização em dinheiro... o dinheiro é muito pouco não da pra fazer outro.

(28) oh.. a gente cercou a dona Carmem e perguntou pra ela se a gente ia ganha casinha. Ela disse que era com a prefeitura; Ai A gente foi no Bataguassu lá na prefeitura chegou lá o vice prefeito e o Jô falou... o Jô é o vereador... falou que vai saí as casinhas só que vai demora... a gente tem que muda prum barraco de lona lá na vila. Só que a gente não que por eles querem fazer so um barracão e ponha todo mundo junto

(29) ai eu falei pra eles que pra pega o reassentamento... num mínimo...tinha que se meno oito alqueires pra pode a gente.....porque tem as criação a gente põe uns gadinho né.. E pra pode ficar amparado né. Porque a gente vende tudo par fica debaixo da ponte não dá né.

(30) a solução que eu vejo é a CESP cumprir fielmente o que foi firmado... na medida que este convênio através das cláusulas que garante os projetos de subsistência... de roça... de animais... é permiti que a comunidade seja auto-suficiente... não tenha que vive a vida inteira a custa de cestas básicas.(M.K.)

(32) a gente preocupa com a provisoriedade da cesp porque nos conhecemos já projetos da CESP que ela prometeu resolver em 8 meses e ignoraram-se e ficaram provisoriamente por 15. 13 a 15 anos.(M.K.)

(33) a imensidade de problema que essa obra vai trazer tanto para a população que vive nessa região a 20 30 e 40 anos e mais também para a fauna e a flora... de modo geral também entendendo a natureza como o ser humano que faz parte dessa natureza. os prejuízos que ela vai trazer do ponto de vista sócio econômico ambiental ... não justificariam a construção dessa obra devido a produção mínima de energia que esta usina vai produzir. (M.K.)

(34) o que nos estamos querendo é que o progresso não seja feito a base do sacrifício de centenas e dezenas e milhares de pessoas que vivem a 30 e 40 anos nessa região... para elas o convívio e a vida com esse rio é muito mais importante que qualquer forma de dinheiro... nos queremos é que elas famílias sejam de uma forma justa compensadas .pelos prejuízos que vão ter. (M.K.)

(35) a usina hidrelétrica de porto primavera ainda não recebeu licença de operação por a CESP pouco fez para amenizar o desastre ecológico que a inundação vai causar.

(36) o lago de Itaipu ocupa 200 mil hectares e gera 10 milhões de kilowats. O lago de Primavera ocupara 225 mil hectares e vai gerar menos de 2 milhos de kilowats e mais a inundação ira destruir duas ares de proteção ambiental. (narrador)

(37) o que está acontecendo hoje em Porto Primavera é um sinal do que aconteceu... acontece e acontecerá em obras desta natureza. Algo tem que ser feito! Será que você não pode ajudar? (narrador)

b) *Corpus*: últimas imagens do Iate Clube Rio Verde e dos lugares mais próximos do Iate antes das águas subirem (Fita VHS).

- (1) aqui na propriedade a gente já tem mais de 30 anos que mora... a olaria já tem 27 anos... antes da olaria era pescador e fazia tijolo baiano... rapadura Tão empiando tijolo... depois de seco é levado pra ser queimado... direto do forno pro caminhão... forno já quase chei pra ser queimado. A parte da olaria... a boca do forno onde é colocada
- (2) aqui já são as últimas imagens que vão ser mostrada. Aqui já é o fundo do Sítio. Essa parte aqui toda é barro que vai ser coberto pelas águas. Donde a gente tira o barro pra trabalhar... pra fazer tijolo [...]Imagem como fazer o tijolo: empiando tijolo... daquilo ele é levado lá pro forno... forno já quase cheio pra ser queimado. A parte da olaria a boca o forno ... aqui já são as últimas imagens que vão ser mostradas
- (3) esse aqui é o barraquinho do Seu Armando pescador... fica bem na beirinha do rio na nossa propriedade era é a casa do outro irmão. (vídeo2)
- (4) ta vendo este pé de manga ... aquilo que você vê ali na frente pé de jaboticabeira. Minha casa vai ser devastada... vai ser devastada... tudo o que nós temo aqui vai ser eliminado. Construimo pra modi atende o pessoal do barreiro... trabalhamo muito ganhamo ate um dinheirinho aí... e graças a deus portante ta naquilo que você ta vendo.
- (5) pelo prazer deles... eles chegam aqui mete a moto serra aqui e elimina tudo... a primeira jabuticaba nós não chupamos os passarinhos é que tomaram conta daqui... vem tudo para cá... tem muita manga madura... passarinho macaco.
- (6) essa figueira aqui... toda vida eu lutei por essa árvore... eu tava la em cima via o povo fazendo fogo e vinha aqui... preservando essa natureza... eu queria que vocês filmasse... isso aí é terra fértil... isso vai acaba com tudo aí que vocês tão vendo aí . Eu conheço aqui a mais de trinta anos {essa figueira} ... isso aqui que ta sendo filmado ainda pé porque eu não deixei derruba... nós temos nossos amigos... eles descem com o carro... barco n'água daqui já vão pra pescaria.
- (7) essa árvore aqui é o nosso terrero.... é o que resta ainda das árvores que a maioria já foi tudo derrubado porque aqui vai tudo tomba... é o que resta das árvores... porque aqui vai tudo ser inundado.
- (8) são os coqueiros é uma parte que meu pai tem muita estima por isso aqui... ele gosta muito desses coqueiros... a gente... já foi tirado muito coqueiro daqui pra gente... pros vizinhos... muitas pessoas de fora... turistas.
- (9) nós não sabemos pra onde nós vamo... as pessoas perguntam não tem resposta... nós só...a única lembrança... [não tem nada que pague].
- (10) nossa percurso será bem simples e muito emocionante... neste passeio passaremos por muitos lugares... veremos a seguir a lagoa da piranha onde já se encontra totalmente desmatada... | a natureza sendo a mais prejudicada... porque essas águas as árvores sufocada pelo próprio sistema que antes tem lhe dado a vida: a água.
- (11) neste momento... estamos nos aproximando do porto este lugar ainda esta com vida e a velha figueira ainda esta de pé... porque o Sr. Pedro... por enquanto... esta por aqui.
- (12) esse lugar está sendo o lugar das águas aqui vai chegar águas do Porto Primavera. Queria agradecer meus amigos... ao Chico o Deguinha o Paulão... vai ficar tudo na saudade Espero um dia encontrar a todos.
- (13) o homem não mais terá chance de viver aqui... apenas os animais que viverem em água. É isso aí... as águas do rio Paraná será a nova proprietária desse lugar e quem fará moradia por aqui serão os peixes e outros ser que dependem da água para sobreviver.

(14) aqui é uma capelinha da imagem do Cristo que esta foi a primeira coisa a ser colocada no Iate... hoje é a primeira coisa que se encontra no Iate. É a vista parcial de frente o iate a ilha verde na qual estamos vendo os encontros da água ... água clara do Paraná e água escura do rio Verde.

(15) é o oratório de N.S. Aparecida... que juntos vamos pedir que proteja nosso próximo lugar... Que nossa senhora aparecida nos proteja no nosso próximo lugar. Estamos vendo esta varanda... jogos de baralho... jogos de mesa.

(16) O verde que dava de presente a maravilhosa sombra fresca as margens do rio virou lenha... suas folhas... galhos desapareceram. Ao impiedoso calor do sol deixaram apenas as lembranças e saudades nos corações dos moradores e turista deste lugar.

(17) este lugar as crianças quando forem adultos... com certeza lembrarão com muita saudade é a escolinha Raimundo Dias.

(18) nossa acaba com a vida das pessoas... eu venho aqui a mais de 20 anos... imagine quem nasceu aqui é um valor que não tem dinheiro que para... não tem como resgata isso aqui... vai acabar com uma parte da história das pessoas. Vai acabar com a vida da pessoa... não com o lugar... saudades... quando nasceu... nem sei a dor que tão sentindo... não tem dinheiro que pague... ... o valor que pagá é pouco. Não tem lugar igual a esse... vai ter semelhante... igual esse não... semelhante.

(19) aqui é o que resta de um barracão que dói construído pra ser feito uma daga... só resta saudade.

(20) esta é uma das melhores vistas que pode existir em torno do Estado de São Paulo que vai ser destruída em breve. Na qual eu gostaria de narra a todos que só vai ficar saudades.... saudades.... saudades....

(21) essa palavra que nos entristece muito só saudades... só saudades.

(22) este pé de Ipê vai ficar... enquanto eu viver... na minha recordação porque... quando aqui cheguei eu estava pequenininho e eu fui cuidando dele até o tamanho que se encontra; são 27 anos e gostaria muito de não vê-lo tombado porque este eu sei que vai mexer com os corações dos que viveram aqui... esta é minha maior recordação e minha maior saudade é deixar que cortem este pé de Ipê. Este sim eu vou dizer com o meu coração aqui fica saudades.... saudades....saudades....

(23) que vem aqui só para registrar o momento que é chegado ao fim clube este que foi inaugura no dia e foi fechado suas portas dia 10/09/3200 irão ficarem emocionados porque foi um lugar de paz amor amizade que existiu durante 30 anos onde muitos funcionários Vieram pra cá ainda jovem... criaram seus filhos se tornaram avós nesse recinto.

(24) tudo isso prova que o homem não é Deus. O homem não tem a capacidade de criar algo sem antes desfazer o que já existe no mundo nada se cria... tudo parte de alguma coisa... agradando uns e contrariando outros. Infelizmente esta forma que o homem achou para dar continuidade ao progresso.

(25) O que não foi filmado não existe.

c) Memorial descritivo: a trajetória em prol da realização de um sonho

Elaborar um memorial descritivo é reconstituir a própria existência. Além de auto-avaliativo, acredito que ele acaba se tornando um instrumento confessional de meus sonhos. Portanto, para elaborar o presente memorial levei em conta as condições, situações e contingências que envolveram o desenvolvimento dos meus trabalhos aqui expostos. Procuro destacar os elementos que, marcados por quebras de paradigmas, por coerências e incoerências e por meio das relações estabelecidas com o mundo, possibilitaram a construção de minha história, enquanto mestranda do programa de Mestrado em Letras.

Relato a minha infância por acreditar que a escolha do objeto de pesquisa tem muito a ver com esse período. Nasci no campo, quinta filha de uma família de oito irmãos. Meu pai era um homem da terra, desbravador de sertões. Vivia num pequeno sítio produto de reforma agrária, terra inóspita desbravada por meu pai e por outros que para ali se dirigiram quando da formação da Colônia Agrícola de Dourados. A paixão pela linguagem já surgiu desde pequena, pois o meu pai era apaixonado por aritmética e literatura de cordel e passava isso para os filhos. Àquela época, com o contato apenas oral, decorei algumas histórias que, até hoje, povoam a minha mente. Desde a literatura de cordel com o poema “Pavão Misterioso” até clássicos como Camões. Quando pequena, constantemente era repreendida por minha mãe, pois, ao fazer a limpeza da casa, demorava muito tempo lendo qualquer tipo de livro que os irmãos espalhavam pelo quarto.

Com treze anos, fomos morar na cidade de Dourados – estado de Mato Grosso do Sul –, cidade onde concluí meus estudos em nível fundamental, em escolas estaduais. No ensino médio, optei por cursar magistério e logo optei pela área de licenciatura, cursando Licenciatura Plena em História, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *campus* Universitário de Dourados. O ingresso como profissional da educação ocorreu somente mais tarde.

Após o ingresso na rede municipal e estadual de Dourados como professora, veio o desejo e a necessidade de estudar mais, foi quando ingressei num curso de pós-graduação em Metodologia do Ensino Superior, oferecido pela Universidade da Grande Dourados. Àquela época, como projeto de pesquisa a ser trabalhado, escolhi a colonização da colônia agrícola dos Dourados, na visão do pioneiro (estava ali a tentativa da concretização de um sonho: contar um pouco da saga daqueles heróis anônimos, dentre eles, meu pai). O trabalho

ficou somente no projeto de pesquisa; não concluí a monografia, não era exigência do curso, e logo após, me desloquei para Três Lagoas.

Outra grande paixão da minha vida foi a informática. Enquanto atuei como professora da rede estadual em Dourados, fiz todos os cursos que se referiam à informática educativa. Quando vim para Três Lagoas, passei a atuar no Núcleo de Tecnologia Educacional, com capacitações para professores em Informática Educativa e projetos. Tive a oportunidade de fazer outro curso de pós graduação, desta vez voltado para a informática educativa “Telemática em Educação”. Trabalhando com professores na rede estadual, o que mais me chamou atenção, foram as dificuldades apresentadas pelos professores (e minha também), quanto à escrita de projetos.

Sentia a necessidade de estudar mais e aprimorar meus conhecimentos, especialmente com relação à linguagem. Nesse período, tive a oportunidade de ministrar aulas no curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, *Campus* de Três Lagoas – MS. Trabalhei com quatro disciplinas e, o que chamou a minha atenção, foi que o prazer não estava nas disciplinas relacionadas ao curso de História e, sim, naquelas pedagógicas, voltadas para a formação de professores. Se até então tinha dificuldade quanto à escolha de outro curso de pós-graduação, tive, naquele momento, a certeza de que a opção não seria por um curso na área de história; queria algo que pudesse contribuir com uma formação mais ampla. Daí o desejo de cursar o Mestrado em Letras.

Em 2005, li a bibliografia relacionada para a seleção do mestrado na área de estudos linguísticos e comecei a estudar. Era o começo de caminhada, mas faltava ainda o direcionamento por uma linha de pesquisa. Fiz a inscrição para participar do processo seletivo e, na carta de intenções, manifestei que o meu desejo era trabalhar com algo voltado para a formação de professores, o que, agora eu diria, seria o discurso dos professores. Participei do processo seletivo, obtendo aprovação na prova de proficiência e na prova teórica; faltava a entrevista. Acredito que foi o momento mais difícil, pois faltava, de minha parte, uma decisão quanto a uma definição sobre o objeto de pesquisa. E isso terá ficado bastante transparente para a banca, o que foi confirmado, posteriormente, quando da visualização do resultado e, a ausência do meu nome dentre os selecionados.

A não-aceitação no programa não foi empecilho para a continuação dos estudos, nem tampouco diminuiu o desejo de cursar o mestrado. Ingressei, no ano seguinte, como aluna especial do programa, cursando a disciplina “Teorias Linguísticas”, disciplina obrigatória do curso, ministrada pela Prof^a. Dr^a. Marlene Durigan. Essa disciplina trouxe toda a história da Linguística, apresentando as principais correntes linguísticas: das origens às

teorias do texto, e nos proporcionou leituras sobre as origens da linguagem desde os hindus, passando pelos gregos e romanos. Aprendemos também sobre o método histórico-comparativo, de acordo com Grimm, Bopp e, ainda as contribuições dos neogramáticos. Já tinha tido contato com o nome “Ferdinand Saussure” nas leituras para o processo seletivo, mas foi nas aulas dessa disciplina que deparei realmente com ele e o estruturalismo (distribucionalista), vindo também Boas, Sapir e Leonard Bloomfield, além do gerativismo e o funcionalismo. Apesar de um conteúdo de difícil entendimento, especialmente por ser proveniente de outra área, terminei a disciplina maravilhada com a história da linguística e feliz por acreditar estar fazendo a escolha certa. Ainda no segundo semestre, cursei a disciplina *Seminários de Dissertação*, ministrada pelo prof. Rogério.

Nesse mesmo ano, buscando mais conhecimentos sobre a área de linguística, participei, como ouvinte, do 54º GEL - Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo, 2006, Araraquara. Como ainda não tinha uma definição quanto ao objeto de pesquisa, pude ter uma visão geral do que é um congresso lingüístico, porém pude observar que os estudos discursivos eram o que despertava mais a minha atenção. Nesse mesmo ano, participei do *I Encontro de Letras: Estudos Lingüísticos e Literários*, realizado no período de 22 a 26 de maio de 2006, participando também do minicurso: Texto e discurso: uma relação de significação e interpretação.

Ainda em 2006, meu esposo, também professor, chegou em casa contando o fato de que havia passado em sala de aula uma fita de vídeo que contava a história dos ribeirinhos de Brasilândia e que tinha despertado muito a atenção dos alunos, havendo até, entre eles, filha de ex-ribeirinho que se emocionou muito com o vídeo. O material despertou o meu interesse e o contato com ele pôs à mostra a identificação dos ribeirinhos com o homem do campo da Colônia Agrícola de Dourados. Estava aí a possibilidade de, por um “gesto interpretativo”, analisar não a história de meu pai, mas a história de muitas pessoas ligadas à terra. Estava ali o início da construção de um objeto para a análise. Tive a certeza: é o discurso do ribeirinho que vou analisar. Elaborei o pré-projeto de pesquisa, fiz inscrição para a seleção para ingresso no programa e, após o processo seletivo, estava concretizado o sonho de ingresso no programa, tendo como orientadora a profª. Drª. Celina Garcia de Souza Nascimento.

No primeiro semestre de 2007, cursei duas disciplinas: a primeira, *Críticas contemporâneas*, ministrada pelo prof. Dr. Edgar Cesar Nolasco, numa reflexão sobre os Estudos Culturais na contemporaneidade, sobre modernidade, pós-modernidade, o que nos levou a refletir sobre identidades inacabadas ou pontos de identificação. O que mais chamou

atenção foi a questão dos apontamentos para as resistências, a questão das minorias, as diferenças. Elaboramos uma resenha crítica do livro *O Zahir*, de Paulo Coelho, um contato com a literatura de massa, contra ou para-literatura, trabalhamos com seminários, em que apresentei, juntamente com o Jefferson Barbosa e a Fernanda Aline, *Estudos Culturais na pós-modernidade*. Como trabalho final, a produção de ensaio utilizando o objeto de nossa pesquisa: *Atingidos por barragem: lugar de origem, identidade e resistência*.

A segunda disciplina: *Seminários de Dissertação*, ministrada pela Professora Dra. Celina Garcia de Souza Nascimento, orientadora deste trabalho, teve o objetivo de definir melhor o objeto de pesquisa e traçar o percurso metodológico.

No segundo semestre, passei a cursar três disciplinas: Coesão e Coerência no Texto Escrito, Introdução à Análise do Discurso e Lexicologia e Lexicografia.

A primeira, conduzida pela Professora e também orientadora, Prof^ª. Dr^ª. *Celina Garcia de Souza Nascimento*, foi, para mim, de suma importância, pois permitiu o contato com a estrutura da lingüística textual, entendendo o texto e seus processos de formação, coesão, coerência, anáfora, catáfora, discurso direto, indireto, conteúdos que contribuíram para a análise textual. As aulas dinâmicas em que se mesclavam conteúdos e análises possibilitaram uma melhor e maior fixação do conteúdo. A disciplina contou com vários trabalhos de avaliativos e culminando com uma monografia, por mim elaborada como o título: *Fatores de textualidade presentes no texto: relatório sobre o setor cerâmico-oleiro*.

A segunda, *Introdução à Análise do Discurso*, disciplina ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. *Vânia Maria Lescano Guerra*, foi a disciplina que serviu de base, com todo o arcabouço teórico, para a minha pesquisa. As aulas combinaram a teoria com a análise, o que possibilitou o contato e a familiarização com os gestos e possibilidades de interpretação. A interdiscursividade proporcionada pela teoria também foi apresentada na prática: tivemos a presença de vários professores: Marlon Leal Rodrigues, com a sua visão da Análise do Discurso sob uma ótica mais pechetiana; Nara Sgarbi, da Unigran, bakhtiniana assumida, trouxe-nos uma visão teórica pelas lentes desse pesquisador. Dentre os instrumentos de avaliação, destaca-se uma resenha, cujo título foi “Sujeito, formação ideológica e poder em Foucault e Pêcheux”, apresentação de seminário e um trabalho final (artigo), cujo título por mim apresentado foi: *Das margens do rio para o interior do discurso*.

Lexicografia e Lexicologia, disciplina ministrada pela Prof^ª. Dr^ª. *Vitória Regina Spanghero Ferreira*, enfocou os fundamentos epistemológicos e metodológicos da Lexicografia e da Lexicologia. Em Lexicografia, vimos sobre tipologia das obras lexicográficas, o dicionário-padrão da língua e a estruturação de obras lexicográficas em

Lexicologia estudamos temas voltados para a estruturação lexical, à delimitação da unidade léxica, os problemas teóricos que fundamentam o estudo do léxico e das relações de sentido que se estabelecem no interior do vocábulo e outros.

Paralelamente ao cumprimento dos créditos exigidos pelo Programa, participei de diversos encontros: *I Encontro em Análise do Discurso: limites e perspectivas*, da UEMS/Nova Andradina, onde apresentei a comunicação: *Atingidos por barragens: discurso e resistência*. Participei também, do minicurso *Identidade, Minorias e Exclusão*, ministrado pela prof^a. Kassandra Muniz, da UNICAMP. O Mestrado levou-me, ainda, para além das fronteiras do Brasil. Juntamente com os colegas, Jefferson Barbosa de Souza e Santa Nunes Cariaga, fiz uma viagem até Lima, no Peru, para participação no *V Congresso Nacional de Investigaciones Lingüístico-Filológicas*, realizado no período de 08 a 10 de agosto de 2007, momento em que apresentei a comunicação individual: *Atingidos por barragem: discurso e identidade*. No mesmo ano, tive a oportunidade de participar do *55º GEL - Grupo de Estudos Lingüísticos do Estado de São Paulo*, realizado de 26 a 28 de julho de 2007 no *Campus* da UNIP, em São José do Rio Preto (SP), apresentando a comunicação: *Oleiros: discurso e identidade*. Participei também do *IV Seminário de Estudos da Linguagem*, realizado pela UFMS/CPTL no período de 22 a 24 de agosto de 2007, com a comunicação individual: *A formação do lago de Porto Primavera e suas implicações para os sujeitos atingidos*.

Em 2008, participei *Congresso Internacional de Estudos Literários e Lingüísticos – CIELL – Identidades: considerações sobre a experiência*, e das atividades desenvolvidas no curso “A pragmática contemporânea”, ministrado pelo Dr. Kanavillil Rajagopalan (UNICAMP). Neste mesmo ano, constam em meu currículo dois resumos publicados: do *56º Seminário do GEL*, realizado no período de 16 a 18 de julho de 2008, com o título: *Das margens do rio para o centro do discurso*. E do *IV Encontro Nacional do Grupo de Estudos de Linguagem do Centro-Oeste (GELCO)*, realizado no período de 4 a 7 de novembro de 2008 com o título: *Desapropriação dos ribeirinhos: um acontecimento discursivo*.

Para finalizar, saliento que todas as disciplinas e atividades desenvolvidas contribuíram para minha formação acadêmica e com a fundamentação teórica indispensável para o desenvolvimento do meu projeto. Destaco ainda que, encontrei na AD de linha francesa, uma teoria que engloba o lingüístico, o social e o histórico e que possibilitou a interpretação do acontecimento discursivo “desapropriação dos ribeirinhos” e concluir a minha dissertação com o título: “Das margens do rio ao interior do discurso: de *ribeirinhos a sem rios*”.

A motivação, proporcionada por mais esta etapa de estudos, possibilitou ainda, o desejo de continuidade: pretendo ampliar o leque de conhecimentos cursando doutorado.